



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
PósARQ/UFSC**

Roberto Rodrigues Simon

**A ORGANIZAÇÃO DA PROFISSÃO DO ARQUITETO
FRENTE AO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO**

Florianópolis, 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
PósARQ/UFSC**

Roberto Rodrigues Simon

**A ORGANIZAÇÃO DA PROFISSÃO DO ARQUITETO
FRENTE AO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Federal de Santa Catarina
como um dos requisitos para a obtenção do título
de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Ph.D Alice Theresinha Cybis Pereira.

Florianópolis, 2010

Roberto Rodrigues Simon

A ORGANIZAÇÃO DA PROFISSÃO DO ARQUITETO FRENTE AO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

Esta dissertação foi julgada e aprovada perante banca examinadora de trabalho final, outorgando ao aluno o título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração Projeto e Tecnologia do Ambiente Construído, do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – PósARQ, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

Fernando Oscar Ruttkay Pereira, Ph.D
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

Banca Examinadora:

Alice Theresinha Cybis Pereira, Ph.D - Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina

Ayrton Portilho Bueno, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Carolina Palermo, Dr.^a.
Universidade Federal de Santa Catarina

Miguel Alves Pereira, Ph.D
Universidade de São Paulo

Florianópolis, 2010

“Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo
de diversas maneiras; o que importa é modificá-lo.”

Karl Marx

Dedico esta dissertação aos arquitetos
anônimos que, de forma voluntária, destinam parte
de seu tempo para a melhoria das condições da profissão no Brasil.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela companhia em todos os dias de minha vida.

À Vanêssa, pela luz que acrescentou aos meus dias.

Ao Guilherme, ao Leandro e à Júlia, por ampliarem o sentido da minha existência.

Aos meus pais, que extraíram do sacrifício as forças que alavancaram minha vida e profissão.

À professora Alice Pereira, minha orientadora, por acreditar em mim e me apoiar, e pelas possibilidades descortinadas.

Ao amigo e professor Miguel Pereira, companheiro de lutas pelo Brasil e pelo mundo na organização da profissão, por estar presente em todas essas frentes com seus sábios aconselhamentos.

Aos muitos arquitetos de todos os lugares, que, de forma direta ou indireta, contribuíram para minha aprendizagem e meu crescimento nas lutas em prol do coletivo, em especial ao arquiteto Carlos Maximiliano Fayet, por abrir a primeira porta para a política de classe, uma experiência extraordinária.

Aos companheiros da Studio Domo, por responder com competência a todas as solicitações da profissão devido às minhas ausências.

RESUMO

A sociedade passa por transformações constantes de cunho social, político e econômico em virtude do processo de globalização em que estamos inseridos. A preocupação com a profissão do arquiteto leva à investigação sobre os quatro elementos que compõem a sua estrutura profissional: (1) formação, (2) prática, (3) economia e (4) política. Entretanto, devido à dimensão do desafio, esta dissertação propõe-se a abordar somente a questão econômica, embora se entenda que, somente atuando sobre todos esses elementos em seu conjunto, será possível chegar a dias melhores para a profissão no Brasil, motivo pelo qual se espera que outros estudos sejam realizados. Nesse sentido, as cooperativas de crédito avançam na conquista de novos espaços que não são propiciados pelas condições de funcionamento do sistema financeiro convencional. A partir de um estudo de caso, buscou-se, por meio da cooperativa de crédito Arquia, analisar a situação econômica e administrativa dos arquitetos espanhóis, bem como programas próprios deles. Esse esforço de pesquisa tem por objetivo retratar a influência da ideologia cooperativista no desenvolvimento geral da profissão do arquiteto e do seu crescimento pessoal. Tudo começa com o conhecimento, o qual tem assumido um importante e decisivo papel em prol do crescimento das organizações de um modo geral. Entende-se que o dinamismo que tem caracterizado os mercados contribui de forma relevante para que o conhecimento passe a ser compreendido como fator essencial em qualquer setor ou empresa que pretende perpetuar-se em uma posição de destaque na sua área de atuação. A situação real em que vive a geração mais nova de arquitetos e muitos integrantes das outras gerações é a de subemprego, desemprego ou pelo menos de grande dificuldade para inserir-se, em condições dignas, na vida produtiva. Ainda para tornar a estrutura de capitalismo completa, é necessário introduzir outro tipo de empresa que reconheça a natureza multidimensional dos seres humanos.

Palavras-chave: Formação, política e prática profissional da arquitetura. Economia e cooperativas de crédito para arquitetos. Desenvolvimento profissional dos arquitetos.

ABSTRACT

The society goes through constant changes of social, political and economic role in the globalization process in which we operate. The concern with the architect's profession takes us to research on the four elements that make up its professional structure: (a) formation, (2) practice (3) economy and (4) policy. However, given the scale of the challenge, this dissertation proposes to address only the economic issue, one of four elements, although it was understood that only by acting on all these elements together, you can get to better days for the profession in Brazil, which is why it is expected that other researches be realized. Thus, credit unions move to conquer new spaces that are enabled to be conquered by operating conditions of the conventional financial system. From a case study aimed to analyze the economic, administrative and programs specific from the Spanish Architects by the credit union Arquia. This research effort aims to portray the influence of cooperative ideology in the overall development of the architect's profession and his personal growth. It all begins with knowledge, which has assumed an important and decisive role in contributing to the growth of organizations in general. It is understood that the dynamism that has characterized the market contributes significantly to pass that knowledge to be understood as a key factor in any industry or company that wants to perpetuate itself in a position of prominence in your area. The real situation in which lives the younger generation of architects and many members of other generations is underemployment, unemployment or at least, very difficult to be inserted, in decent, productive life. Yet to make the structure of capitalism complete, it is necessary to introduce another type of company that recognizes the multidimensional nature of human beings.

Keywords: Graduation, policy and professional practice of architecture. Economy and credit cooperatives for architects. Professional development of architects.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Resultado dos serviços de projeto em 2005 – Corrente em milhões US\$ XR termo	64
Figura 2 - Resultado dos serviços de projeto em 2005 – Poder de paridade de compra em milhões de US\$	65
Figura 3 - Concurso bienal de teses de doutorado em arquitetura realizado pela Fundación Caja de Arquitectos (Arquia).....	91
Figura 4 - Exposições itinerantes realizadas pela Caja de Arquitectos + Fundación Caja de Arquitectos (Grupo Arquia).....	92
Figura 5 - Arquivo com algumas das exposições itinerantes realizadas pela Caja + Fundación = Arquia.....	92
Figura 6 - Algumas das publicações de arquitetura e urbanismo publicadas pela Arquia	93
Figura 7 - Divulgação do resultado no ano de 2010 do Arquia/Becas	94
Figura 8 - Programa Arquia/Próximo – Arquivo geral de realizações.....	95
Figura 9 - Exemplos de alguns dos fóruns criados para maior interação com cooperados e arquitetos	96
Figura 10 - Arquia: agência de Pamplona	103
 Quadro 1 - Linhas de crédito, serviços e investimentos Arquia.....	99
Quadro 2 - Atributos e pesos das ideias.....	100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Criação de cursos de arquitetura no Brasil.....	35
Tabela 2 - Distribuição de cursos de arquitetura por Estado e região	36
Tabela 3 - Volume de negócios, empregados, número de empresas do setor, atividades de arquitetura e de engenharia e técnicas afins; ensaios e análises técnicas 2005 na Europa (*).....	57
Tabela 4 - Produto Interno Bruto em 2005 – Preços atuais.....	60
Tabela 5 - Capital fixo bruto para construção em 2005 – Preços atuais	63
Tabela 6 - Resultado dos serviços de projeto em 2005-2009 – Milhões de US\$, preços atuais	66
Tabela 7 - O tamanho do mercado externo dos primeiros 225 contratados em todo o mundo (em bilhões de US\$).....	67
Tabela 8 - A importância das diferentes áreas geográficas no mercado externo dos primeiros 225 contratados em todo o mundo – 1997-2006 (valores %)	68
Tabela 9 - Estimativas de crescimento da produção mundial 2007-2009: uma comparação entre a CE e o FMI (% crescimento real do PIB).....	72
Tabela 10 - Crescimento da produção mundial 2007-2009: cenários das Nações Unidas	73
Tabela 11 - O comércio internacional (FMI e ONU).....	74
Tabela 12 - Estudantes de arquitetura e arquitetos filiados à ordem profissional na Europa (1999 a 2005)	76

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
1.1 MOTIVAÇÃO E RELEVÂNCIA DO TEMA	21
1.2 QUESTÃO DE PESQUISA.....	24
1.3 OBJETIVO GERAL.....	24
1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	24
1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	25
1.6 BASE REFERENCIAL.....	27
1.7 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	29
2 OS QUATRO ELEMENTOS	31
2.1 FORMAÇÃO PROFISSIONAL	31
2.1.1 A implantação do ensino de arquitetura no Brasil.....	31
2.1.2 A proliferação de escolas	33
2.1.3 Acreditação: uma realidade internacional	37
2.1.3.1 Programa de validação e reconhecimento da UIA/UNESCO.....	37
2.1.3.2 O programa de validação americano	41
2.2 PRÁTICA PROFISSIONAL	45
2.2.1 A prática profissional no contexto internacional	47
2.2.1.1 Acordos internacionais	49
2.2.2 Prática profissional no Brasil: a união das entidades dos arquitetos pelo reconhecimento profissional	50
2.3 POLÍTICA PROFISSIONAL.....	52
2.3.1 No plano internacional.....	54
2.3.2 No plano nacional.....	55
2.4 ECONOMIA NA PROFISSÃO	56
3 DESEMPENHO ECONÔMICO DA ARQUITETURA MUNDIAL E NACIONAL.....	60
3.1 O MERCADO DE SERVIÇOS DE PROJETO NO MUNDO	60
3.2 UM RESUMO SUCINTO SOBRE AS 225 MAIORES EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL MUNDIAL DE 2000 A 2006	67
3.2.1 Os elementos de dificuldade ou atratividade de cada país	70
3.3 A DESACELERAÇÃO TURBULENTA DA ECONOMIA MUNDIAL: 2008- 2009.....	71
3.4 ARQUITETOS NA EUROPA	75
3.5 ARQUITETOS NO BRASIL	77
4 A ECONOMIA COOPERADA COMO POSSIBILIDADE DE SUSTENTAÇÃO PROFISSIONAL	81
4.1 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO.....	81

4.2 ADMINISTRAÇÃO POR TODOS OS COOPERADOS, DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E APOIO CULTURAL	84
4.3 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL.....	85
5 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO COMO SUSTENTAÇÃO DA PROFISSÃO DO ARQUITETO NA ESPANHA	89
5.1 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NA ESPANHA.....	89
5.2 EXEMPLO DE MÚTUO ESPANHOL VOLTADO PARA OS ARQUITETOS	90
5.3 COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO	101
6 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
6.1 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO	105
6.2 A ECONOMIA DA ARQUITETURA NACIONAL E MUNDIAL	105
6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	106
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	113

1 INTRODUÇÃO

1.1 MOTIVAÇÃO E RELEVÂNCIA DO TEMA

Ao aprofundar sua relação com a estrutura da profissão do arquiteto, o autor deste trabalho começou a identificar certa omissão por parte da maioria dos arquitetos no tocante à organização das estruturas fundamentais da sua atividade, entre as quais estão incluídos quatro fatores estratégicos para o desenvolvimento da profissão do arquiteto – (1) a formação, (2) a prática, (3) a política e (4) a economia – em um contexto complexo e interligado.

Segundo Santiago Jr. (2007), tudo começa com o conhecimento, o qual tem assumido um importante e decisivo papel em prol do crescimento das organizações de um modo geral. Entende-se que o dinamismo que tem caracterizado os mercados contribui de forma relevante para que o conhecimento passe a ser compreendido como fator essencial em qualquer setor ou empresa que pretende perpetuar-se em uma posição de destaque na sua área de atuação. A bibliografia consultada sobre a profissão do arquiteto brasileiro demonstra que, na maior parte das vezes, o que se estuda é o resultado do trabalho desse profissional, deixando-se de lado o conhecimento e as condições que viabilizam a sua organização e produção.

Ianni (2007) assevera que o enfrentamento em um mundo globalizado é de extrema importância para que estejamos atentos à qualidade de nosso produto. Para tal, explica que é necessário estar em permanente transformação e atualização. Os arquitetos constituem uma categoria social que, assim como outras, é definida por sua formação e pelo caráter do seu trabalho. Fazem parte dessa categoria social arquitetos vinculados a diferentes classes sociais, com possibilidades distintas de inserção profissional, tais como o arquiteto empresário de grandes escritórios, pequenos empresários, autônomos ou empregados. As relações sociais e mercantis estabelecidas quando da elaboração do projeto expressam também uma forma de ação no contexto da prática profissional, ou seja, a noção de mercado integra a profissão.

Embora exista grande convergência de opiniões sobre ser a “economia solidária” a forma por excelência para a superação do desemprego ou de investimentos no desenvolvimento da profissão, derivado de certos aspectos da globalização, existem dificuldades para sua real implementação. A mais importante é o desafio do desenvolvimento da capacidade empreendedora dos arquitetos e as variáveis que envolvem no Brasil os grandes escritórios, os pequenos, os autônomos ou os empregados.

As questões fundamentais que se apontam seriam então as seguintes: a “capacidade empreendedora” poderia ser desenvolvida entre pessoas “comuns”, principalmente trabalhadores? Uma cooperativa pode incentivar o aparecimento de empreendedores ou atrair pessoas com essas características para seus quadros de cooperados?

Existe uma vasta “literatura de negócios” sobre o assunto, e quase toda ela baseia-se na glorificação do empreendedor como uma espécie de “super-homem”. Ou será o contrário, ou seja, não devemos nos preocupar muito com o que um empreendedor é, mais sim com o que impede a maioria das pessoas de desenvolver essa capacidade.

Em outras palavras, a força do hábito e o enorme peso das convenções sociais é o que de fato torna a maioria das pessoas avessas ao comportamento empreendedor. A razão primordial desse fato é que somos todos “educados para a obediência” e para a convenção, e não para a democracia ou para a inovação.

Para Kotler (1999), vive-se em uma época de profundas transformações, e todas as empresas ou pessoas deparam-se com a inadequação tecnológica, quando não com a obsolescência, como consequência do grande desenvolvimento científico e tecnológico incorporado que quebrou barreiras de tempo e abriu caminhos para uma melhor qualificação no resultado do projeto. Ao mesmo tempo, instaurou-se a necessidade de um urgente nivelamento para as gerações de arquitetos que não acompanharam essas constantes mudanças.

As estradas de informação digitalizada transformaram esse instrumento de determinação do que há para ser feito em domínio mundial. Um projeto pode ser elaborado em distintas localidades do mundo e ter as suas partes conjugadas pelo encarregado do serviço para entrega ao destinatário. Não há mais obrigatoriedade de ser realizado localmente, e o que era instrumento de preservação da ideia e do domínio de sua realização, para Brunelleschi (apud SAWAYA, 2001), passou a ser elemento de fragilização da possibilidade de se prestarem serviços de arquitetura.

De acordo com Pereira (2005), o resultado decorrente dessas transformações, entretanto, não tem demonstrado, em especial no Brasil, o vigor necessário para elevar a profissão do arquiteto a novos patamares ou mesmo para manter os níveis obtidos em um passado recente, seja no campo qualitativo, seja no quantitativo. Essas dificuldades podem ser parcialmente creditadas às crises sazonais que acontecem no país. Contudo, existem outros componentes que contribuem para isso, tais como formação, prática (legislação) e política profissional, além da ausência de mecanismos econômicos direcionados às necessidades próprias do arquiteto.

Segundo Reis Filho (2001), no ensino, a escola de arquitetura deve ser geradora e organizadora do mercado de trabalho. Sob esse aspecto, o autor cita como exemplo marginal a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), uma referência no ensino de arquitetura no Brasil. Formação, prática (legislação) e política profissional e economia, no conjunto ou individualmente, são componentes responsáveis diretos pelo resultado da produção do arquiteto no que diz respeito às questões qualitativas e quantitativas.

Assegura Yunus (2008) que os grandes avanços dos países no campo das instituições políticas com relação aos direitos individuais e

coletivos não se traduziram, ainda, em superação das questões econômicas que têm atingido as populações. A situação real em que vive a geração mais nova de arquitetos e muitos integrantes das outras gerações é a de subemprego, desemprego ou pelo menos de grande dificuldade para inserir-se, em condições dignas, na vida produtiva. Ainda segundo Yunus (2008), para tornar a estrutura de capitalismo completa, é necessário introduzir outro tipo de empresa que reconheça a natureza multidimensional dos seres humanos. Se considerarmos as companhias existentes como empresas que visam à maximização dos lucros, então o novo tipo de empresa poderia ser chamado de empresa social. Os empreendedores fundarão empresas sociais não para alcançar ganhos pessoais limitados, mas para buscar metas sociais específicas.

Sawaya (2001) opõe-se dessa forma à transformação constante que nada muda, mantendo-se as estruturas e os limites existentes, mesmo que apresentem novas formas que de fato pouco ou nada têm a ver com as necessidades profundas de superação sociais e profissionais existentes. O autor acrescenta que – embora seja muitas vezes por incapacidade de compreensão do que se tratava o seu trabalho, por perda efetiva diante de outro grupo de profissionais com sua capacidade de ação, por falta de acesso às decisões políticas e presença nos governos, por falta de representação no universo empresarial, na organização social que demanda o trabalho de arquitetura – os arquitetos gradativamente entraram em um processo de marginalização da profissão do espaço construído.

Desde o retorno à democracia no Brasil, algumas áreas vêm buscando melhorar o seu desempenho, tornando-o mais adaptado à nossa realidade e à realidade internacional, e buscando propor, no caso da educação, maneiras mais corretas e adequadas de formação. Na mesma direção, encontram-se teses que discutem esses importantes setores da profissão: história (RESCHILIAN, 1999); organização profissional (PEREIRA, 2005), estrutura e currículo (CONTIER, 2001; SANTOS JUNIOR, 2001), prática profissional (DURAND, 1974; SEGNINI JUNIOR, 2002), entremeadas com a apresentação de boas práticas implantadas nas escolas (JANTZEN, 2001).

As entidades de classe, com o peso de sua idade, não podem apostar tão somente em seu glorioso passado carregando o peso da falta permanente de recursos para seus programas e ainda os vazios políticos gerados pelos anos de ditadura, em que ficaram impedidas de criar novos líderes. Cabe salientar que nossas entidades de classe procuraram superar suas dificuldades internas na busca de soluções em suas áreas de atuação: o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), nas décadas que sucederam aos anos difíceis da ditadura, a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), na busca por elevar o padrão das escolas de arquitetura, e a Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura (AsBEA), na estruturação de escritórios e na criação de padrões de qualidade.

A partir da década de 1970, também a Federação Nacional de Arquitetos (FNA) passou a atuar nas lutas trabalhistas pela valorização do trabalho. Todas essas organizações, cada uma delas apoiada em seus

ideários, promoveram pesquisas e debates, e deram contribuições diversas visando articular profissionais, escritórios, escolas, professores e estudantes com vistas a reformular suas estruturas, aperfeiçoá-las e ampliar a participação dos arquitetos nas políticas públicas e nos concursos, no aprimoramento do exercício profissional e na luta pela criação de um Conselho próprio (Pereira, 2005).

Transcorridos vinte e sete anos de atuação na área e com o aprofundamento nos temas, o autor deste trabalho preocupa-se com a profissão e acredita que é relevante e atual a investigação sobre os quatro elementos que compõem a estrutura profissional do arquiteto: (1) formação, (2) prática, (3) economia e (4) política.

Entretanto, devido à dimensão do desafio, esta dissertação propõe-se a abordar prioritariamente a questão econômica, tendo em vista a ausência de mecanismos apropriados aos arquitetos. O constrangimento econômico decorrente das alternativas bancárias tradicionais e suas taxas de juros exorbitantes levanta como alternativa o estudo do cooperativismo de crédito mútuo ou “economia solidária”. O aprofundamento na matéria justifica-se com base na doutrina cooperativista, que impulsiona o desenvolvimento coletivo e combate a exclusão social e a concentração de renda por meio de princípios de cooperação e respeito mútuo, fazendo a ponte entre a economia de mercado e o bem-estar social.

O cooperativismo de crédito mútuo para arquitetos ou “economia solidária” como um dos quatro elementos citados não deve ser visto isoladamente para que se possa alcançar dias melhores para a profissão no Brasil. Somente a atuação simultânea sobre esses quatro elementos tornará a ação eficaz, motivo pelo qual se espera que outros estudos sejam realizados sobre formação, política e prática profissional.

1.2 QUESTÃO DE PESQUISA

Como o cooperativismo de crédito pode vir a ser um dos fatores econômicos para impulsionar e aprimorar a produção do arquiteto no Brasil?

1.3 OBJETIVO GERAL

Verificar como o cooperativismo de crédito pode estimular e desenvolver a profissão e produção arquitetônica no Brasil.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar práticas internacionais em que a ação cooperativa vem contribuindo para o incremento da profissão e do projeto de arquitetura.
- Identificar as tendências predominantes e os possíveis rumos da arquitetura brasileira ante as condições de produção presentes.

- Caracterizar o perfil das organizações vinculadas ao cooperativismo de crédito e verificar as alternativas de implantação no Brasil.

1.5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa básica objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista, envolvendo verdades e interesses universais. Adotou-se, para tanto, um enfoque indutivo, haja vista que se buscou construir, com base nos dados coletados, ideias em relação à realidade do setor em seu conjunto. Não há, no entanto, a pretensão de se tirarem conclusões concretamente verdadeiras, e sim prováveis premissas (NEUMAN, 2004; RUIZ, 2008).

Pode ser ainda considerada uma pesquisa de natureza qualitativa que, segundo Flick (2004, p. 28), “é orientada para a análise de casos concretos em sua particularidade temporal e local, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus locais”. Nesse sentido, foram implementadas técnicas de coleta, codificação e análise de dados com o intuito de gerar resultados a partir dos significados do fenômeno estudado, sem a preocupação com a frequência com que se repetem as informações no contexto do estudo.

Uma abordagem exploratório-descritiva por ser utilizada para realizar um estudo preliminar do principal objetivo da pesquisa que será efetuada, ou seja, familiarizar-se com o fenômeno que está sendo investigado de modo que a pesquisa em si possa ser concebida com uma maior compreensão e precisão. Neuman (2004) salienta que a abordagem exploratório-descritiva visa permitir escolher as técnicas mais propícias para suas pesquisas e decidir sobre as questões que mais necessitam de atenção e investigação detalhada. Esse tipo de pesquisa pode alertar o pesquisador sobre potenciais dificuldades, descrição de processos, mecanismos e relacionamentos existentes na realidade do fenômeno estudado, utilizando para tanto um conjunto de categorias ou tipos variados de classificações.

O estudo de caso apresenta-se como uma técnica de pesquisa que tem por objetivo analisar profundamente uma unidade, visto que reúne, por meio de diferentes instrumentos de coleta de dados, um conjunto considerável de informações detalhadas (YIN, 2001). O uso do protocolo no estudo de caso visa estabelecer os instrumentos e as estratégias de ação seguidas pelo pesquisador para facilitar o desenvolvimento do trabalho de campo. Yin (2001, p. 26) salienta que “é desejável possuir um protocolo para o estudo de caso em qualquer circunstância”.

Há algumas objeções ao estudo de caso por sua falta de rigor metodológico e pouca rigidez, podendo haver vieses, o que é contraposto por Gil (2002), que diz que pode ocorrer em qualquer modalidade de pesquisa e que a dificuldade de generalização atribuída ao estudo de caso não se justifica, uma vez que o propósito é fornecer uma visão global do problema ou identificar os possíveis fatores que o influenciam ou são

influenciados por ele (GIL, 2002; YIN, 2001).

A escolha do caso objeto de estudo foi efetuada tendo-se como critério de seleção aspectos de ineditismo – seleciona elementos pela inexistência de casos semelhantes – e tipicidade – seleciona elementos pelas características (VERGARA, 2005). A coleta das informações necessárias à consecução do estudo foi efetuada a partir de relatórios gerenciais publicados no período de 2000 a 2009.

Foram ainda aplicadas as técnicas de levantamento de dados apresentadas por Gil (2002), as quais constituem a observação simples do processo para se gerir a organização. O autor do presente trabalho tomou como base as observações e os registros das atividades realizadas durante o período em que integrou o Conselho Federal (CONFEA) e quando foi presidente do IAB/SC, vice-presidente nacional do IAB, membro do Conselho Superior do IAB bem como conselheiro da União Internacional dos Arquitetos (UIA). Gil (2002) destaca que a observação simples pode ser entendida como o processo de coleta de dados em que o pesquisador não se envolve com os atores sociais, apenas observa espontaneamente os fenômenos que se manifestam na realidade organizacional. Em todas essas análises, houve a preocupação de se discutirem os resultados à luz da literatura existente.

Para a realização da pesquisa sobre gestão de cooperativas, foram levantadas e analisadas as informações referentes ao processo de gestão da cooperativa de crédito mútuo Arquia, constantes em documentos gerenciais referentes ao período de 2007 a 2010.

Moreira (2005) salienta que a análise documental caracteriza-se como um processo de levantamento, verificação e interpretação de documentos, tendo como objetivo um fim predeterminado. Vergara (2005) chama a atenção para o fato de que as análises documentais podem ser feitas no momento em que o fenômeno se manifesta ou depois, uma vez que tais informações serão arquivadas nos referidos documentos.

Para a execução do diagnóstico econômico-financeiro, foram utilizadas as técnicas de análise de indicadores econômicos e financeiros, que evidenciam a relação entre componentes de um mesmo conjunto (REIS, 2001). As informações necessárias para a análise desses indicadores foram coletadas nos balanços patrimoniais da organização.

As informações foram obtidas por meio de análise de documentos produzidos pelo Italiano Centro Ricerche Economiche Sociali di Mercato per l' Edilizia e il Território (CRESME), o qual criou sistemas de informação que podem monitorar constantemente o desempenho dos mercados de construção do setor imobiliário para a produção de novas moradias, recuperação e manutenção de obras públicas, produtos individuais e materiais bem como projetos, oferecendo ao setor uma ferramenta indispensável para conhecimento estratégico. Entende-se como conhecimento estratégico a combinação de conhecimento explícito e tácito formado a partir das informações estratégicas e de informações de acompanhamento, agregando-se o conhecimento de especialistas. No que se refere à produção mundial dos arquitetos, bem como à evolução de seu

movimento em diferentes áreas de atuação, o método de estudo de caso apresenta limitações quanto à impossibilidade de generalização dos resultados obtidos, embora não se tenha conhecimento de outra cooperativa de crédito exclusiva de arquitetos em outro país do mundo. Pelo que se sabe, existem somente cooperativas multiprofissionais que abrigam engenheiros, arquitetos, agrônomos e outros profissionais.

O tema desta dissertação implicou na recuperação de elementos atuais e históricos e, portanto, foi necessária a realização de pesquisa bibliográfica em fontes de dados secundários nos acervos das bibliotecas da UFSC e FAUUSP. Durante as viagens de pesquisa em Turim, Itália, julho de 2008, foi coletado material sobre a “Worldwide Architecture 2008” no Centro Ricerche Economiche Sociali di Mercato per l' Edilizia e il Território (CRESME). Em Barcelona, Espanha, outubro de 2005, verificou-se a sistematização da pesquisa por comparação analítica realizada com informações provenientes de 76 países e apresentada na publicação *Architectural Practice around the World*, a qual foi elaborada pelo Conselho da UIA e Col·legi d'Arquitectes de Catalunya (COAC). Também foi analisada a extensa documentação relacionada ao cooperativismo praticado pelos arquitetos na Espanha por meio da Caja de Arquitectos (ARQUIA) e demais instituições surgidas em decorrência desta e a ela ligadas. Entre essas instituições estão a Entidad Gestora de Fondos de Pensiones (ARQUIPENSIONES S.A.), a Sociedad Gestora de Instituciones de Inversión Colectiva (ARQUIGEST S.A.) e a Fundación Caja de Arquitectos. Em Paris, França, junho de 2009, foram estudados os relatórios da comissão Vision & News Strategy Reports e da Unesco/UIA – Validation System for Architectural Education, produzidos pelas comissões da International Union of Architects. Em Washington, Estados Unidos, janeiro de 2008, fez-se a análise nos documentos do Accord on Recommended International Standards of Professional Practice, trabalho conduzido e coordenado pelo American Institute of Architects (AIA), juntamente com a UIA Professional Practice Commission.

1.6 BASE REFERENCIAL

Para realizar o estudo proposto, foram tomadas como base obras de autores conceituados, reconhecidos pela crítica arquitetônica contemporânea e que possuem íntima ligação com o tema objeto do estudo. Entre essas obras estão:

- Miguel Alves Pereira: seus livros, mais especificamente *Arquitetura: cultura, formação, prática e política profissional*, de 2005, analisam de maneira objetiva esses importantes fatores estratégicos do universo profissional dos arquitetos. Pereira (2005, p. 9) define que “o corpo teórico da profissão e a prática profissional necessitam de um diálogo continuado, como se o texto e o projeto tivessem de andar sempre juntos, na caminhada que leva à obra construída”. *Depoimentos de professores arquitetos da FAUUSP*, dois volumes

coordenados por Miguel Alves Pereira, também reúnem valiosos depoimentos de profissionais do século XX;

- Roberto Segre (2003): com a obra *Arquitetura brasileira contemporânea e jovens arquitetos*, enfatiza a produção arquitetônica dos anos 1990 e discute os rumos e as possibilidades da arquitetura brasileira neste início de século;
- Muhammad Yunus (2008), Philip Kotler (1999) e Octavio Ianni (2007): para o presente trabalho é importante considerar a análise que esses autores fazem sobre empresa social, *marketing* e globalização, respectivamente; e
- Yves Bruand (2002), Hugo Segawa (2002) e Maria Alice Junqueira Bastos (2003): analisam um período mais abrangente do que o discutido neste estudo e são essenciais para a compreensão de como vem ocorrendo o desenvolvimento da arquitetura no país.

Com o objetivo de possibilitar uma comparação e contextualização da arquitetura brasileira em relação ao panorama internacional, é essencial entender o processo de reestruturação das organizações por que passa a maioria dos países de um modo mais amplo, sendo de grande importância os estudos sobre política de Olivier Chadoin (2005) e de Hannah Arendt (1999).

Serão ainda incluídos na base referencial os seguintes relatórios: Comissão de Educação da União Internacional de Arquitetos (UIA), por definir os parâmetros internacionais de qualidade através do “UIA Architectural Education Reflections and Recommendations”; Comissão de Prática Profissional, pela recomendação de normas internacionais e de padrões praticados pela Organização Mundial do Comércio (OMC), organização internacional que trata das regras sobre o comércio entre as nações por meio do “UIA Accord on Recommended International Standards of Professionalism in Architectural Practice”; Conselho Superior do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), pelo histórico de noventa anos de discussões culturais e políticas sobre a profissão; Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo (ABEA), por sua ligação com a formação profissional e a discussão dos processos ligados ao ensino de arquitetura; Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura (AsBEA), por sua atuação nas empresas de arquitetura em nível nacional e internacional; Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP) pela condução das questões próprias dos paisagistas; e Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas (FNA), por sua continuada relação com a questão trabalhista dos arquitetos.

A UIA é uma entidade que congrega mais de 100 países, reúne mais de um milhão e meio de arquitetos, possui uma Diretoria Executiva e um Conselho. Em sua estrutura existem ainda Comissões Permanentes, compostas de representantes das Seções Nacionais desses países. As Comissões de Prática Profissional e de Formação Profissional possuem acervo de extrema importância para esta pesquisa. De igual relevância são

os acervos das Seções Nacionais de vários países, os quais vêm impondo de forma vigorosa transformações em prol da profissão.

Além da bibliografia citada, a consulta e a pesquisa em portais de arquitetura na internet foram essenciais, uma vez que grande parte da divulgação da produção contemporânea no Brasil e no mundo acontece por intermédio desse meio de comunicação.

1.7 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O trabalho estrutura-se em cinco capítulos, como descrito a seguir.

- **Capítulo 1** – O primeiro capítulo apresenta em linhas gerais o problema e a questão de pesquisa, além de relatar os objetivos e os procedimentos metodológicos para realizá-los.
- **Capítulo 2** – Capítulo que resgata de forma sintética os quatro elementos que estruturam a profissão do arquiteto no Brasil.
- **Capítulo 3** – Nesse capítulo, traça-se um panorama da economia na arquitetura mundial e nacional. Procura-se evidenciar os indicadores de que a arquitetura brasileira demonstra distanciamento do vigor apresentado por países que se encontram em patamares econômicos semelhantes.
- **Capítulo 4** – O quarto capítulo introduz o cooperativismo de crédito no Brasil.
- **Capítulo 5** – O capítulo 5 mostra o cooperativismo de crédito como sustentação da profissão do arquiteto na Espanha.
- **Capítulo 6** – Nessa parte final do trabalho são apresentadas a conclusão e as considerações finais.

2 OS QUATRO ELEMENTOS

Este capítulo busca resgatar os quatro elementos estruturadores da profissão do arquiteto em seu contexto mais amplo.

2.1 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O primeiro elemento consiste na formação profissional do arquiteto. Segundo Miguel Pereira (2008), crescimento arquitetônico e prática profissional estão diretamente ligados ao talento dos arquitetos mais qualificados e, de forma dominante, ligados aos seus pesquisadores na academia. Dessa maneira, o futuro das escolas de arquitetura depende diretamente da relação entre prática profissional e produção do conhecimento.

2.1.1 A implantação do ensino de arquitetura no Brasil

De Los Rios (1947 apud ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA, 1978) retoma a gênese do ensino arquitetônico na fundação da Escola de Sagres por D. Henrique, em Portugal, no ano de 1416, embora outros autores afirmem que esse ensino escolarizado iria surgir mais tarde, tal como Contier (2001), para quem o início remonta a 1671, na França. Para De Los Rios (1947 apud ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA, 1978), o ensino do desenho, direcionado à arquitetura naval, foi precursor da Escola de Madri, fundada por Juan de Herrera, arquiteto-mor de Felipe II.

Segundo Contier (2001), há durante o período colonial, principalmente nos séculos XVII e XVIII, um conjunto de obras públicas, tais como casas de câmara, cadeias, igrejas, conventos e casarões dos governadores, além de pontes, canais e fortes que eram construídos com projetos dos engenheiros militares, de padres com conhecimentos matemáticos e dos mestres de risco (obras rurais e urbanas).

Entretanto, iria verdadeiramente iniciar-se o estudo oficial da arquitetura civil no Brasil na Real Academia de Artilharia, Fortificações e Desenho, fundada no Rio de Janeiro, em 1792, a qual tinha o seu sexto ano dedicado à arquitetura civil. (VARGAS, 1994a).

A organização do ensino de arquitetura estava a cargo de Grandjean de Montigny, arquiteto com prestígio na Europa, o qual executou projetos na Itália, na França e na Alemanha. Veio para o Brasil em 1816, como integrante da Missão Artística Francesa. A estrutura do ensino de arquitetura implantado por Montigny baseava-se na corporação de ofícios, em que um único mestre ensinava tudo a todos os seus discípulos. De 1826 até 1854, após o falecimento de Montigny e sua substituição pelo Visconde Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879), formaram-se cinquenta arquitetos, os quais complementaram sua formação viajando para Paris. Somente em 1854, Manuel de Araújo promoveu a reforma do ensino

criando as disciplinas em substituição ao ensino integral realizado por um único arquiteto.

Weimer (1996) destaca outros arquitetos de origens diversas dos franceses no sul do país, tais como alemães e italianos. O ensino da engenharia civil, segundo Vargas (1994b), somente tem início como tal em 1858, com a separação da Academia Militar. Os profissionais nela formados foram encarregados da execução das obras públicas (edifícios, portos, diques e estradas de ferro). Alfredo Galvão (apud ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA, 1978) revelou a distorção entre o ensino das cadeiras técnicas e as voltadas para as belas-artes, que marcam o início do ensino de engenharia e arquitetura no Brasil.

De acordo com Camargo (2004), em 1896 foi criado o curso de engenheiros-arquitetos na Escola Politécnica, de onde saíram expoentes para as áreas de engenharia, arquitetura e urbanismo paulista. Esses engenheiros-arquitetos também foram responsáveis pelo impulso do mercado imobiliário emergente em São Paulo, especialmente na capital.

O curso foi extinto em 1954, portanto após a criação da FAUUSP, mas nesse período formou 120 engenheiros-arquitetos. Apesar desse aparente número reduzido para sessenta anos de existência, dali saíram personalidades como Alexandre Albuquerque (formado em 1905 e responsável pela reformulação urbanística do centro de São Paulo), Luiz Ignácio Romeiro de Anhaia Mello (formado em 1913, foi secretário de obras públicas do Estado de São Paulo, prefeito e diretor da FAUUSP) e Francisco Prestes Maia (formado em 1917, teve como projeto mais importante o Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo) (CAMARGO, 2004).

Foram formados ainda pela Escola Politécnica alguns famosos projetistas e construtores: Ícaro de Castro Mello (1935), Zenon Lotufo (1936), João Baptista Vilanova Artigas (1937), Roberto Cerqueira César, Ariosto Mila e Roberto Carlos Milliet (1940), Carlos Cascaldi (1944) e Luís Saia (1948).

Ainda conforme Camargo (2004), em São Paulo o arquiteto Cristiano Stockler das Neves, egresso da Universidade de Pensilvânia, implantou em 1917 o estudo de arquitetura no Mackenzie College para a formação de engenheiros-arquitetos, como já se fazia na Politécnica desde o final do século anterior e de onde vai defender, até os anos 1930, sua pregação por um tipo de arquitetura nacional com distanciamento das influências do “comunismo ou bolchevismo arquitetônico” da arquitetura moderna, cujo resultado estético é influenciado pela Beaux Arts e está representado no ecletismo em São Paulo.

Ainda nessa fase de consolidação do ensino de arquitetura, foi fundada em 1944 a Escola de Arquitetura pela Universidade de Minas Gerais, em Belo Horizonte, e, em 1947, a Faculdade Nacional de Arquitetura, então desmembrada da Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) e integrante da Universidade do Brasil, posteriormente transformada em Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1947, foram criados os cursos de arquitetura no Instituto de

Belas Artes e na Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul. Nesse mesmo ano, em 7 de julho, foi criada a Faculdade de Arquitetura Mackenzie (CAMARGO, 2004).

Pinheiro (2001) diz que o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), fundado no Rio de Janeiro em 1921 por intermédio de seus membros, desde os fundadores, teve participação ativa na conformação do ensino de arquitetura no país. O departamento de São Paulo passou a ser determinante após 1943, pois ofereceu profissionais para as únicas escolas de arquitetura que passaram a existir em São Paulo: Mackenzie e USP. O IAB serviu como fórum das discussões sobre qual tipo de arquiteto deveria ser formado no país.

A articulação do IAB na centralização das discussões que teriam repercussão no interior das escolas baseou-se na defesa da construção de um currículo mínimo para os cursos, depois de conquistada a separação do ensino das belas-artes e dos politécnicos (PINHEIRO, 2001).

O projeto de Vilanova Artigas para a FAUUSP, do edifício e da estrutura curricular, do início dos anos 1960, representou um marco na revisão e na implementação da reforma do ensino de arquitetura. A apresentação das propostas de Artigas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul, em 1960, foi um coroamento daquilo que vinha sendo discutido na década de 1950 nos fóruns denominados *Encontros Nacionais de Professores, Estudantes e Diretores de Escolas de Arquitetura* (PEREIRA, M. A., 2008).

2.1.2 A proliferação de escolas

Após a revolução de 1930, mas principalmente durante o Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas promoveu um completo reaparelhamento da máquina estatal com a criação de órgãos técnicos que principiariam a ser estruturados para dar suporte ao nacionalismo em ascensão. Entre esses órgãos estavam o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), de 1937, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que, embora tenha sido criado em 1934, efetivamente iniciou suas atividades somente em 1937 (SKIDMORE, 2008).

Também foram constituídos os órgãos de assessoramento e regulação de setores estratégicos para o país na forma de Conselhos, os quais tinham como intenção consolidar a intervenção do governo no campo econômico, como o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE), de 1934, o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), de 1937, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), de 1938, e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), de 1939.

Ainda conforme Skidmore (2008), com a criação do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP), em 1938, pretendia-se capacitar os funcionários públicos que, até então, em grande medida eram nomeados pelos políticos. Mais adiante, em 1946, foram criadas com esse mesmo intuito a Fundação Getúlio Vargas (FGV), que participou da concepção posterior da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP), em 1952,

no Rio de Janeiro, e a Escola de Administração de Empresas (EAESP), em 1954, São Paulo.

A década de 1940 também assistiu ao incremento da participação estatal no estímulo ao crescimento industrial, o que teria patrocinado o surgimento de estatais como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), de 1940, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), de 1942, a Companhia Nacional de Álcalis (CNA), de 1943, a Fábrica Nacional de Motores (FNM), de 1943, e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), de 1945. Outros órgãos que demandaram uma quantidade cada vez maior de técnicos foram o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), de 1942, ligado à Federação das Indústrias, e o Serviço Nacional do Comércio (SENAC), de 1946.

Afirma ainda Skidmore (2008) que, devido às condições políticas internas (pressões regionais, de esquerda e direita e dos militares) e externas (a Segunda Guerra Mundial, iniciada em 1939), o Estado assumiu o papel de concentrador de capital por meio da criação de vários mecanismos e órgãos públicos, como, por exemplo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), de 1952. Também foram estruturados nessa época os órgãos de planejamento regional, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), de 1952.

As mudanças econômicas processadas na primeira fase da industrialização brasileira, ocorrida na década de 1940 com a substituição de bens de consumo duráveis e da implantação das indústrias de base, levaram as grandes empresas a constituir uma organização burocrática bastante complexa. Sua implantação também resultou no aumento de oportunidades ocupacionais para pessoas com níveis mais elevados de escolarização. Todas essas medidas exigiam que se passasse a empregar crescentes contingentes de profissionais de nível médio e superior. (DAVILA; EPSTEIN; SHELTON, 2007).

Nesse contexto, a regulamentação profissional ocorrida nos anos 1930 foi uma conquista dos arquitetos na sua trajetória de lutas pela criação de um espaço próprio para atuação. Essa também foi a década da formação do Estado Vargasista, que instituiu a tendência regulamentadora e organizadora das profissões em vários setores do mercado de trabalho, posto que o projeto era a dinamização econômica baseada em um modelo de industrialização e urbanização que carecia de quadros técnicos para a sua concretização (SKIDMORE, 2008).

Foi o período que ergueu como lema a constituição do homem novo, e a centelha que o acendia seria o trabalho. Segundo Gouvêa, Barreto e Gorovitz (1999), o arquiteto emergiu ali com a necessidade da construção da vida urbana, em que seria essencial a materialização de obras como hospitais, escolas e moradias.

Essas questões político-econômicas, aliadas ao ensejo de intelectuais e de uma pequena vanguarda de arquitetos, iriam criar as condições para que, quando surgissem as primeiras escolas de arquitetura, independentes das de engenharia, essas já nascessem ideologicamente acomodadas para o movimento moderno, aliando as necessidades

nacionais ao que fora preconizado como uma função social do arquiteto e da arquitetura (GOUVÊA; BARRETO; GOROVITZ, 1999).

Ainda segundo Gouvêa, Barreto e Gorovitz (1999), a grande expansão do ensino de arquitetura ocorrida não estava desvinculada de uma explosão do ensino superior no país a partir da década de 1960. Tal crescimento pode ser justificado devido a:

- a) valorização de certos setores sociais como sinônimo de ascensão social;
- b) inadequação do ensino médio, que não atendeu às expectativas de profissionalização; e
- c) pouca oferta de escolas técnicas.

Essa ampliação não foi condenada, a princípio, pelo conjunto da categoria, uma vez que um dos objetivos iniciais na luta pela autonomia do ensino da arquitetura era justamente o seu alargamento em todo o território nacional, de modo que fosse reforçado o peso político dos arquitetos e urbanistas tanto com a conquista de espaço para a prática profissional quanto com a difusão do ideário modernista de enfrentamento das desigualdades sociais e regionais.

Nisso consiste a formação, a especialização e aquilo que confere a alguém a condição de arquiteto, uma precedência sobre os outros. Com o tempo e muito recentemente, essa atividade passou a ser protegida corporativamente por diplomas, CREA's, etc. E como sempre nos damos conta de que a institucionalização forçada, arbitrária, conta pouco (GUEDES SOBRINHO, 2001).

Entretanto, percebeu-se que esses novos cursos permaneceram concentrados especialmente no Sudeste e no Sul do país, negando a intenção histórica da categoria e atendendo muito mais à lógica do mercado, uma vez que esse incremento de vagas esteve basicamente restrito às escolas privadas. Já na década de 1980, quando o número de cursos de arquitetura encontrava-se em pleno crescimento, as lideranças profissionais tentavam identificar os seus motivos e condenar a situação. Na Tabela 1 apresentada a seguir, pode-se acompanhar essa ampliação.

Tabela 1 - Criação de cursos de arquitetura no Brasil

Ano	Número de escolas	Incremento em curso por ano/período
1961	7	-----
1974	26	1,5 cursos ao ano
1989	42	1,1 cursos ao ano
1992	73	7,7 cursos ao ano
2000	147	9,2 cursos ao ano
2005	184	7,4 cursos ao ano
2009	208	6,0 cursos ao ano

Fonte: CEAU/SESu-MEC

A expansão da oferta de vagas esteve baseada na ampliação nas regiões Sudeste e Sul, as mais ricas do país, e que possuíam juntas 58%

da população residente, como se observa na Tabela 2 apresentada na sequência.

Ao concentrarem 75% dos cursos, atendiam às preocupações mercadológicas, instalando-se onde havia o poder aquisitivo de camadas de renda média e alta, e não às necessidades de distribuição geográfica e social. Isso se confirma pela taxa de 70% de cursos oferecidos em escolas privadas contra apenas 30% nas públicas, invertendo o que ocorria na década de 1970, quando dois terços das vagas eram oferecidas nas escolas públicas. Por outro lado, no Nordeste, onde residem 28% da população brasileira, estavam localizadas somente 13% das escolas. O fato de existir nove cursos particulares entre os dezenove existentes (47%) revela taxas menores do que nas regiões Sul (81%) e Sudeste (73%), confirmando a preferência de investimento das empresas privadas de ensino superior onde havia mercado.

Tabela 2 - Distribuição de cursos de arquitetura por Estado e região

REGIÃO/ESTADO		Nº DE ESCOLAS		TOTAL	PESO
População da região e percentual em relação ao país		Privadas	Públicas (municipal)		
NORTE	(12.900.704 = 8%)	5	3	8	4%
Amazonas		4	-	4	
Pará		1	2	3	
Tocantins		-	1	1	
NORDESTE	(47.741.711 = 28%)	17	10	27	13%
Alagoas		2	1	3	
Bahia		2	2	4	
Ceará		2	1	3	
Maranhão		2	1	3	
Paraíba		2	1	3	
Pernambuco		3	2	5	
Piauí		1	1	2	
Rio Grande do Norte		2	1	3	
Sergipe		1	-	1	
CENTRO-OESTE	(11.636.728 = 7%)	13	5	18	8%
Distrito Federal		5	2	7	
Goiás		3	1	4	
Mato Grosso		2	1	3	
Mato Grosso do Sul		3	1	4	
SUDESTE	(72.412.411 = 43%)	78	25	103	50%
Espírito Santo		4	2	6	
Minas Gerais		13	5	18	
Rio de Janeiro		8	10	18	
São Paulo		53	8	61	
SUL	(25.107.616 = 15%)	42	10	52	25%
Paraná		14	4	18	
Rio Grande do Sul		18	4	22	
Santa Catarina		10	2	12	
TOTAL	(169.799.728 = 100%)	155	53	208	

Fonte: CEAU/SESu-MEC

Segundo Pereira (2005), no Brasil, o contexto em que esse processo se desenvolve, com o Estado incentivando o ingresso de estudantes nos cursos universitários, quer autorizando o funcionamento de novos cursos, quer ampliando o número de matrículas, é complexo e caótico. Mais de 200 escolas de arquitetura e urbanismo foram criadas, e mais de dois terços delas são geridas pela iniciativa privada sem políticas públicas adequadas, o que resulta em prejuízo direto para a formação profissional do arquiteto. A comercialização do ensino superior, em que o maior número de vagas amplia o lucro, bem como a valorização social dos portadores de diploma de nível superior acabam por induzir um grande volume de jovens a correr em busca da titulação. No entanto, a contrapartida do acesso ao trabalho não vem sendo ofertada e, como consequência, criou-se uma competição envolvendo formação duvidosa.

Sob a ótica da União Internacional, as regras reguladas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) sempre foram questionáveis, em particular as que recaem sobre a educação e a prática profissional. Divididos entre bem social ou serviço regulado, além dos componentes culturais, regionalismos, etc., em abril de 1994, os estados-membros da OMC aprovaram o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS), que tem por objetivo a liberalização do comércio de todo tipo de serviço.

O planejamento racional deveria contemplar e nivelar a abertura de frentes de trabalho que absorvessem a potencialidade dos recursos humanos formados. Entretanto, o que aconteceu ao longo desses anos foi justamente o contrário: redução da oferta de trabalho *versus* ampliação dos recursos humanos. O país não tem se preocupado em alterar esse panorama, muito pelo contrário, continua permitindo a sua amplificação. Diante de tal passividade em não se encontrar o equilíbrio, é que também se devem buscar alternativas de preservação da qualidade do ensino (IANNI, 2007).

2.1.3 Acreditação: uma realidade internacional

A União Internacional de Arquitetos (UIA) vem viabilizando, por intermédio da Comissão de Ensino de Arquitetura, a implantação de um caminho para identificar aquelas escolas que, distintamente de outras, atuam com excelência em suas atividades. Nesse sentido, a UIA concederia um selo para as instituições que se dispusessem a passar pelo processo de validação (UNESCO; INTERNATIONAL UNION OF ARCHITECTS, 2005).

2.1.3.1 Programa de validação e reconhecimento da UIA/UNESCO

A UIA/UNESCO criou um processo de acreditação para o ensino de arquitetura que tem como objetivo, em primeira instância, a formação de uma rede global de ensino da arquitetura mais aparatada e qualificada, em que as realizações individuais podem ser compartilhadas por todos. Essa rede reforçará a compreensão de que o ensino de arquitetura constitui-se

em um dos mais significativos desafios profissionais do mundo contemporâneo.

Inicialmente aprovado em 1996, o documento explicitando o processo foi elaborado por um grupo de dez especialistas, sendo coordenado pelo Consejo Superior de Arquitectos de España, o qual é representado pelo arquiteto espanhol Fernando Ramos Galino, coordenador da comissão, e por seus membros, a saber: Lakhman Alwis (Sri Lanka), Balkrishna Doshi (Índia), Alexandre Koudryavtsev (Rússia), Jean-Pierre Elog Mbassi (Benin), Xavier Rocha Cortes (México), Ashraf Salama (Egito), Roland Schweitzer (França), Roberto Segre (Brasil), Vladimir Slapeta (República Checa) e Paul Virilio (França) (UNESCO; INTERNATIONAL UNION OF ARCHITECTS, 2005).

Esse texto foi revisado em 2004/2005 pelo Comitê de Validação de Ensino de Arquitetura (UNESCO/UIA), em colaboração com a Comissão de Educação da UIA. Os autores dessa revisão foram os arquitetos Jaime Lerner (Brasil), representando a UIA, Wolf Tochtermann (Alemanha), representando a UNESCO, que também teve como relatora geral e correpresentante a arquiteta Brigitte Colin (França), e Claude Riquet (França), secretário-geral da UIA, como coordenador do Comitê de Validação.

O documento aprovado na Assembleia Internacional realizada em Istambul, Turquia, em 2005, estabelece como **considerações gerais** o que se segue.

- 1) Que os educadores devem preparar arquitetos para a formulação de novas soluções para o presente e para o futuro, enfrentando uma nova era que traz consigo graves e complexos desafios no que se refere à degradação social e funcional dos muitos assentamentos humanos. Esses desafios podem incluir a urbanização global e o consequente esgotamento dos ambientes existentes, a escassez de habitação, serviços urbanos e infraestrutura social, além da exclusão crescente de arquitetos de projetos do ambiente construído.
- 2) Que a arquitetura, a qualidade das construções, a forma como elas se relacionam com seu entorno, o respeito pelo ambiente natural e construído bem como o patrimônio cultural coletivo e individual sejam questões de interesse de preocupação pública.
- 3) Que os métodos de educação e formação para os arquitetos são variáveis a fim de que se possa desenvolver riqueza cultural e permitir a flexibilidade na evolução do currículo nas respostas a novas exigências, requisitos (incluindo métodos de entrega do projeto) do cliente, dos usuários, da indústria da construção e da profissão de arquitetura.
- 4) Que é de interesse público assegurar que os arquitetos são capazes de compreender as características regionais e dar expressão concreta às necessidades, expectativas e melhoria da qualidade de vida das pessoas, grupos sociais, comunidades e assentamentos humanos.

- 5) Que seja reconhecida a importância dos costumes regionais e culturais, das práticas e da necessidade de diferenças de currículo para acomodar essas variações. Deve existir um terreno comum entre os métodos pedagógicos utilizados e, através da criação de capacidades, isso irá permitir que os países, as escolas de arquitetura e as organizações profissionais possam avaliar e melhorar a educação dada aos futuros arquitetos.
- 6) Que a crescente mobilidade dos arquitetos entre os diferentes países possibilite o reconhecimento mútuo ou de validação de diplomas, certificados e outros títulos de qualificação formal.
- 7) Que o reconhecimento mútuo de graus, diplomas, certificados ou outros títulos de qualificação formal da prática no campo da arquitetura tem de ser baseado em critérios objetivos, garantindo que os titulares dessas qualificações continuarão a manter o tipo de educação e formação estabelecido no documento que define essas considerações gerais.
- 8) Essa visão do mundo de amanhã, cultivada nas escolas de arquitetura, deve incluir os objetivos relacionados abaixo.
 - Qualidade de vida decente para todos os habitantes dos assentamentos humanos.
 - Aplicação tecnológica que respeite as necessidades sociais, culturais e estéticas de pessoas com uso adequado de materiais e custos de implantação e de manutenção futura.
 - Desenvolvimento ecologicamente equilibrado e sustentável do meio ambiente natural e construído, incluindo a utilização racional dos recursos disponíveis.
 - Arquitetura que seja avaliada como de propriedade e responsabilidade de todos.
- 9) Que as questões relacionadas com a arquitetura e o ambiente devam ser introduzidas como parte da educação geral em escolas primárias e secundárias, visto que a consciência precoce do ambiente construído é importante tanto para futuros arquitetos como para os usuários dos edifícios.
- 10) Que programas de capacitação profissional continuados sejam criados para arquitetos na medida em que o ensino de arquitetura nunca deve ser considerado um processo fechado, pois a aprendizagem ocorre ao longo da vida.

O documento estabelece ainda as condições e exigências para a acreditação de uma escola de arquitetura (UNESCO; INTERNATIONAL UNION OF ARCHITECTS, 2005). Para que sejam atingidos os objetivos, as condições e os requisitos relacionados a seguir devem ser levados em consideração.

- 1) Estúdios adequados, laboratórios, centros de investigação, estudos avançados, bibliotecas, informação e intercâmbio de dados voltados às novas tecnologias devem ser disponibilizados nas escolas.

- 2) A fim de promover um entendimento comum e elevar o nível de ensino de arquitetura, uma rede deve ser criada, sendo apoiada em uma base de dados mundial para o intercâmbio de informações entre professores e alunos, assim como também deve existir uma rede regional que promova a compreensão de fatores locais, tais como clima, materiais, práticas e cultura vernacular. O uso de avaliadores externos é um método reconhecido para atingir e manter padrões comparáveis nos níveis nacional e internacional.
- 3) Cada instituição de ensino deve ajustar o número de alunos de acordo com sua capacidade de ensino, e a seleção dos alunos será relacionada às aptidões necessárias para uma educação bem-sucedida de arquitetura, devendo ser aplicada por meio de processo de seleção adequado a cada um dos programas acadêmicos.
- 4) A relação professor/aluno deve refletir a metodologia de ensino de projeto bem como os recursos necessários ao ensino superior e à realização do pleno processo de aprendizagem.
- 5) No ensino de projeto, a relação do aluno deverá ser individual e direta com o professor, e o diálogo entre ambos deve constituir a base do período de aprendizagem. A interação contínua entre a prática e o ensino de arquitetura deve ser incentivada e protegida, e o trabalho de concepção do projeto deve ser uma síntese dos conhecimentos adquiridos e da competência do acompanhamento.
- 6) O desenvolvimento de habilidades de desenho convencional ainda é uma exigência do programa de educação, e o uso de softwares especializados torna imperativo que se instrua a utilização de computadores em todos os aspectos do ensino de arquitetura.
- 7) A investigação e a publicação devem ser consideradas como atividades inerentes à arquitetura, e os educadores devem incluir métodos aplicados nas experiências na prática arquitetônica, no trabalho de projeto e nos métodos de construção bem como nas disciplinas acadêmicas.
- 8) Os estabelecimentos de ensino devem criar sistemas de autoavaliação, e a avaliação por seus pares deve ser realizada em intervalos regulares por educadores de outras escolas ou de outros países, devidamente preparados e experientes, além de arquitetos que atuam no mercado de trabalho ou que participem da aprovação pelo sistema de validação da UNESCO-UIA.
- 9) A educação deve ser formalizada por meio da demonstração dos recursos de um indivíduo até o final do programa de estudos. A parte principal de uma apresentação do projeto arquitetônico deve demonstrar os conhecimentos adquiridos e as habilidades correlatas. Para esse efeito, os jüris deverão constituir uma equipe interdisciplinar, incluindo examinadores

externos à escola, que podem ser profissionais ou acadêmicos de outras escolas ou países, mas com experiência e conhecimentos no processo de avaliação para esse nível.

- 10) É desejável uma grande variedade de métodos de ensino, inclusive ensino a distância e programas de intercâmbio para professores e estudantes em nível avançado. Trabalhos de conclusão de curso poderão ser partilhados entre as escolas de arquitetura como um meio de facilitar a comparação entre os resultados e a autoavaliação dos estabelecimentos de ensino por meio de um sistema de prêmios internacionais, exposições e publicações na internet.

O documento da UNESCO/UIA contempla um grande volume de informações coletadas e sistematizadas, constituindo um quadro que proporciona orientação e encaminhamento de estudantes e professores de todos os estabelecimentos envolvidos na educação e na formação da arquitetura e do urbanismo. É concebido como um documento dinâmico que será regularmente revisto, levando-se em consideração as novas tendências, as necessidades e a evolução da prática profissional bem como os sistemas de ensino (UNESCO; INTERNATIONAL UNION OF ARCHITECTS, 2005).

Além de todos os aspectos estéticos, técnicos e financeiros das responsabilidades profissionais, entre as principais preocupações expressas no documento está o compromisso social da profissão, ou seja, a consciência do papel do arquiteto e a responsabilidade desse profissional em sua respectiva sociedade, bem como a melhoria da qualidade de vida por meio de assentamentos humanos sustentáveis.

2.1.3.2 O programa de validação americano

Segundo o Conselho para Acreditação no Ensino Superior (Council for Higher Education Accreditation – CHEA), o ensino de graduação das engenharias e arquitetura nos Estados Unidos enfatiza aspectos relacionados à formação profissional e ao seu relacionamento com o sistema profissional. Nesse contexto, são abordados pontos referentes a grade curricular, sistemas de aulas e de créditos, atividades complementares e estágios, além do sistema de avaliação do tipo acreditação e do(s) exame(s) de ordem (INSTITUTE FOR RESEARCH AND STUDY OF ACCREDITATION AND QUALITY ASSURANCE, 2008).

O Sistema de Ensino Superior dos Estados Unidos da América (EUA) tem como características básicas a autonomia legal no tocante à legislação federal. Não obstante, nesse alto grau de autonomia a organização curricular dos cursos de graduação de Arquitetura e Engenharia é influenciada pelo sistema de acreditação dos cursos de graduação e pelo licenciamento profissional (AMERICAN COUNCIL ON EDUCATION, 2001).

O sistema de acreditação coordenado pelo CHEA tem como finalidade aferir a qualidade da IES e dos cursos de graduação através de

um processo externo de avaliação conhecido como *acreditação*. Esse processo de acreditação dos cursos de graduação envolve, entre outros aspectos, a análise da estrutura curricular dos cursos de graduação bem como as diretrizes gerais norteadoras da formação profissional (INSTITUTE FOR RESEARCH AND STUDY OF ACCREDITATION AND QUALITY ASSURANCE, 2008).

Ainda de acordo com o Institute for Research and Study of Accreditation and Quality Assurance (2008), o licenciamento profissional – um dos componentes do sistema profissional que tem por finalidade licenciar profissionais – depende da formação profissional adequada (geralmente obtida em curso acreditado), da aquisição de conhecimentos, competências e habilidades necessários ao exercício da profissão (usualmente comprovados através dos exames de ordem) e da prática profissional supervisionada.

O National Architectural Accrediting Board (NAAB), sistema de organização das áreas de arquitetura e engenharia, tem por base a regulamentação estadual que envolve o registro (licenciamento) e a fiscalização do exercício profissional. A concessão do licenciamento depende da formação complementada pela experiência profissional e pelos exames de ordem. Toda formação (adquirida nas instituições de ensino superior) tem sua qualidade atestada pelo sistema de acreditação dos cursos de graduação (NATIONAL ARCHITECTURAL ACCREDITING BOARD, 2008).

A regulamentação profissional aparece como principal componente estrutural do sistema profissional na arquitetura e nas engenharias. O exercício profissional é regulamentado por legislação estadual, não tendo nenhuma subordinação às leis federais. Em cada Estado, há Conselhos Estaduais (State Board) responsáveis pelo licenciamento profissional e pela fiscalização do exercício em certas profissões (que incluem a engenharia e a arquitetura). Os membros dos Conselhos Estaduais são geralmente indicados pelos governadores dos respectivos Estados para exercer mandatos que variam de Estado para Estado. Devido a certas especificidades das leis estaduais, a regulamentação profissional pode variar entre os Estados, influenciando não somente o progresso de licenciamento como também o exercício profissional fora do Estado em que o licenciamento é obtido (NATIONAL ARCHITECTURAL ACCREDITING BOARD, 2001).

A formação profissional em algumas áreas (incluindo as engenharias e a arquitetura) nos EUA é bastante influenciada pelo processo de acreditação dos cursos de graduação, influência esta que se reflete na definição das diretrizes gerais para a formação profissional. Tanto na área das engenharias quanto da arquitetura, a formação profissional em curso acreditado torna-se de fundamental importância para aqueles que buscam o registro profissional (NATIONAL ARCHITECTURAL ACCREDITING BOARD, 2001).

Com relação à formação profissional em arquitetura, a maioria dos Estados exige o bacharelado obtido em um curso acreditado pelo NAAB.

Contudo, há alternativas que permitem comprovar a formação necessária para a prática profissional. A acreditação de instituições de ensino superior e de cursos de graduação é uma das características mais marcantes do sistema de ensino superior dos Estados Unidos. Devido à ausência de ações coordenadas pelo governo federal em temas relacionados à regulação do ensino superior, a acreditação foi o mecanismo encontrado pela sociedade daquele país para zelar pela qualidade da educação superior e assim difundir ações que visem ao aumento da qualidade. Influenciada pela diversidade institucional e pela ausência de regulamentação federal, a acreditação no ensino superior apresenta contornos bastante complexos, podendo assumir duas formas básicas: (1) a acreditação institucional (referente a uma IES) e (2) a acreditação de cursos (referente a cursos de graduação e pós-graduação).

Independentemente da forma da acreditação, o processo é conduzido por organizações privadas e sem fins lucrativos, credenciadas pelo Departamento de Educação do Governo Federal ou pelo CHEA, que por sua vez também é uma organização privada e sem fins lucrativos. Na arquitetura, a organização responsável pela acreditação dos cursos de graduação é o NAAB, enquanto nas engenharias é o Accreditation Board for Engineering and Technology (ABET), sendo ambas as organizações credenciadas pelo CHEA (NATIONAL ARCHITECTURAL ACCREDITING BOARD, 2008).

Basicamente, o processo de acreditação de um curso de graduação possui dois componentes: um processo interno de avaliação e um externo. As atividades internas de avaliação são fundamentais para fornecer informações precisas a respeito de alguns indicadores de qualidade utilizados pelo processo externo da acreditação. Já o processo externo é estruturado para determinar se determinado curso alcançou o padrão mínimo de qualidade estabelecido pela entidade responsável pela acreditação. O processo externo da acreditação geralmente inclui três partes: (1) a análise das informações gerais no curso e o resultado da avaliação interna conduzida pela própria instituição; (2) a inspeção das instalações, realizada por uma comissão externa de especialistas da área; e (3) o julgamento das condições do curso avaliado com vistas à aferição do certificado de acreditação (NATIONAL ARCHITECTURAL ACCREDITING BOARD, 2008).

Depois de conferida a certificação da acreditação, o curso passa a receber visitas periódicas de avaliadores externos para verificar as condições certificadas anteriormente. Dessa forma, o resultado da acreditação limita-se basicamente a afirmar que o curso de graduação alcançou um determinado padrão mínimo de qualidade estabelecido (NATIONAL COUNCIL OF ARCHITECTURAL REGISTRATION BOARDS, 2005).

Ainda de acordo com o National Council of Architectural Registration Boards (2005), mesmo sendo um processo avaliativo voluntário, a busca da acreditação torna-se praticamente indispensável, tendo em vista a sua importância para o sistema de ensino superior dos EUA. Nesse contexto, a

acreditação influencia diretamente a organização curricular dos cursos de graduação das engenharias e da arquitetura por meio da estrutura curricular e das diretrizes gerais para a formação profissional.

Existem 113 cursos de graduação e pós-graduação acreditados pelo NAAB. Das organizações acreditadas, 30% oferecem apenas cursos de graduação, 30% ofertam cursos de graduação e mestrado, e em 40% há somente cursos de mestrado.

Segundo Marques (2004), um fato importante refere-se à duração dos cursos de graduação em arquitetura. Muito embora a grande maioria dos cursos de graduação ministrados nos EUA tenha duração de quatro anos, os de arquitetura devem ter pelo menos cinco anos para serem acreditados pelo NAAB. Com isso, espera-se que os alunos arquitetos acumulem aproximadamente 170 créditos, o que equivale a 2.550 horas. Já a duração dos cursos de mestrado depende da graduação. Os cursos podem ter duração de dois anos para os alunos com bacharelado em arquitetura e de três anos para os alunos dos demais cursos.

No que se refere à dimensão do ensino de graduação e de pós-graduação, como afirma o Institute for Research and Study of Accreditation and Quality Assurance (2008), pode-se verificar que os cursos de arquitetura são responsáveis por apenas 0,7% do alunado de graduação (bacharelados) nos EUA e por 0,5% do alunado de pós-graduação. No tocante à formação profissional, os cursos de arquitetura formam anualmente 5 mil bacharéis e 2,4 mil mestres, o que representa 0,4% dos ingressos nos cursos de graduação nos EUA e 0,5% dos egressos nos cursos de pós-graduação. No que diz respeito ao Exame de Ordem, os egressos dos cursos de arquitetura são submetidos a apenas um exame contendo uma parte teórica e outra prática. A taxa de aprovação da parte teórica (referente às estruturas gerais) foi de 73% em 2003, ao passo que a taxa de aprovação da parte prática do exame (relativa às soluções integradas a problemas técnicos e de segurança) foi de 68%.

Para Siqueira (2004), no caso da educação, em 1998, por meio de um documento então considerado como restrito (WTO-1998, Council for Trade Services, Background Note by the Secretariat, SCW49, de 23 de setembro de 1998), o Secretariado da OMC afirma que, com a permissão da existência de provedores privados na educação, os governos aceitam o princípio de que a educação, e em particular a educação superior, pode ser tratada como serviço comercial e que, em consequência disso, deve ser regulamentada no quadro da OMC.

O acordo prevê uma única exceção: estariam fora da área dos serviços comerciais regulamentados pela OMC aqueles que fossem fornecidos no exercício da autoridade governamental e, nesse quadro, que não fossem providos em uma base comercial nem permitissem a competição com um ou mais provedores de serviços. Na realidade, a educação é um bem público, os governos soberanamente têm o direito de delegar essa função a instituições da sociedade civil, tudo de acordo com normas e leis, base para um sistema de concessão que deve ser submetido a controles rígidos.

Dias (2002) assevera que, em setembro de 1999, organizações universitárias dos Estados Unidos e da Europa enviaram a seus governos uma nota contrária à proposta da OMC de “incluir o ensino superior” como um dos doze setores de serviços inseridos no AGCS.

Segundo Pereira (1999), a participação ativa e continuada faz-se necessária pelos arquitetos brasileiros. Ao IAB, seção nacional da UIA na Região III – (correspondente às Américas), cabe incentivar e sistematizar essa participação. A UIA é composta de um Conselho Superior, de Comissões ou de Grupos de Trabalho. É o centro de decisão mundial das atividades dos arquitetos e tem a missão de lhes facilitar a possibilidade de confrontar suas ideias e seus conceitos, compartilhar suas experiências, ampliar seus conhecimentos e aprender suas diferenças a fim de capacitá-los para a participação na melhoria das condições de vida.

Em síntese, quem apontar problemas e propuser soluções para a renovação do ensino de arquitetura quer mostrar, com um filtro bastante particular, a origem dessas crises que provocam a constante retomada do ciclo de conflito nas escolas. Esse filtro é tecido a partir da constatação de que, não obstante todos os inflamados discursos que defendem a função social da arquitetura, o arquiteto continua sendo formado para atuar a serviço do mercado (MONTLIBERT, 1995).

2.2 PRÁTICA PROFISSIONAL

O segundo elemento levantado nesta dissertação é o da prática profissional dos arquitetos, os quais constituem uma categoria social que, assim como outras, é definida por sua formação e pelo caráter do seu trabalho. Kotler (1999) afirma que o paroxismo do mercado ameaça as possibilidades de autonomia nas profissões, em particular naquelas de forte expressão cultural, intensificando as contradições que sempre marcaram o ambiente do arquiteto. A intrusão da “lógica comercial”, para Kotler (1999), antecede qualquer estágio da produção; constitui mesmo pré-condição do processo de produção, tal como no projeto arquitetônico que, desde os seus primórdios, desenvolve-se tendo o mercado como referência.

A globalização expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo como um modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Trata-se de um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória (IANNI, 2007).

O reconhecimento da existência do mercado de trabalho do arquiteto implica também no reconhecimento de uma das dimensões presentes na produção do projeto arquitetônico: produto que, nessa condição, é portador das contradições inerentes ao mundo das mercadorias. Entre as contradições presentes no processo de produção desse singular produto (projeto arquitetônico), é possível destacar aquelas relacionadas ao

mercado, tal como a competitividade, cada vez mais acirrada e intensa no contexto da globalização (SEGNINI JUNIOR, 2002).

Conforme Segnini Junior (2002), observa-se, com intensidade e frequência jamais registradas anteriormente, a primazia do mercado e dos critérios econômicos em detrimento das questões sociais e culturais. A dimensão *mercadoria*, presente no produto do trabalho do arquiteto – projeto do espaço construído – é reiterada e, como tal, divulgada por meio de ações e estratégias de *marketing*. Para tanto, frequentemente é minimizada a qualidade cultural do trabalho ou a dimensão *arte* e maximizada sua perfeita adequação ao consumidor bem como sua condição de gerar lucro para, dessa maneira, garantir uma fatia do mercado.

Deve-se compreender o papel do arquiteto na cadeia produtiva da construção civil com a função criadora e qualificadora do espaço construído, mas não com o autoritarismo do desenho, de significado hermético, obscuro e distante das reais necessidades do usuário. Esse profissional deve compreender as aspirações populares para ser entendido em suas proposições, mesmo ciente de que a culpa pela baixa qualidade do espaço habitado não seja exclusiva da arquitetura e dos arquitetos. Os arquitetos sozinhos, não têm a capacidade de resolver os problemas, que são de toda a sociedade e, não raras vezes, as políticas são baseadas na equação globalizante, conforme estabelecido pelos centros de decisão das políticas (BARRÉ; HAQUIN, 2000).

As consequências desse quadro globalizante em resumo levam ao surgimento de projetos genéricos que privilegiam nações em detrimento de outras menos estruturadas pela falta do devido nivelamento. O resultado é o endividamento, o desmantelamento da indústria nacional com posterior venda ou incorporação de empresas, a realização de obras majestosas envolvendo recursos que são pagos com o sacrifício da população, o empobrecimento cultural e material, o desemprego, etc. (IANNI, 2007).

Pereira (2005) afirma que a globalização da economia capitalista, compreendendo a formação de centros decisórios extra e supranacionais, debilita ou mesmo anula possibilidades de estratégias nacionais. Ainda segundo este autor, a Nação passou a ser considerada a unidade elementar da política, da economia e da cultura. A atrofia dos mecanismos de comando dos sistemas econômicos nacionais não é outra coisa senão a prevalência de estruturas de decisões transnacionais voltadas para a planetarização dos circuitos de decisões. Portanto, o perigo é eminente, a Nação encontra-se à mercê da abertura incondicional de suas fronteiras, invadida pela desenfreada corrida por novos e maiores mercados.

De acordo com Bastos (2003), na área da atuação do arquiteto, situações de pouco trabalho e desemprego revelam um modelo político que não contempla a perspectiva de formular propostas técnicas para as soluções que o país requer, seja nos campos da habitação, do urbanismo e dos serviços sociais diversos, seja no âmbito da própria atividade produtiva ou mesmo do aprimoramento do projeto. Para Toscano (2007), a questão principal não é simplesmente a amplitude que a arquitetura tem no tocante

ao conhecimento, mas a forma como as áreas se articulam e a relação das funções na distribuição do trabalho.

No que diz respeito ao exercício profissional no campo internacional para a UIA, o acordo sobre normas internacionais recomendadas para o exercício da arquitetura define as melhores práticas e as normas às quais estarão vinculadas. Por meio de uma série de diretrizes, esse documento estabelece um conjunto de normas destinadas às instituições governamentais de todo o mundo, fator pelo qual, mais uma vez, impõe-se participação e discussão permanentes (CHADOIN, 2005).

2.2.1 A prática profissional no contexto internacional

Há dezenove anos, desde o Congresso de Chicago, realizado em 1991, o Comitê de Prática Profissional da UIA tem trabalhado em caráter permanente nos planos de ação prioritários sobre temas como autorização, validação e reconhecimento do exercício profissional do arquiteto. Experiência prática, treinamento e residência, demonstração de capacitação e conhecimentos profissionais, registro, habilitação e certificação para o exercício profissional, ética e conduta profissionais e desenvolvimento profissional continuado também têm sido temas de destaque. O *UIA Accord on Recommended International Standards of Professionalism in Architectural Practice*, também chamado “Accord” ou Acordo UIA, trata das normas internacionais recomendadas de prática arquitetônica profissional, cujo objetivo é refletir sobre o desenvolvimento de diferentes práticas de capacitação e de habilitação profissionais para recomendar a adoção de procedimentos e de regulamentações que asseguriariam o aprimoramento do exercício da profissão (PEREIRA, 2005).

O Acordo UIA não tem a intenção de definir padrões obrigatórios estabelecidos por ajustes ou acertos negociados entre interesses antagônicos. Ao contrário, é o resultado do esforço cooperativo da comunidade internacional de arquitetos para instituir objetivamente padrões e práticas que melhor servirão aos interesses da comunidade, diferentemente do que preconiza a OMC sobre a matéria. O Acordo e os Documentos de Diretrizes buscam definir o que é considerado como a melhor prática para a profissão do arquiteto. Trata-se de documentos dinâmicos que estarão sujeitos a revisões contínuas e modificações à medida que a avaliação permitir a definição e as posições das organizações de arquitetos, bem como as opiniões de profissionais, e que a experiência prática determinar (INTERNATIONAL UNION OF ARCHITECTS, 2008).

A UIA está empenhada no que será, sem dúvida, um longo processo de busca de consenso quanto a padrões internacionais para a profissão, os quais se tornarão o ponto de partida para negociações multilaterais ou bilaterais que objetivem acordos de reciprocidade entre países, blocos de nações, como a União Europeia, ou Tratados que ainda estão sendo estudados e viabilizados, como é o caso do Mercosul.

A terceira edição do Acordo UIA, aprovado em Torino, 2008, é um documento consultivo que pode ser utilizado pelas Entidades Nacionais

associadas na definição e na revisão de seus próprios padrões específicos. O Acordo e as suas diretrizes também facilitarão às seções-membro da UIA a negociação de acordos de reciprocidade (INTERNATIONAL UNION OF ARCHITECTS, 2008).

A Assembleia da UIA, desde o seu encerramento em Torino, Itália, tem solicitado por meio de seus mecanismos de comunicação com as seções nacionais que o acordo seja transmitido a todos os departamentos dessas seções, com o pedido de adoção e participação no aprimoramento de sua estrutura. Reconhece ainda que existam diferenças culturais, de prática profissional e particularidades nos diferentes países que integram a organização, portanto essas entidades nacionais estão autorizadas a adaptar esses documentos às condições locais (INTERNATIONAL UNION OF ARCHITECTS, 2008).

A Assembleia reconhece, também, que a soberania de cada seção-membro da UIA deva ser respeitada nas negociações para acordos mútuos. Ressalta que as diretrizes têm de permitir a flexibilidade para princípios de equivalência e reciprocidade e que são estruturadas de forma a possibilitar a adoção de requisitos que reflitam as condições regionais e locais das respectivas organizações nacionais de arquitetos (INTERNATIONAL UNION OF ARCHITECTS, 2008).

Visando estar em dia com relação às necessidades da população mundial de arquitetos, o Colégio de Arquitetos da Catalunha (COAC) realizou pesquisa sobre as normas profissionais nas 76 seções nacionais vinculadas à UIA, portanto sob os auspícios da Comissão do Exercício Profissional da União Internacional de Arquitetos, em nome da sua seção espanhola.

A pesquisa realizada pelo COAC considerou as regulamentações preconizadas no *UIA Accord on Recommended International Standards of Professionalism in Architectural Practice*. Esse acordo foi elaborado pela Architectural Practice Commission, base do reconhecimento mútuo das competências da arquitetura em nível internacional, aprovada pela Assembleia Geral da União Internacional de Arquitetos, em 1999, para facilitar a liberdade de circulação internacional de profissionais, entre outros objetivos (FARRANDO, 2002).

Ainda segundo Farrando (2002), os dados têm sido organizados de acordo com as principais informações necessárias reunidas em questionário enviado a todas as seções nacionais membros da UIA:

- a admissão à profissão, que lida com a formação e os estágios;
- a prática profissional, incluindo detalhes sobre os vários aspectos da profissão em cada país; e
- a prática transnacional em relação ao exercício da profissão em outros países.

Com a publicação do primeiro livro para comparar os resultados analíticos da prática arquitetônica de investigação em torno do mundo, constata-se que 76 países responderam ao questionário. Em 2003, o questionário foi reformulado, e mais perguntas foram adicionadas para a

edição de 2005. Dessa vez, 52 dos 80 países atualizaram suas contribuições, e outros 11 que não haviam participado na primeira fase entraram no documento, atingindo um total de 91 países (FARRANDO, 2002).

2.2.1.1 Acordos internacionais

Os acordos internacionais regulam a livre circulação dos profissionais. Sua importância reside no fato de que, como veículos potenciais para a exportação de serviços de arquitetura, eles podem abrir as portas aos arquitetos para novos mercados nos países associados. É extremamente importante acompanhar o desenvolvimento dos acordos internacionais, principalmente porque isso implica no reconhecimento mútuo sobre a prestação de serviços de arquitetura. Os principais acordos internacionais são os que se seguem.

- **Acordos multilaterais**

Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS).

- **Acordos regionais**

A integração econômica dos blocos regionais tem-se desenvolvido muito na última década. Hoje, a maioria dos países faz parte de um bloco regional, e alguns são membros de mais de um bloco.

Esses acordos regionais são muito variados na estrutura e na abrangência, mas todos compartilham o objetivo de reduzir os obstáculos ao comércio entre os países-membros. No que se refere a alcance, esses acordos oscilam do livre comércio para as uniões econômicas e monetárias. Alguns exemplos: ASEAN, SAARC/SAFTA, GCC, EURASEC, UE, UMA, CEDEAO, CEMAC, COMESA, NAFTA, CARICOM, MERCOSUL, CA.

- **Acordos de reconhecimento mútuo**

Os acordos de reconhecimento mútuo, conforme aponta a OMC, são bilaterais ou multilaterais entre os tribunais e estabelecem mecanismos de equivalência, reconhecendo os arquitetos de qualquer das jurisdições envolvidas como profissionais semelhantes aos de outras jurisdições. Como esses acordos tratam necessariamente das especificidades de uma determinada profissão, os órgãos de registro profissional que legitimam a arquitetura tendem a desempenhar um papel importante no processo de negociação. É relevante salientar que o reconhecimento da equivalência entre um profissional estrangeiro e um nacional, ao abrigo de um acordo de reconhecimento mútuo, não implica automaticamente o direito estrangeiro para a prática na jurisdição interna. Para que isso aconteça, os governos devem ter eliminado os regulamentos restritivos de comércio, tais como requisitos de nacionalidade ou residência, o que impediria o profissional estrangeiro de aplicar licenças e autorizações necessárias ao negócio que permitiriam que o indivíduo estrangeiro pudesse exercer a profissão. É por isso que acordos de reconhecimento mútuo muitas vezes fazem parte dos

(ou estão associados a) acordos de comércio livre ou estão relacionados com outros acordos vinculados a esse assunto, como, por exemplo, a Diretiva 2005/36/CE referente ao reconhecimento mútuo dos diplomas de arquitetura na Comunidade Europeia (INTERNATIONAL UNION OF ARCHITECTS, 2008).

2.2.2 Prática profissional no Brasil: a união das entidades dos arquitetos pelo reconhecimento profissional

A interpretação da arquitetura como uma modalidade da engenharia, comum na sociedade brasileira até a década de 1930, fazia-se representar pelas funções comuns, como o projeto, a chefia e a fiscalização de obras, criando a ambiguidade na determinação de direitos e deveres no exercício profissional e a superposição funcional. Nesse período, segundo Pereira L. M. L. (2008), aos profissionais formados era atribuído o título de engenheiro-arquiteto.

A reação dos arquitetos começou a ser esboçada desde o início do século XX, com a tentativa de criação de instrumentos para fiscalização e regulamentação profissional. No campo da formação, a luta dos arquitetos, embora com intervalos grandes entre uma ou outra conquista, garantiu a independência do ensino da arquitetura, demonstrado pelo surgimento, em diversas regiões do país, de novas e independentes escolas. Inspirados pelo arquiteto Charles-Edouard Jeanneret-Gris, mais conhecido pelo pseudônimo de Le Corbusier, um dos mais importantes arquitetos do século XX, e pela escola de artes e arquitetura alemã, a Staatliches-Bauhaus, mais conhecida por Bauhaus, uma escola de vanguarda que funcionou entre 1919 e 1933 na Alemanha, os arquitetos organizam-se e movimentam-se para conferir à arquitetura uma face mais contemporânea, objetivando intervir na sociedade por intermédio do ensino e da prática profissional, e procurando substituir a formação universitária no exterior por um crescente surgimento de cursos superiores no país (SANTOS JUNIOR, 2001),

Ainda conforme Santos Junior (2001), a integração entre o ensino e a profissão foi um elemento fundamental na luta pela constituição das primeiras escolas de arquitetura e urbanismo independentes das escolas de engenharia e belas-artes, berços dos primeiros cursos de formação acadêmica na área, o que acabou por definir conjuntamente uma concepção de ensino e formação cujos traços podem ser percebidos até hoje. A realização do 1º Congresso Nacional de Arquitetura, em 1944, impulsionou vigorosamente essa demanda ao propiciar simultaneamente a reorganização do Instituto de Arquitetos do Brasil e apresentar como principal deliberação do evento o engajamento profissional na fundação de novas faculdades de Arquitetura e Urbanismo autônomas.

O sistema CREA/CONFEA teve sua estrutura concebida junto com a regulamentação do exercício da profissão de arquitetos, engenheiros e agrônomos no país, com o Decreto Federal nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, que se somou às iniciativas de modernização nacional, tendo sido assinado por Getúlio Vargas. Com esse decreto, determinou-se o exercício

profissional somente para aqueles diplomados em curso superior, nacionais ou estrangeiros, mas ainda se aceitava a atividade de funcionários públicos ou de outros profissionais que já possuísem licença até a data de publicação do decreto e que não tivessem algo que os desabonasse, ficando o critério de julgamento a cargo do Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

No que diz respeito à legislação profissional do arquiteto, esta não se resume a discussões sobre uma pretensa reserva de mercado que garanta privilégios; insere-se em um contexto mais amplo, o da crise do espaço habitado brasileiro. A carência de soluções técnicas criativas e responsáveis para os problemas de nossas cidades não é menor do que sua carência de recursos financeiros (PEREIRA, 2005).

Essa situação é fruto da ausência de uma estrutura jurídica própria, de uma legislação adequada voltada unicamente para a profissão do arquiteto. O modelo em vigor, multiprofissional, abriga hoje mais de trezentas profissões. Segundo Tibiriça (2007), somente será possível uma solução no momento em que os profissionais conheçam suas responsabilidades pela correta definição de suas atribuições, sendo, por isso, identificados em uma sociedade que reconheça sua importância.

Ainda de acordo com Tibiriça (2007), a busca ininterrupta nos últimos cinquenta anos de nossas organizações de arquitetos por um Conselho próprio clama pelo que deve ser considerado como privativo dos arquitetos: o exercício do projeto e a direção da obra de arquitetura, entendidos como a criação de espaços organizados, abertos ou fechados, por meio da concepção e construção, destinados a abrigar as atividades humanas.

Surgiram, na década de 1970, mais duas entidades: a Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura (AsBEA), criada em novembro de 1973, e a Associação Brasileira de Arquitetos Paisagistas (ABAP), em maio de 1976. Ambas não têm ainda representação em todos os Estados, mas participaram das articulações para a separação dos arquitetos do sistema CONFEA/CREA.

A tentativa de agrupamento dos arquitetos sob uma base única da categoria é uma aspiração de mais de 50 anos. Desde as movimentações por reformas de ensino e atuação profissional, preconizadas pelo IAB, nas décadas de 1940 e 1950 já se criticava a legislação e a maneira como a profissão de arquiteto estava atrelada à dos engenheiros. O IAB, a FNA, a ASBEA, a ABAP e a ABEA reagiram na forma de um processo de intensa mobilização a fim de aproveitar a oportunidade para efetuar a retirada completa do sistema atual e realizar a unificação dos arquitetos sob uma mesma e autônoma entidade. Em julho de 1998, essas organizações criaram o Colégio Brasileiro de Arquitetos (CBA), propondo a sua auto-organização com a apresentação de um projeto de lei que instituiria o Conselho Federal de Arquitetura e Urbanismo e os Conselhos Regionais, ao mesmo tempo que se promoveria o registro profissional sem prévia autorização de qualquer instituição. A criação de um conselho próprio é objeto de acompanhamento constante de todas as organizações profissionais dos arquitetos desde então (PEREIRA, 2005).

O novo Conselho, conforme projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, traz um modelo institucional que irá refletir a nova realidade do mercado de trabalho. Nessa realidade, terão reflexo as novas relações de produção da arquitetura, as novas atribuições que a sociedade confere à profissão, uma nova ordem profissional em que o arquiteto se reconheça no texto legal, em que sejam respeitadas a sua identidade e a sua especificidade e que tenha assegurados os seus direitos e fiscalizados os seus deveres de forma justa e democrática.

2.3 POLÍTICA PROFISSIONAL

O terceiro elemento é o da política profissional, representado pelas entidades dos arquitetos no Brasil – IAB, AsBEA, FNA, ABEA, ABAP – que, da mesma forma que outras entidades profissionais semelhantes, atravessam hoje um tempo de crise devido a falta de recursos, distanciamento dos associados, inexistência na maior parte do país e principalmente nos municípios do interior, ausência de novos líderes, entre outros.

Para Bauman (2000), a resposta a que se chega é a de que o aumento da liberdade individual pode coincidir com o aumento da impotência coletiva. Em outras palavras, não há uma maneira óbvia e fácil de traduzir preocupações pessoais em questões públicas e, inversamente, de discernir e apontar o que é público nos problemas privados. Sem a implantação de programas adequados ao momento em que vivemos, o que se tem constatado é um processo ininterrupto de esvaziamento e de estagnação das entidades no plano associativo.

Arendt (1999) afirma que a política organiza, de antemão, as diversidades absolutas de acordo com uma igualdade relativa. Os arquitetos chegam ao mercado de trabalho e não veem a necessidade de estarem engajados em qualquer das entidades existentes. Esse fato deve provocar a reflexão sobre que alterações devem ser feitas para que esse quadro seja revertido. A proposta de profundas mudanças nos mecanismos de relacionamento com a profissão do arquiteto não deve ser entendida como posição alternativa ao posicionamento social e político de nossas entidades, construído ao longo dos anos.

Internamente, há a necessidade de uma renovação de métodos que ampliem e consolidem a base da organização, permitindo com isso que a participação nos processos sociais ultrapasse o nível da retórica. A retomada dos estudantes ligando-os às entidades de classe, nas escolas de arquitetura, aponta um caminho na formação de novas lideranças, o que amplia o conhecimento das estruturas políticas organizadas (BAUMAN, 2000).

A preservação de entidades e organizações de qualquer forma de instrumentalização partidária, mantendo a integridade de seu caráter pluralista e autônomo no que se refere a opinião, proposta e ação, permite novos projetos com foco na profissão. A evolução do quadro brasileiro

confirma a validade dos princípios adotados e defendidos pelas entidades de classe ao longo dos anos (RINGON, 1997).

Gambarato (2007) propõe que esses princípios devam continuar a constituir o cerne de qualquer proposta de gestão das tradicionais entidades representativas dos arquitetos para que possam merecer o apoio dos profissionais. Por outro lado, há décadas os arquitetos perdem terreno, e é visível a urgência de uma transformação sistemática e sintonizada com a atualidade. Caso contrário, a maior consequência será o esvaziamento e o enfraquecimento de entidades como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) pelo surgimento de entidades associativas multiprofissionais que incluam a participação dos arquitetos impondo uma divisão continuada, como a que vem ocorrendo fora dos grandes centros urbanos.

Para Génèreux (2003), a evolução da sociedade brasileira transformou os arquitetos de um grupo basicamente homogêneo nas suas expectativas com relação à sua organização em um grupo extremamente heterogêneo e diversificado. No início dos anos 1970, surge a Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura (AsBEA). A ideia de se criar uma associação desse tipo partiu da iniciativa de alguns profissionais que compreendiam a importância de uma entidade que representasse e defendesse os interesses das empresas de arquitetura.

A fundação do IAB, em 1921, na sala de História e Teoria da Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes, precede importantes momentos culturais, tais como a Semana Modernista de 1922 e o Manifesto de Gregori Warchavchik, em 1925, e confunde-se com a história contemporânea da arquitetura brasileira. Era um Brasil com outro desenho, os arquitetos estavam em sua imensa maioria concentrados nas capitais dos Estados, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro (antiga Guanabara) e Minas Gerais (INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL, 2001).

Hoje a concentração de arquitetos nas capitais é grande. Praticamente metade deles vive em capitais. Entretanto, a outra metade encontra-se nos demais municípios, o que pressupõe novas formas de inclusão (CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA, 2008). Os efeitos da ausência de um projeto capilar atingindo os municípios são perceptíveis pela proliferação indiscriminada de entidades mistas de arquitetos e engenheiros espalhadas pelo interior dos Estados.

Há a necessidade de uma atuação das organizações para estabelecer com os arquitetos e a sociedade uma profunda discussão acerca do processo de produção da arquitetura tanto de significado cultural como do modo de produção em que está inserida. Arquitetura como cultura ou somente como comércio? Esse debate sobre produção da arquitetura, sobre o papel do arquiteto na sociedade e sobre as especificidades profissionais determina parte do conteúdo das responsabilidades dessas entidades (RODRIGUES, 2002).

Segundo Pereira (2005), algumas áreas do conhecimento, entre elas a política, estão ligadas à leitura da globalização, devendo a política ser

vista como um vasto e complexo processo que se concretiza em diferentes níveis e múltiplas situações. A dita globalização envolve o local, o nacional, o regional e o mundial tanto quanto a cidade e o campo, os diferentes setores produtivos, as diversas forças produtivas e as relações de produção. Compreende simultaneamente colonialismos e imperialismos, interdependências e dependências, nova divisão transnacional do trabalho e da produção e mercados mundiais, transnacionalismos e multilateralismos, alianças estratégicas e redes de comunicação.

2.3.1 No plano internacional

As entidades voltadas à classe dos arquitetos são muito diferentes das que surgiram no século passado. Hoje, há um número significativo de novas missões, em que as entidades abraçam amplo leque de domínios. Em suma, não cabe a elas simplesmente organizar concursos ou envolver-se somente em questões culturais, restritas às capitais dos Estados, mas sim se consolidar como organizações diversificadas, com trabalho em todo o território nacional.

Na atualidade, o contexto mundial caracteriza-se por um crescimento geral e crescente demanda por produtos eficientes em termos energéticos e matérias-primas sustentáveis. O crescimento econômico acelera o surgimento de novos centros econômicos da Ásia e da América Latina. Novas entidades econômicas e culturais nascem, a União Europeia tem agora 27 países, e a Ásia está olhando para o leste europeu. A OMC em seu site na internet declara intenção em consolidar um sistema mundial de comércio justo para o século XXI. As nações proclamam suas identidades mais alto, e as identidades das empresas multinacionais estão sendo questionadas. A África tornou-se mais pobre, e a Ásia mais rica (CHAMPY, 2001).

Mais de 50% da população mundial já vive em cidades. As energias renováveis e da água são temas prioritários. O desenvolvimento acelerado põe em risco o patrimônio histórico e cultural. O aquecimento global e as mudanças climáticas ameaçam as cidades mesmo em países desenvolvidos. Em meio a tudo isso, os arquitetos têm de encontrar um novo papel na sociedade e manter a sua liderança nos destinos da profissão. Nacional e internacionalmente, nossas organizações têm de responder a esses novos desafios, e para isso necessitamos estruturar a profissão em todo o mundo (THOMPSON, 2000).

Com 1,4 milhão de arquitetos de mais de 120 países, a UIA continua a ser a única interlocutora aceitável dos arquitetos, sendo reconhecida por organizações internacionais como OMC, HABITAT, ICOMOS e UNESCO. Alguns acham que uma resposta coletiva por intermédio da UIA é muito difícil e não é necessária. Mas as medidas tomadas para enfrentar os desafios de hoje têm sempre um impacto que vai além do contexto imediato, e todas as seções nacionais dos arquitetos, como o IAB no Brasil, beneficiam-se dessa rede global compartilhada. Isso não significa que a UIA tenha de fazer tudo. De fato, como parte de uma boa política e viabilidade, é

necessário que a UIA aprenda a dividir os encargos, recebendo a ajuda de outros e trabalhando com eles de mãos dadas.

2.3.2 No plano nacional

O enorme salto numérico da profissão, a aparente queda geral na formação decorrente da massificação do ensino universitário e o estreitamento das oportunidades de trabalho vêm marginalizando contingentes expressivos de arquitetos e alterando profundamente o quadro, que prevaleceu até os anos 1960. Esse quadro apresentava uma relativa correspondência entre as possibilidades de trabalho e o pequeno número de arquitetos, um intenso debate profissional, político, cultural e uma contínua troca de experiências, seja no nível da universidade, seja no nível das entidades (MORAES, 2001).

Ainda assegura Moraes (2001) que a sociedade não aceita mais entidades corporativistas que olham unicamente para seu interior e que buscam tão somente soluções para seus problemas. É fundamental voltar os olhos para essa sociedade. Programas e instrumentos adequados envolvendo comunidade e entidades devem ser criados com urgência. Nossas cidades não cumprem o papel de conferir à maioria de sua população as condições básicas de habitabilidade, conforto, segurança e reais condições de justiça, felicidade e dignidade. Diante desse quadro crítico, torna-se fundamental o compromisso das entidades e de seus filiados para com a sociedade, integrando-se nas lutas que a população trava pela conquista de um *habitat* condigno tanto no que se refere à moradia como à cidade e ao ambiente natural.

Por outro lado, Pereira (2005) alerta para a reciclagem constante das entidades, de modo que se tornem adequadas ao momento que atravessam. Essas entidades não devem viver das glórias do passado, devem estar atentas às transformações do mundo globalizado em que estão inseridas, além de levarem suas estruturas para o interior do país, pois os municípios brasileiros demandam atenção especial sob pena de os profissionais que não vivem nas capitais migrarem para entidades multiprofissionais.

Somente entidades envolvidas com as questões políticas e culturais dos arquitetos podem contribuir em sua área de conhecimento com o debate que toda a sociedade está travando para estabelecer as alternativas imediatas de ação que a arranquem da miséria, da dominação, das dificuldades econômicas e da insegurança quanto ao futuro, colocando ao alcance de todos os benefícios da cultura e da civilização (MONTLIBERT, 1995).

Gambarato (2007) afirma que nesse momento que a categoria de arquitetos – a qual nunca se caracterizou por concentrar-se – está mais dispersa, desarticulada, desmobilizada, afastada dos instrumentos imediatos de aglutinação e luta, que são suas entidades representativas, isso fica mais claro nas divisões entre capital e interior.

Ainda de acordo com Montlibert (1995), essa condição reflete, pela via das entidades, além da presença de fatores conjunturais, como já foi dito, as consequências, hoje plenas, da verdadeira fratura ocorrida no desenvolvimento do processo de produção cultural dos arquitetos, distanciando gerações e obrigando-os, imperiosamente, de um lado, ao resgate da memória cultural, e, de outro, ao estudo e debate da produção recente. É importante que a classe saiba o futuro que tem a propor em função do patrimônio já acumulado e da visão crítica sobre esse dito patrimônio no presente.

Nesse quadro, é fundamental que as entidades – utilizando todos os meios de comunicação a que têm acesso, todas as atividades que puderem programar e as instalações de que dispõem – tornem esses espaços ponto de encontro e aglutinação da categoria, seus pontos de referência básicos a partir do entendimento da diversidade de níveis de compreensão e interesse que se apresenta às entidades (MONTLIBERT, 1995).

Assim, sem perder a continuidade da luta em torno das questões políticas gerais da sociedade e dos interesses de caráter mais estreitamente profissionais e corporativos, é indispensável dar ênfase não só ao debate do conteúdo cultural de nosso trabalho, na acepção mais ampla e profunda que o conceito de cultura possa abranger, mas também na mesma intensidade a valorização do capital intelectual (SANTIAGO JR., 2007).

Massapina (2007) aponta como fundamental nessa entrada de milênio, por meio dos mais diversos eventos, propiciar o contato entre os arquitetos e a comunidade com vistas à discussão do processo de produção e apropriação do espaço habitado, procurando-se discutir as questões relativas à inserção da arquitetura no contexto social. Desse modo, as organizações de arquitetos devem debater os meios de participação do cidadão na estruturação dos seus espaços de vida cotidiana e no estabelecimento de critérios e prioridades para a organização desses mesmos espaços.

2.4 ECONOMIA NA PROFISSÃO

O quarto elemento, portanto, é a economia na profissão do arquiteto. Dados da consultoria Cushman Wakefield – Brasil, coletados nas sete maiores cidades do mundo, apontam que os arquitetos paulistanos estão entre os que têm remuneração mais baixa, melhor apenas do que a dos profissionais da cidade de Shangai, na China. O levantamento demonstra que os profissionais paulistanos com mais de sete anos de profissão ganham, em média, salários de 1.754 dólares, enquanto em Shangai a remuneração média é de 1.449 dólares. Em Buenos Aires, a média do salário de um arquiteto supera a do profissional brasileiro em mais de 100 dólares e atinge 1.892 dólares (SYMANSKI, 2003).

Pela mesma pesquisa, a liderança no que diz respeito a salários no mundo está com a cidade de Hong Kong, onde os ganhos médios de um profissional com mais de sete anos de atuação estão por volta de 7.726 dólares. Em Londres, que ocupa o segundo lugar de melhor remuneração,

os vencimentos dos profissionais estão, em média, em 4.600 dólares. Em Nova York, com o terceiro lugar no *ranking* dos melhores salários, os profissionais ganham, em média, 3.189 dólares (CONSIGLIO NAZIONALE DEGLI ARCHITETTI, PIANIFICATORI, PAESAGGISTI E CONSERVATORI, 2008).

Hoje, deslumbra-se um novo crescimento imobiliário no Brasil e no mundo. A construção civil está em destaque novamente e, por consequência, espera-se um aumento considerável de projetos. Os escritórios de arquitetura, que estão no momento com capacidade produtiva para poucos projetos, mobilizam-se para fazer com que suas estruturas cresçam a fim de absorverem esse mercado promissor que está chegando. A ideia é profissionalizar ainda mais os escritórios com o objetivo de melhorar a oferta de qualidade para corresponder à demanda.

Como usualmente ocorre em uma análise comparativa em âmbito internacional, o posicionamento da estrutura da oferta de serviços de arquitetura no mundo é uma questão complexa. Requer bastante atenção não só no que diz respeito à coleta de dados de base, mas também no tocante à avaliação. Os problemas que precisam ser enfrentados são aqueles relativos aos diferentes tratamentos da informação estatística, às diferentes formas de definição das atividades assim como às diferentes possibilidades de discordância dos dados.

Em todos os casos, a imagem comparativa que surge, nos limites da fonte disponível, constitui um ponto de vista especialmente útil para compreender o tema de estudo. O Eurostat, principal fonte estatística em âmbito europeu, utiliza o sistema de classificação da Associação Nacional das Faculdades e dos Empregadores (NACE), fornecendo dados que estão inseridos no sistema de oferta de profissionais empreendedores que existe no campo profissional da arquitetura aos da atividade de engenharia e de outras atividades técnicas em 76 países que servem de amostragem (NATIONAL ASSOCIATION OF COLLEGES AND EMPLOYERS, 2009).

Esses elementos estão relacionados com a atividade classificada na NACE. Com isso, o resultado no campo de atividades é muito mais amplo quando examinado em primeiro lugar, pois o resultado mostra os aspectos das profissões técnicas e de conhecimento técnico em que o arquiteto exerce um papel importante. Em todos os casos, essa primeira análise do posicionamento mostrou, com a pesquisa feita na Europa em 2005 com 900 mil empresas que atuam no campo da arquitetura, engenharia e outras atividades técnicas, que estas empregam mais de 2,6 milhões de pessoas, um volume de negócios anual geral de 245 bilhões de euros (Tabela 3).

Tabela 3 - Volume de negócios, empregados, número de empresas do setor, atividades de arquitetura e de engenharia e técnicas afins; ensaios e análises técnicas 2005 na Europa (*)

	Volume de negócios	Atividades/ empregados	Empresas	Volume de negócios/ ocupação (000€)	Volume de negócios/ empresas	Ocupação empresas
Reino Unido	47.554	384.731	58.724	123,6	809,8	6,6
França	45.752	333.657	80.600	137,1	567,6	4,1
Alemanha	36.409	416.587	91.688	87,4	397,1	4,5
Itália	27.367	3.619	253.377	75,7	108	1,4
Espanha	20.605	2.657	100.236	77,7	205,6	2,6
Holanda	11.827	11.179	17.125	106	690,6	6,5
Suécia	7.908	7.268	31.189	108,8	253,5	2,3
Dinamarca	6.437	39.135	5.917	164,5	1.087,90	6,6
Noruega	6.191	33.399	9.849	185,4	628,6	3,4
Áustria	4.942	48.537	13.048	101,8	378,8	3,7
Bélgica	4.942	41.932	16.971	117,9	291,2	2,5
Polónia	3.622	108.610	40.151	33,3	90,2	2,7
Finlândia	3.523	32.161	7.185	109,5	490,3	4,5
Rep. Tcheca	3.432	79.989	41.082	42,9	83,5	1,9
Grécia	3.129	51.510	39.936	62,5	80,6	1,3
Irlanda	2.785	21.070	4.433	132,2	628,2	4,8
Portugal	2.651	56.137	33.284	47,2	79,6	1,7
Hungria	2.355	47.375	23.340	49,7	100,9	2
Eslovénia	1.145	11.913	3.853	96,1	297,2	3,1
Roménia	877	49.357	9.890	17,8	88,7	5
Luxemburgo	556	4.818	987	115,3	562,8	4,9
Eslováquia	553	10.976	1.396	50,4	396,2	7,9
Bulgária	308	17.160	5.425	18	56,8	3,2
Lituânia	258	11.327	2.077	22,8	124,2	5,5
Letónia	221	8.157	1.192	27,1	185,5	6,8
Estónia	161	6.152	1.135	26,1	141,6	5,4
Chipre	110	2.295	629	48	175,2	3,6
TOTAL	245.710	2.627.768	894.719	93,5	274	2,9

Fonte: elaborado pelo CRESME com base nos dados do Eurostat

(*) Reino Unido, República Tcheca, Grécia 2004

O CRESME apresenta como resultado os aspectos das profissões técnicas e de conhecimento técnico nas quais o arquiteto aparece na liderança. Em todos os casos, essa primeira análise do posicionamento mostra a pesquisa feita na Europa, na África, na Ásia e nas Américas em 2008 com 90 mil empresas que atuam no campo da arquitetura, da engenharia e em outras atividades técnicas e que empregam mais de 2,6 milhões de pessoas, gerando um faturamento anual geral de 245 bilhões de euros (FARRANDO, 2002; CONSIGLIO NAZIONALE DEGLI ARCHITETTI, PIANIFICATORI, PAESAGGISTI E CONSERVATORI, 2008).

O número, o tamanho e o faturamento das empresas variam significativamente de país para país e representam um mundo no qual o panorama do mercado de projeto é profundamente diversificado. No entanto, nesse primeiro e amplo posicionamento, várias características interessantes podem ser observadas. A Itália é a nação com o maior número de unidades operacionais e com empresas com o menor tamanho médio quanto ao total de empregados. Existem cerca de 253 mil empresas atuando no campo de projeto e em atividades técnicas, o que corresponde a 33,6% do total da Europa em 2005 (FARRANDO, 2002).

A Itália é seguida à distância pela Espanha com 100 mil empresas, a Alemanha possui 91 mil, a França, 80 mil, e o Reino Unido tem apenas 58 mil. Esse resultado europeu mostra um dado importante para análise posterior, pois a Itália aparece com maior número de arquitetos no mundo e ocupa a primeira posição na Europa, enquanto a Espanha, com número de

profissionais bem inferior, encontra-se em segundo lugar na Europa, à frente de Alemanha, França e Reino Unido, podendo-se inferir que isso ocorre pela presença do cooperativismo de crédito mútuo para arquitetos (FARRANDO, 2002; CONSIGLIO NAZIONALE DEGLI ARCHITETTI, PIANIFICATORI, PAESAGGISTI E CONSERVATORI, 2008).

Nas Américas, a Federación Panamericana de Asociaciones de Arquitectos (FPPA) e os Conselhos Regionais dos países-membros são os informantes mais confiáveis, assim como os dados fornecidos anualmente pelas declarações junto à Receita Federal no caso do Brasil, como pode ser visto no próximo capítulo.

3 DESEMPENHO ECONÔMICO DA ARQUITETURA MUNDIAL E NACIONAL

3.1 O MERCADO DE SERVIÇOS DE PROJETO NO MUNDO

O banco de dados do Programa de Comparação Internacional (International Comparison Program – ICP) é fruto de uma análise do trabalho estatístico desenvolvido em 2005 pelo Banco Mundial, pelo Eurostat e pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma parceria mundial para recolher dados estatísticos comparativos de preços e compilar os valores das despesas de execução da receita bruta dos países, os produtos nacionais (PIB) bem como a estimativa de poder de compra (PPP) das economias do mundo.

O Programa de Comparação Internacional (ICP) acontecerá pela segunda vez com abrangência global, ao longo do ano de 2011. Segundo o Banco Mundial, além de atualizar e aprimorar as informações de 2005, o ICP irá permitir, por meio de novos processos de pesquisa, a introdução de atividades estruturadas na mobilização de uma ampla rede internacional de países e instituições. Essa rede global estará diretamente envolvida nas pesquisas metodológicas e de revisão, no levantamento das atividades e no processamento de dados, na análise nas áreas de estatísticas de preços, das contas nacionais e em campos relacionados, com a finalidade de estimar paridades de poder de compra das principais economias do mundo.

Em outubro de 2011, reunir-se-ão em Washington 160 países na conferência internacional “Usando PPP”. O objetivo do encontro é reforçar mais e mais a adoção da relação de preços entre dois países por meio do Purchasing Power Parity (PPP) em substituição a indicadores que tomam como base o Produto Interno Bruto (PIB), fazendo dessa forma com que seja possível comparar o resultado das economias por meio do bem-estar de seus habitantes em termos reais, isto é, de maior paridade no controle das diferenças nos níveis de preços.

Além disso, conforme demonstra a Tabela 4 apresentada na sequência, esse banco de dados permite, acima de tudo, medir o valor da riqueza produzida em relação à capacidade de compra de diferentes valores. Ainda com base nessa informação disponível e com os valores de 2005, é possível avaliar em escala planetária a riqueza produzida em 44 trilhões de dólares. Por outro lado, constata-se que 75% da riqueza encontra-se concentrada em 31 nações economicamente avançadas com valor estimado em 34 trilhões de dólares.

	Current US\$, XR term		Current internacional \$, PPP term	
	PIB	PIB per capita	PIB	PIB per capita
MUNDO	44.308.655.370.974	7.230	54.975.661.805.716	8.971
Economias avançadas	34.067.535.806.220	1.069.325	32.505.945.121.127	996.734
Principais economias avançadas G7	27.001.440.683.159	247.729	25.284.411.660.204	226.512
Outras economias avançadas	3.698.643.574.274	423.480	3.937.718.458.502	390.089
Zona do euro	9.431.790.532.362	457.379	8.720.520.658.284	433.299
Economias emergentes e em desenvolvimento	10.133.538.941.238	558.482	22.244.114.123.723	977.395
Novas economias industrializadas na Ásia	1.440.974.399.074	85.088	2.041.093.448.068	124.570
Hemisfério Ocidental	2.370.153.342.092	155.518	4.253.135.781.391	270.835
Oriente Médio	879.786.645.361	182.288	1.999.127.437.249	263.382
Ásia em desenvolvimento	4.000.447.564.499	33.079	10.230.500.701.063	77.603
Nações do Sudeste Asiático	751.989.697.286	11.077	1.880.359.455.017	26.643
África: Sub-Saara	641.569.415.176	64.919	1.305.917.833.895	126.522
África	669.306.273.894	68.223	1.326.592.497.601	131.521
Comunidade de Estados Independentes e ...	972.344.334.168	23.381	2.275.891.648.869	61.185
Europa Central e Leste Europeu	1.182.691.972.911	92.128	2.010.248.510.058	163.213
União Europeia	13.694.232.533.768	693.769	13.018.479.776.087	694.657

Fonte: elaboração do CRESME sobre o Programa Internacional de Comparação e Agregado de Países – FMI

O trabalho realizado pelo International Comparison Program (ICP) fornece para 2005 – como padrão determinado em valores correntes – números que consideram o poder de compra do dólar em diferentes economias, o que define um novo valor da riqueza mundial produzida na ordem de 54,9 trilhões de dólares e nas economias avançadas de 32,5

trilhões de dólares, expressos na Tabela 4. Os dados são reveladores se compararmos as colunas PIB(a) com PIB(b). Na comparação entre economias avançadas e principais economias G7, os valores das duas colunas se equivalem, enquanto nas economias emergentes encontramos a capacidade de compra dobrada (receita x custo).

No caso de investimentos em construção, o efeito multiplicador gerado pela variação no poder de compra do dólar mostra-se muito mais uniforme nos investimentos gerais. Na realidade, o processo de produção das construções atrai outros setores de recursos locais (matéria-prima e trabalho), beneficiando-se por completo do vantajoso poder de compra da moeda internacional em mercados locais dos países com economias fracas. A competição comercial no setor de projeto entre países tem demonstrado que a concorrência internacional pratica os preços dos países onde se instalam, excetuando grandes nomes da arquitetura mundial.

O International Comparison Program (ICP) (Tabela 5) também fornece uma soma dos investimentos em construção no mundo avaliada em 5,5 trilhões de dólares, com uma quota relativa das nações economicamente avançadas avaliada em 3,8 trilhões de dólares para as economias avançadas e 1,5 trilhão para os emergentes e em desenvolvimento. Da análise do bolo mundial, e quando se verifica a extensão territorial, a população, as riquezas e o volume de profissionais, constata-se que as economias emergentes poderiam ampliar sua participação no volume global se fossem apoiadas por investimentos em suas empresas de projeto e construção no que diz respeito ao seu aparelhamento, treinamento e nivelamento técnico às normas internacionais.

Tabela 5 - Capital fixo bruto para construção em 2005 – Preços atuais

	Current US\$, XR term	Current Internacional \$, PPP term
MUNDO	5.565.692.747.556	9.061.864.938.400
Economias avançadas	3.897.076.349.042	3.880.058.198.058
Principais economias avançadas G7	2.907.628.553.767	2.832.915.334.626
Outras economias avançadas *	463.684.546.870	594.684.904.190
Zona do euro	1.185.442.014.255	1.036.405.278.803
Economias emergentes e em desenvolvimento	1.500.638.348.988	5.115.040.947.578
Novas economias industrializadas na Ásia	204.337.048.248	390.882.615.135
Hemisfério Ocidental	233.962.432.763	491.680.807.438
Oriente Médio	81.442.182.952	299.100.813.294
Ásia em desenvolvimento	878.092.003.302	3.775.580.106.286
ASEAN-5**	92.234.359.794	429.480.467.105
África: Subsaara	55.681.216.681	89.786.711.792
África	60.434.938.825	78.195.832.623
Comunidade de Estados Independentes e Mongólia	103.469.836.135	222.102.728.642
Europa Central e Leste Europeu	135.011.984.128	225.340.114.757
União Europeia	1.657.669.529.923	1.419.825.532.484

Fonte: estimativa do CRESME sobre o Programa Internacional de Comparação, dados do FMI e da Euroconstruct

A partir de uma estimativa do mercado de construção (Tabela 5), segundo o TCPO/PINI, de 2009, é possível estimar um impacto de 10% nos gastos gerais no volume de negócios de serviços de projetos de arquitetura e engenharia. Na Figura 1, chega-se a uma definição do volume total de negócios de 466 bilhões de dólares. A análise dos números de cada país mostra que o principal mercado de referência é o dos Estados Unidos, estimado em 134 bilhões de dólares, seguido à distância pela China, com

quase 62 bilhões de dólares. Depois vem o Japão, com cerca de 54 bilhões de dólares, ao passo que a Itália, precedida pela Espanha, detém o oitavo lugar, com 17 bilhões de dólares, e o Brasil com apenas 7,7 bilhões está em 14º lugar.

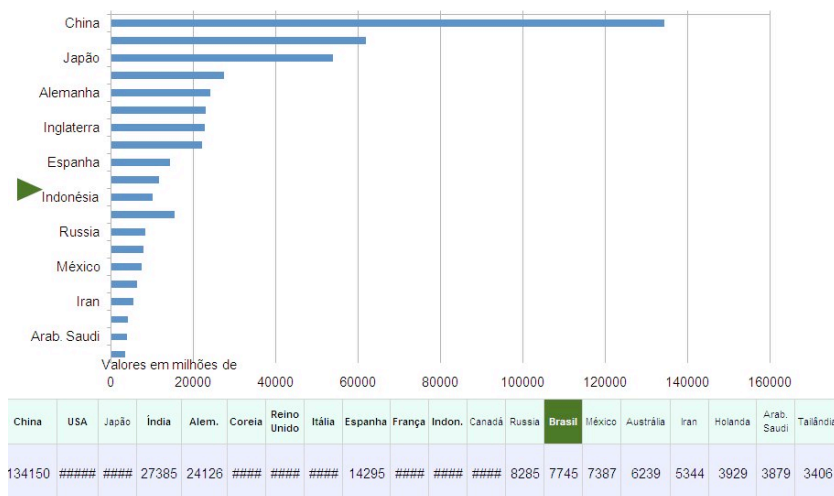


Figura 1 - Resultado dos serviços de projeto em 2005 – Corrente em milhões US\$ XR termo
Fonte: estimativa do CRESME sobre o Programa Internacional de Comparação - dados do FMI e da Euroconstruct

Ainda na Figura 1, o conjunto das primeiras 20 nações por tamanho de mercado representa um volume de negócios que pode ser avaliado em 466 bilhões de dólares, o equivalente a 86% de todo o mercado. Levando-se em consideração a diferença do poder de compra da moeda internacional nas diversas economias locais, a situação muda consideravelmente.

Com os números mais atualizados, disponibilizados pelo FMI, pela Euroconstruct e pelas Nações Unidas, é possível construir uma série histórica do mercado de projeto em âmbito mundial, mantendo no mesmo nível as proporções com relação ao PIB e aos investimentos empregados. Utilizando-se os números fornecidos pelo ICP e os dados do FMI e da rede da Euroconstruct para o setor da construção na Europa, o CRESME apresentou uma estimativa de crescimento do valor do mercado de construção entre os anos de 2005 e 2009. Esses dados parecem apontar para uma situação de mudanças, principalmente do ponto de vista macroeconômico, que introduz elementos de grande interesse por uma demanda maior na área de projeto em nível mundial.

O mercado de projeto global cresceu de 557 bilhões de dólares em 2005 para 823 bilhões em 2009. Contudo, esse crescimento somente ocorreu por causa das nações emergentes. De fato, as economias

avancadas observaram o crescimento do mercado em valores atuais de até 24% (de 39 bilhões de dólares em 2005 para 483 em 2009), ao passo que os países emergentes e em desenvolvimento assistiram a um crescimento no mercado de projeto de 107%, passando de 150 bilhões de dólares em 2005 para 310 em 2009. O peso dos países emergentes e em desenvolvimento no mercado de projeto mundial passou de 27% em 2005 para 38% em 2009.

Com base nas informações da Figura 2 e da Tabela 6 apresentadas na sequência, pode-se concluir que, com o mesmo volume de investimentos necessários para se construir um edifício nos Estados Unidos, é possível construir, pelo menos, quatro edifícios iguais na China. Se observarmos o PPP da Ásia em desenvolvimento na Tabela 6, que constatamos mostrar 4 por 1, pode-se facilmente imaginar que, com recursos para os profissionais locais, o mercado de projeto deverá também ser influenciado pelo efeito multiplicador. Com base nesse mesmo raciocínio, os primeiros locais na classificação devem contemplar a inclusão da Índia, do Brasil e da Rússia, como apontam os números da mesma tabela para o PPP das economias emergentes 3 por 1.

A China, com base no crescimento dos últimos cinco anos e no PPP, torna-se o principal mercado de referência, à frente inclusive dos Estados Unidos, com um volume de negócios para serviços de projeto que pode ser avaliado em 262 bilhões de dólares, conforme demonstra a Figura 2 apresentada a seguir.

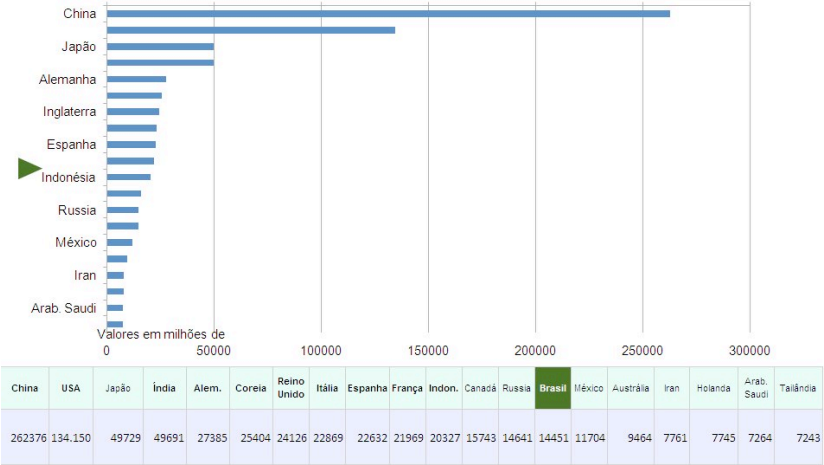


Figura 2 - Resultado dos serviços de projeto em 2005 – Poder de paridade de compra em milhões de US\$

Fonte: estimativa do CRESME sobre o Programa Internacional de Comparação, dados do FMI e da Euroconstruct

Tabela 6 - Resultado dos serviços de projeto em 2005-2009 – Milhões de US\$, preços atuais

	2005	2006	2007	2008	2009
MUNDO	556,6	616,6	699,7	777,5	823,2
Economias avançadas	389,7	416,8	450,7	476,3	482,8
Zona do euro	118,5	130,1	153,2	170,7	174,0
Economias emergentes e em desenvolvimento	150,1	180,5	225,8	274,2	310,6
Novas economias industrializadas na Ásia	20,4	22,4	23,9	26,1	28,5
Hemisfério Ocidental	23,4	28,1	33,5	39,8	42,7
Oriente Médio	8,1	9,4	12,4	15,9	18,7
Ásia em desenvolvimento	87,8	104,4	127,6	154,6	175,3
África: Subsaara	5,6	6,9	8,1	9,5	11
África	6,0	7,2	8,6	10,1	11,6
Comunidade de Estados Independentes e Mongólia	10,3	14,1	20,3	26,8	32,9
Europa Central e Leste Europeu	13,5	16,3	21,4	24,7	26,7
União Europeia	165,8	183,1	218,5	241,6	248,4

Fonte: CEAU/SESu-MEC/2009

As análises realizadas destacam alguns elementos para reflexão:

- PIB Mundial US\$ 55 tri x US\$ 5,2 tri na construção, sendo US\$ 3,8 tri relativos às nações economicamente avançadas = 73% (podendo ser minimizada a diferença se adicionados os recursos indiretos);
- 10% (dez por cento) aproximadamente é o volume de negócios de arquitetura e engenharia (520 bilhões). Desses valores, EUA e China levam 134 e 62, respectivamente. O Japão fica com 54 e a Itália ocupa o oitavo lugar, com 17;
- as dez primeiras nações levam os 73%, as dez seguintes, mais 12%, totalizando 85% (454 bi). O Brasil encontra-se em 16º lugar, com 6,2 bi;
- o peso dos países emergentes e em desenvolvimento no mercado mundial de projetos passou de 27% em 2005 para 38% em 2009.

3.2 UM RESUMO SUCINTO SOBRE AS 225 MAIORES EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL MUNDIAL DE 2000 A 2006

Conforme a revista americana Engineering News-Record (ENR), edição de agosto de 2008 que apresenta a classificação das 225 maiores empreiteiras mundiais, o faturamento dos principais protagonistas no mundo da construção chega a 650 bilhões de dólares, assinalando um novo crescimento (+15,6%) com relação ao ano de 2005, que foi em si um ano de expansão. Ao analisarmos as atividades internacionais das grandes empreiteiras, a vitalidade do mercado mostra-se ainda mais evidente.

O maior aumento relativo no que se refere a faturamento produzido no exterior e, portanto, proveniente de projetos internacionais não afetou, de modo uniforme, as diversas áreas geográficas. No entanto, é um sinal de uma mudança importante na situação econômica sobre a qual vale a pena refletir. Até 2006, o mercado de construção mundial impulsionou todos os países até o início da desaceleração econômica na Europa. Contudo, mesmo na fase de expansão, a maior parte do crescimento anual aconteceu na China, na Índia, nos países em transição, no Oriente Médio, na África e na América Latina. O crescimento econômico desses países é o resultado de transformações territoriais, urbanas, infraestruturais e industriais. Resulta das construções e de projetos nas diversas regiões do globo.

A Tabela 7 a seguir demonstra o crescimento da América Latina a partir de 2004, deixando para trás um período de recuo nos setores de projeto e, conseqüentemente, na construção civil.

Tabela 7 - O tamanho do mercado externo dos primeiros 225 contratados em todo o mundo (em bilhões de US\$)

	Variação %				
	2001	2002	2003	2004	2005
Ásia	3,2	15,0	16,9	10,8	19,0
Europa	17,8	41,1	29,1	13,7	4,8
Oriente Médio	7,1	81,3	53,9	10,8	47,0
América do Norte	-2,1	0,4	0,4	12,5	18,7
América Latina	-9,4	3,1	-8,1	32,7	31,4
África	26,1	14,4	12,6	5,9	18,3
TOTAL	6,6	23,3	19,9	12,9	18,7

Fonte: elaborado pelo CRESME com dados processados pelo ENR

Ainda, conforme a Tabela 7, em 2005, os dois polos que mais atraíram a atividade internacional foram o Oriente Médio e a América Latina, com crescimento de cerca de 47% e 31,4%, respectivamente. Com relação às atividades na América Central e do Sul, foi o segundo ano consecutivo de uma taxa sustentável após um período de considerável limitação das atividades ou, em outras palavras, passou de uma fase de encerramento de alguns projetos para uma fase, mais recente, de início de novos projetos. No Oriente Médio, durante todo o ano de 2000, as atividades mantiveram

uma expansão contínua com taxas especiais de expansão em 2003, 2004 e 2005 e no ano passado.

Em 2006, como mostrado na Tabela 8, houve crescimento das atividades internacionais na Ásia, na América do Norte e na África, aumentando o faturamento em relação ao ano anterior – maior do que 18% em todas as áreas. Somente a Europa parece ter perdido a margem de ‘atratividade’ para as grandes empreiteiras, que notam um aumento nos lucros dos negócios no velho continente de apenas aproximadamente 5%. Uma consequência direta é o peso menor dos projetos europeus, que cai para 32% em relação a todas as empresas internacionais, ou 71,9 bilhões, dos quais 56 estão relacionados a empresas europeias (mais de 78%). Enquanto a área de crescente atração é o Oriente Médio, o lucro das empreiteiras foi igual a 41,4 bilhões (18,4% do total, menos de 15% em 2005 e apenas 8% no começo do ano de 2000), e a divisão das atividades entre os países de origem das empreiteiras é também muito menos polarizada em favor dos europeus.

Tabela 8 - A importância das diferentes áreas geográficas no mercado externo dos primeiros 225 contratados em todo o mundo – 1997-2006 (valores %)

	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Ásia	32.0	30.0	26.0	22.0	20.0	20.0	19.0	18.0	17.9	17.9
Europa	27.0	26.0	29.0	27.0	27.0	29.0	33.0	36.0	36.3	32.0
Oriente Médio	10.0	12.0	10.0	9.0	8.0	8.0	12.0	15.0	14.9	18.4
América do Norte	14.0	13.0	17.0	26.0	27.0	24.0	20.0	17.0	16.5	16.5
América Latina	9.0	9.0	9.0	10.0	10.0	9.0	7.0	5.0	6.4	7.1
África	8.0	10.0	9.0	6.0	8.0	10.0	9.0	9.0	8.0	8.0
TOTAL	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: elaborado pelo CRESME – Dados processados pelo ENR

Apenas 32% dos projetos foram realizados por empresas do velho continente, 29% por empresas americanas e 16% por japonesas, e, também, apesar de em menor escala, existem outros grupos que não integram o das grandes empreiteiras. A importância do mercado asiático permaneceu estável em relação a 2005 (18%) para um valor geral de 40,185 bilhões de dólares, dos quais a quota principal ainda se refere às empresas europeias (40%). A América do Norte encontra-se apenas no quarto lugar, com uma lucratividade de 37 bilhões, dividida entre os projetos dos Estados Unidos e do Canadá. O mercado demonstra um baixo nível de abertura aos chamados ‘novos’ elementos, encarregando mais de 75% de seus projetos internacionais a empreiteiras europeias mais consolidadas, com margens de atividade limitada para os que vêm de outras áreas territoriais, como apresenta a Tabela 7.

Esses números do mercado africano são particularmente interessantes, em que ocorre uma concentração de 8% do faturamento internacional geral. As empresas chinesas são bastante ativas na área e ficam com 28% do total de 18 bilhões de dólares. A quantia residual, não muito mais do que 7%, relaciona-se a projetos na América Latina, a qual, como mencionado, tem sido um mercado dinâmico durante os dois últimos anos, mas é ainda relativamente pequeno e caracterizado pela grande

presença de empresas da Espanha (30% dos projetos) e dos Estados Unidos (23% das empresas).

Analisando-se apenas as dez primeiras empreiteiras do mundo, observa-se que elas detêm 30,2% do faturamento geral, uma porcentagem que sobe para 31,1% quando se faz referência apenas ao mercado externo e que confirma a situação que surgiu no ano passado. Um elemento novo é a conquista do terceiro lugar na classificação geral por uma empresa chinesa. Em 2006, as duas primeiras posições pertenciam à French Vinci e à Bouygues, com faturamento de 32,7 e 25 bilhões de dólares, respectivamente, e a terceira posição era da China Railway Engineering, com 21,3 bilhões.

Com a inclusão da China Communication Construction em décimo lugar, mas que no ano passado estava no vigésimo, existem ainda quatro grandes empreiteiras chinesas. As principais características dessas empreiteiras são o foco nos projetos nacionais, e a quota no mercado internacional representa cerca de 3%.

A empresa alemã Hochtief e a sueca Skanska encontram-se entre as dez maiores empreiteiras, atingindo a maior quota de faturamento em projetos internacionais – 89% e 79%, respectivamente. Deve-se salientar que as empresas japonesas desapareceram das dez primeiras posições, ao passo que, entre as americanas, somente a Bechte permanece entre as dez primeiras, e embora seja particularmente dinâmica no mercado internacional (+16,6%), mostra uma redução na atividade em seu país (-7%).

Uma forte demanda, os rumos do Programa de Paridade de Compra (PPP) e os riscos associados ao surgimento de novos competidores são alguns dos temas fundamentais e recorrentes entre os operadores nesse mercado dinâmico, em que o aumento de preço recorde do petróleo alimenta um clima de euforia em algumas partes do planeta. Isso estimula não só projetos de construção de plataformas de petróleo, mas também de infraestrutura e construção nas nações que são ricas por causa desse recurso. A esse fato, soma-se uma demanda cada vez maior por parte das nações emergentes e em desenvolvimento que precisam gerar um número maior de oportunidades de trabalho para as grandes empresas de construção que foram capazes de ser seletivas e escolher grandes margens de lucro e um fluxo de caixa mais estável.

Esse é um mercado dinâmico e em evolução, em que o recurso a formas mistas de financiamento de grandes estruturas está cada vez mais disseminado. Segundo alguns operadores, não existe mais nenhum país que não volte o seu olhar para os potenciais do PPP. Apesar de o mercado inglês continuar a ser forte no que diz respeito às parcerias público-privadas, também em países em que esse tipo de parceria ainda se encontra atrasada, tal com a Alemanha, o fenômeno está começando a crescer. Se a questão das parcerias impõe uma maior atenção para as ferramentas criadas por elas próprias e que não consiste mais na mera execução de obras, mas envolve amplos aspectos de atividades de projeto e gestão, nos mercados financeiros surgiu também uma série de elementos que trazem dificuldades na execução de projetos.

Em outras palavras, devido às variações cada vez menos 'previsíveis' dos custos de uma obra, das matérias-primas e das moedas, a estimativa dos custos de um prédio torna-se mais difícil, espalhando um ar de incerteza em um mercado em que as estimativas e previsões estão-se tornando cada vez mais um 'jogo de azar'. Outros riscos, ou, pelo contrário, outros problemas associados a esse mercado vigoroso e, portanto, atrativo, é o resultado da entrada de novos elementos, que em geral não têm a competência, a credibilidade ou os códigos de comportamento apropriados. Com base na análise desses elementos, podemos destacar alguns pontos para reflexão:

- no que diz respeito ao faturamento produzido no exterior, o maior aumento relativo é proveniente de projetos internacionais e não afetou de forma uniforme as regiões;
- a maior expansão acontece na China, na Índia, no Oriente Médio, na África e na América Latina; e
- em 2006, e a partir desse ano, os dois polos que atraíram atividade internacional foram o Oriente Médio e a América Latina, adicionando 47% e 31,4%, respectivamente, ao faturamento das 225 maiores empresas do mundo do setor.

3.2.1 Os elementos de dificuldade ou atratividade de cada país

Muitas empreiteiras chinesas experienciaram recentemente grandes mudanças, passando da posição de meras exportadoras de serviços de mão de obra para a área de projetos que demandam atividades de gerenciamento, de formas de EPC (contratos de projeto e construção) a BOT (umas das formas mais comuns de financiamento de projetos que requer que uma agência pública delegue a uma empresa de projeto a tarefa de construção da obra e a responsabilidade de gerenciá-la). Até mesmo o presidente da China Civil Engineering Construction Corp. declarou que os principais obstáculos para muitas empreiteiras chinesas são de natureza normativa, e não de natureza tecnológica. No entanto, o risco, que era a principal vantagem das empreiteiras chinesas, atualmente pode estar em uma fase de declínio. Na realidade, apesar do controle exercido pelo governo chinês, o valor da moeda *renminbi* tem crescido uniformemente e reduzido, portanto, as vantagens na área dos custos com mão de obra, produtos e maquinário 'feitos na China'.

A Índia oferece a vantagem de não ter empreiteiras gigantes de propriedade pública, embora sua principal dificuldade pareça ser o peso da enorme burocracia. Contudo, é um mercado em que é mais fácil competir, pois nele já existem grandes empreiteiras como a Hochtief, atualmente envolvida no setor de escritórios e moradias. O Oriente Médio é, sem dúvida alguma, um mercado em rápida expansão, principalmente suas nações produtoras de petróleo. De fato, os lucros substanciais após os ataques de 11 de setembro de 2001, associados ao dólar-petróleo, foram investidos localmente na região ou nos países vizinhos em projetos de infraestrutura ou em edifícios, o que estimulou um considerável avanço no setor.

No Oriente Médio, e principalmente no Iraque e no Afeganistão, existe uma grande tensão por causa de problemas com segurança, como tem sido evidenciado pelo número de empresas turcas, entre elas a Kolin Construction, Tourism Industry and Trading Co. Esta empresa, nos quatro anos em que esteve no Afeganistão, construiu 400 quilômetros de estradas, mas, em geral, em terríveis condições, o que acarretou, por exemplo, a perda de sete pessoas, entre elas engenheiros e trabalhadores. Já na Rússia, as experiências das empreiteiras são diversas, pois existe um ambiente extremamente difícil para as atividades econômicas, como foi declarado pela direção da Skanska, que recentemente deixou o mercado. Trata-se de um ambiente difícil caracterizado pela alta significativa nos custos com mão de obra e aço, mas que no entanto continua a ser a atração, por exemplo, da grande empreiteira francesa Bouygues. Apesar de as opiniões serem divergentes, a Rússia passa por uma fase de crescimento acelerado no mercado especulativo do petróleo. Existem grandes oportunidades para o desenvolvimento de campos de hidrocarbonetos e novas tubulações de gás no nordeste, no sul da Sibéria e no extremo leste da Rússia. Nas ex-repúblicas soviéticas, o petróleo e o gás continuam a ser os mercados principais e oferecem oportunidades para obras de grande porte, como é mostrado pelo envolvimento da Petrofac E&C em dois projetos no Cazaquistão.

Na direção oeste, o fluxo de capital do leste europeu é destinado a financiar a enorme demanda por infraestrutura contínua. Todos os países que recentemente entraram para a União Europeia representam novas oportunidades, mesmo que haja algumas dificuldades, tais como as reveladas pela Polônia com relação a restrições burocráticas. O país possui grandes planos de construção de estradas, ferrovias e aeroportos, e existem recursos disponíveis da UE, mas o elemento crucial é, em geral, representado pelas dificuldades de se obter a documentação e as autorizações necessárias. Por fim, na África há uma expansão no mercado de construção egípcio e que deverá continuar no futuro. O governo egípcio tem estimulado um clima favorável às atividades comerciais, gerando um crescimento rápido de investimentos estrangeiros diretos no seu país. No restante da África, existe também um grande potencial, mas a tendência registrada em alguns países da área de destinar contratos a grandes empresas europeias ou americanas a preços mais altos, ignorando os melhores preços das empreiteiras africanas, é, em geral, alarmante.

3.3 A DESACELERAÇÃO TURBULENTA DA ECONOMIA MUNDIAL: 2008-2009

‘Resistir aos ventos contrários’, ‘navegar em águas turbulentas’, ‘uma combinação de riscos diversos aumentam a incerteza’, ‘excepcionalmente incerto’. Essas são apenas algumas das expressões que os economistas estão usando para descrever a situação econômica mundial. A desaceleração da economia mundial agravou-se em 2008.

Durante os últimos anos o PIB e o comércio mundial têm sido fatores dinâmicos, mas o período de 2008/2009 foi caracterizado por uma desaceleração tanto do PIB quanto do comércio global: de acordo com a Comissão Europeia (CE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), o PIB global real cresceu cerca de 3,7 pontos por ano, um ponto porcentual menor do que no período de 2006/2007 (Tabela 9).

Tabela 9 - Estimativas de crescimento da produção mundial 2007-2009: uma comparação entre a CE e o FMI (% crescimento real do PIB)

	2007		2008		2009	
	CE	FMI	CE	FMI	CE	FMI
MUNDO	4,6	4,9	3,8	3,7	3,6	3,8
Europa 27	2,8	3,1	2	1,8	1,8	1,7
Euroárea	2,6	2,6	1,7	1,75*	1,5	1,25*
USA	2,2	2,2	0,9	5	0,7	0,6
Japão	2	2,1	1,2	1,4	1,1	1,5
Federação Russa	8,1	8,1	7,3	6,8	7	6,3
América Latina	5,3	5,6	4,3	4,4	4	3,6
África subsaariana	6,5	6,2	6,7	6,3	6,1	6,4
Oriente Médio e Norte da África	5,2	5,8	6,2	6,1	6,1	6,1
Ásia	8,6	9,7	7,9	8,2	7,6	8,4
China	11,9	11,4	10	9,3	8	8
Índia	8,4	9,2	8	7,9	3,6	3,8

Fonte: CE, comissão econômica, previsões econômicas: primavera 2008, abril 2008; Fundo Monetário Internacional (FMI), panorama econômico mundial, abril de 2008. FMI, julho de 2008

As economias avançadas sofreram mais do que a dos países emergentes; de acordo com o FMI, o PIB da economia americana somente cresceu cerca de 0,5%, enquanto que a CE previu um crescimento de 0,9%. Esse dado mostra que a economia mais importante do mundo passou por um estado de estagnação (à beira de uma recessão) em 2008. Em 2009, não houve grandes melhoras: de acordo com o FMI, os EUA tiveram um crescimento de apenas 0,6%, mas a CE previu um aumento de 0,7%. A zona do euro deveria registrar um crescimento anual de 1,75 (2008) e 1,25% (2009), e o Japão cresceu um pouco mais do que 1% nesses dois anos (Tabela 9).

A Ásia continuou a crescer cerca de 8% ao ano, e a Federação da Rússia, o Oriente Médio e a África obtiveram um crescimento de um pouco mais de 6% ao ano. Dois expressivos e diferentes ritmos caracterizam a economia mundial e os países industrializados avançados que parecem ser 'tartarugas'. Confrontados com esse cenário, é necessário salientar o pessimismo de outros prognósticos recentes. As Nações Unidas atualizaram o relatório sobre a "Situação da Economia Mundial e as Perspectivas para 2008" e descreveram uma situação ainda mais séria. O crescimento da economia mundial, que registrou uma taxa de 3,8% em 2007 – um ponto porcentual abaixo do que havia sido previsto pela CE e pelo FMI –, caiu acentuadamente para 1,8% e 2,1% no panorama dos anos de 2008 e 2009, respectivamente, como aponta a Tabela 9.

As perspectivas permanecem cercadas de muitas incertezas. Não é claro se a política de estímulo monetário e fiscal implementada pelos EUA terá efeitos rápidos ou se problemas mais prolongados nos mercados financeiros e imobiliários empurrarão a maior economia para uma recessão mais profunda com consequências globais.

A revisão demonstra uma deterioração ainda maior nos setores habitacionais e financeiros dos Estados Unidos no primeiro trimestre de 2008, continuando a ser um dos maiores obstáculos para a economia mundial no ano de 2009. Os efeitos contagiantes no mercado das hipotecas *subprime* em países em desenvolvimento e economias em transição foram até agora limitados, mas, à medida que a retração econômica se prolongar nos Estados Unidos, deve-se esperar um impacto mais adverso. Um resultado mais benigno é possível, visto que a política de estímulo monetário e fiscal lançada pelos Estados Unidos teve efeito durante o ano de 2008, fazendo com que os consumidores gastassem mais e restaurassem a confiança nos negócios e no setor bancário. Em 2009, isso não ocorreu com a intensidade esperada. Acompanhando o cenário pessimista, a economia mundial desacelerou 0,8% em 2008, seguida por uma recuperação lenta de 1,4% em 2009. As perspectivas permanecem cercadas de muitas incertezas. Não é claro se a política de estímulo monetário e fiscal implementada pelos Estados Unidos surtirá efeitos rápidos ou se problemas prolongados nos mercados financeiros e habitacionais empurrarão a economia americana para uma recessão mais profunda com consequências globais, como pode ser visto na Tabela 10.

Tabela 10 - Crescimento da produção mundial 2007-2009: cenários das Nações Unidas

	Patamar			Otimista		Pessimista	
	2007	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Crescimento da produção mundial	3.8	1.8	2.1	2.8	2.9	0.8	1.4
Países desenvolvidos	2.5	0.6	0.9	1.4	1.6	-0.3	0.7
Euroárea	2.6	1.1	1.2	1.7	1.7	0.4	0.9
USA	2.2	-0.2	1.2	1.0	1.2	-1.3	-0.3
Japão	2.1	0.9	1.2	-1.3	1.5	-0.3	0.9
Economias em transição	8.4	6.4	6.1	7.3	6.5	4.5	3.0
Economias em desenvolvimento	7.3	5.0	4.8	6.3	6.0	3.5	3.3
África	5.8	4.9	4.6	6.2	6.1	2.2	1.1
Leste e Sul da Ásia	8.5	5.9	5.7	7.3	6.9	5.0	5.5
Ásia Oeste	5.3	4.0	4.1	5.4	5.1	2.9	2.7
América Latina	5.7	3.1	2.6	4.2	4.0	-0.3	0.9
Volume de crescimento do comércio mundial	7.2	4.7	5.1	6.0	6.1	2.5	4.5

Fonte: NU Nações Unidas, situação econômica mundial e perspectivas para 2008. Atualizado em meados de 2008. Cenário de referência de maio de 2008.

Assim como a desaceleração do PIB, o crescimento do comércio mundial caiu acentuadamente – de cerca de 7% em 2007 para 6% (ou 5% segundo a ONU) nos anos de 2008 e 2009. Uma análise da Tabela 11 apresentada a seguir permite compreender a piora das previsões de crescimento do comércio mundial e como essa queda foi um dos principais

fatores que contribuíram para a redução do crescimento das taxas mundiais do PIB em 2008 e 2009.

Tabela 11 - O comércio internacional (FMI e ONU)

	Outono de 2007			Primavera de 2008		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
FMI	6.6	6.7	sr	6.8	5.6	5.8
NU	7.2	7.1*	sr	7.2	4.7	5.1
CE	7.5	7.0	7.2	6.8	6.2	5.8

Fonte: NU Nações Unidas, situação econômica mundial e perspectivas 2008. Janeiro de 2008; Atualizado em meados 2008, maio 2008; FMI Fundo Monetário Internacional, Panorama Econômico Mundial, setembro de 2008; CE, Comissão Econômica, Previsões Econômicas: Primavera 2008

Com a globalização e os ganhos resultantes na produtividade das economias emergentes, os países em desenvolvimento estão empenhados no processo de atingir o mesmo patamar dos países desenvolvidos. Durante anos, o potencial de crescimento dessas nações tem sido maior do que o dos países industrializados em vários pontos percentuais. Ainda que a participação desses países no resultado mundial tenha sido corrigida para baixo, como mostra o Programa Internacional de Comparação (ICP), por meio de um projeto conjunto entre o Banco Mundial, o Eurostat e a OECD publicou-se um novo Programa de Paridade de Compra (Purchasing Power Parity - PPP), com taxas de câmbio para 146 países que estão ainda crescendo e que ainda crescerão à medida que esse processo de chegar nos mesmos níveis econômicos prevalecer.

Por exemplo, se a China continuar a se expandir no mesmo ritmo atual, sua economia ultrapassará a dos EUA por volta do ano 2020. Contudo, a lacuna no que se refere ao PIB *per capita* permanece enorme entre os países emergentes e os industrializados. Hoje o PIB dos chineses é a metade do PIB dos EUA, enquanto o PIB *per capita* chinês é somente um décimo do PIB dos EUA. Tais diferenças no padrão de vida sugerem que o processo de se chegar nesses mesmos níveis provavelmente continuará por um longo período.

Vários fatores acionaram essa desaceleração, mas três parecem ser os mais marcantes:

- a retração econômica no mercado imobiliário teve início nos EUA com a crise subsequente dos empréstimos hipotecários subprime e o risco de recessão para a economia americana;
- a contração dos mercados financeiros internacionais: de acordo com a Comissão Econômica da UE, a confusão financeira está ainda em curso, e muitos bancos estão severamente afetados pelas perdas e pela redução do valor contábil dos ativos; e
- o aumento excepcional dos preços do petróleo, dos alimentos e dos metais: esse fato ampliou a taxa de inflação das maiores economias mundiais, uma séria questão humanitária somada

a problemas de estabilidade em alguns países em desenvolvimento.

3.4 ARQUITETOS NA EUROPA

As fontes que descrevem com mais exatidão o mundo do projeto de arquitetura não são muitas: provêm de estatísticas nacionais, agências profissionais, uns poucos pesquisadores nas universidades e analistas de orçamento que trabalham estudando o comportamento dos principais operadores de mercado. Para atender aos objetivos deste estudo, limitaremos-nos ao uso de algumas dessas fontes para descrever as dimensões da profissão da arquitetura no contexto da Europa. A primeira fonte a ser analisada é o trabalho realizado pela European and Foreign Department of the Italian National Architects, Planners, Landscapers and Conservationists Association, publicado no portal da ArchiEuro (2008). Em 2006, a Itália apareceu como uma nação de arquitetos e com efeito é o país com o maior número de arquitetos registrados na associação profissional na Europa, com 123 mil inscritos. Possui também o maior número de estudantes de arquitetura. O número só é comparável ao da Alemanha, onde existem 103 mil arquitetos, dos quais apenas 50 mil são registrados profissionalmente, visto que o restante trabalha geralmente no setor público. A Alemanha é seguida a uma distância enorme pela Espanha, que possui 32 mil cadastrados, o Reino Unido com 30 mil, a França com 27 mil e a Grécia com 14 mil.

Na Itália, o índice de presença é de um arquiteto registrado para cada 470 habitantes em relação a uma média europeia de 996 habitantes. Os países que estão mais próximos da Itália, mas com quase o dobro, são a Grécia, com um arquiteto para cada 731 habitantes, e a Alemanha, com 797. Na França, existe um arquiteto registrado para cada 1.235 habitantes, ao passo que no Reino Unido os números indicam um para cada 1.925. Com exceção da Itália, nos outros 14 países europeus sob análise, têm-se um arquiteto cadastrado nos registros profissionais para cada 1.235 habitantes. Os dados relativos ao número de estudantes matriculados nas faculdades de arquitetura (e nos institutos equivalentes nos vários países europeus) confirmam também a inclinação dos italianos para essa profissão.

Os estudantes de arquitetura na Itália chegam a 76 mil, sendo um para cada 761 habitantes, ao passo que a média em outros países europeus é de um aluno de arquitetura para cada 2.589 habitantes. Portanto, de forma geral, pode-se afirmar, que a Itália é uma nação de arquitetos. Porém, sendo 'o Belo País' a nação dos arquitetos, quando se trata de estúdios e empresas de arquitetura, a situação mostra-se diferente, principalmente se examinarmos a situação das atividades técnicas, que são a base dos processos de transformação das cidades e dos territórios. Essas atividades relacionam o setor de construção, os compartimentos das construções residenciais, não residenciais e as obras da engenharia civil (Tabela 12).

Tabela 12 - Estudantes de arquitetura e arquitetos filiados à ordem profissional na Europa (1999 a 2005)

		Estudantes de arquitetura	Arquitetos registrados	População	População/arquitetos	População/estudantes
1	Itália	76.041	123.083	57.844.017	470	761
2	Alemanha	45.000	103.000	82.100.000	797	1.824
3	Espanha	21.275	32.628	39.600.000	1.214	1.861
4	Reino Unido	7.948	30.600	58.919.000	1.925	7.413
5	França	19.000	27.000	60.152.874	2.228	3.166
6	Grécia	2.007	14.500	10.600.000	731	5.282
7	Bélgica	6.880	10.500	10.213.752	973	1.485
8	Portugal	8.213	8.586	10.143.000	1.181	1.235
9	Holanda	5.100	7.650	15.600.000	2.039	3.059
10	Dinamarca	2.048	6.500	5.300.000	815	2.588
11	Suíça	2.581	6.200	7.300.000	1.177	2.828
12	Suécia	1.300	5.376	8.900.000	1.656	6.846
13	Noruega	1.000	3.600	4.400.000	1.222	4.400
14	Finlândia	1.400	2.280	5.145.000	2.257	3.675
15	Irlanda	650	2.300	3.644.000	1.584	5.606
TOTAL		200.443	383.803	379.861.643	990	1.895

Fonte: elaboração do CRESME com base nos dados do Eurostat

Nas páginas seguintes, é possível examinar melhor essas questões e, acima de tudo, fazer a análise das dinâmicas da demanda bem como o panorama de desenvolvimento do mercado na área. Contudo, o que possivelmente é mais útil fornecer aqui é uma imagem, apesar de ser apenas um esboço, das dimensões dos principais participantes do projeto em âmbito europeu e mundial.

Em dezembro de 2009, a Federação Sueca de Consultoria de Engenheiros e Arquitetos (Swedish Federation of Consulting Engineers and Architects - STD) publicou a “Sector Review”, um estudo de abrangência internacional sobre o mercado de consultoria nos campos da engenharia e arquitetura nos países escandinavos e na Europa.

Trata-se de um estudo detalhado que enfoca dois aspectos:

- (1) o profundo processo de inovação e imaginação, que fazem parte da profissão, e
- (2) o crescimento do mercado mundial de projetos como consequência da construção.

O estudo salienta, em primeiro lugar, o fato de que a consultoria no campo da engenharia e da arquitetura na Europa é liderada por sete nações: (1) França, (2) Inglaterra, (3) Dinamarca, (4) Holanda, (5) Alemanha, (6) Suécia e (7) Itália. Em segundo lugar, mostra que as primeiras cinquenta empresas dessa classificação empregavam cerca de 300 mil pessoas com um faturamento cumulativo de 20 bilhões de euros em 2009. Contudo, a Federação Sueca desenvolveu outra classificação importante, que relaciona exclusivamente estúdios e empresas de arquitetura. O tema empresarial principal dessa classificação é a empresa inglesa AEDAS Architects Group, que registrou em 2009 um faturamento de

258 milhões de euros, com 1.900 arquitetos. Em segundo, vem a RMJM Hillier Group, com 696 arquitetos e um faturamento de 125 milhões de euros. Em terceiro lugar, aparece a Foster & Partners Ltda. Studio, que faturou 191 milhões de euros e conta com 1.018 arquitetos. Entre os 50 estúdios de arquitetura, 26 são ingleses, e o restante está distribuído entre Suécia, Dinamarca e Alemanha. Obviamente, essa é apenas uma classificação parcial, e a última empresa dessa classificação registrou um faturamento de apenas 14 milhões de euros.

Todavia, existe uma clara diferença quando as empresas de arquitetura são comparadas com as de engenharia e/ou multidisciplinares (arquitetura e engenharia juntas), que captam de diferentes modos a evolução das tecnologias no mercado. A análise foi recuperada e retrabalhada na Europa pela empresa parceira inglesa BD-Building Design 3. Na pesquisa mundial realizada ao final de 2008 pela revista inglesa de arquitetura "Building Design BD - World Architecture Top 100", sendo publicada em janeiro de 2009, constata-se que 90 das 100 maiores empresas encontram-se em apenas 11 países, 36 delas nos Estados Unidos, 23 na Inglaterra, 14 no Japão, no Canadá e na Austrália, e 17 empresas estão distribuídas entre China, França, Coreia do Sul, Alemanha, Dinamarca e Irlanda.

De 2006 a 2007, o número de arquitetos empregados quase que dobrou. Já de 2007 a 2009, o crescimento médio foi de 20%. No entanto, quando se examina a 100ª empresa mundial na classificação, encontra-se o FLAD & Associates, um grupo americano que emprega 92 arquitetos e que tem um faturamento que varia de 70 a 79 milhões de dólares.

As análises realizadas destacam três elementos para reflexão:

- o primeiro é a importância das profissões técnicas no mundo em âmbito europeu e mundial, e seu crescimento constante. As profissões técnicas são a força motriz do desenvolvimento econômico;
- o segundo é que existe uma tarefa a ser realizada no que diz respeito à evolução do mercado de projeto e que mostra a relação entre o arquiteto, a tecnologia e a inovação no mercado das construções. O arquiteto está abrindo novos caminhos ou está sendo levado pela inovação?; e
- o terceiro relata os métodos de transformação das cidades e dos territórios: o crescimento dos investimentos em construção descritos na primeira parte e o consequente crescimento do papel dos arquitetos, atribuindo para a figura técnica desse profissional uma função central na qualidade do processo de transformação e a importância de uma maior consciência por parte das instituições, universidades e organizações profissionais internacionais.

3.5 ARQUITETOS NO BRASIL

De acordo com a Associação Brasileira de Escolas de Arquitetura (1978), em 1933, ano da primeira regulamentação profissional no Brasil, existiam quatro escolas de arquitetura no país. Além dos cursos da ENBA, do Rio de Janeiro, da Escola Politécnica e da Escola de Engenharia do Mackenzie, de São Paulo, havia uma faculdade independente, a da Universidade de Minas Gerais, criada em 1930 (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA, 1978). Fiore (1992) menciona, também, a existência de outros dois antigos cursos, da Escola de Belas Artes e da Escola Politécnica da Bahia, fundadas em 1877 e 1896, respectivamente. Ao que tudo indica, esses cursos estavam inoperantes em 1933, como é também o caso do antigo curso de arquitetura da Escola de Engenharia de Porto Alegre, que funcionou entre 1898 e 1911. Ainda segundo a Associação, as escolas já eram doze, em 1966; vinte e oito, em 1974; setenta e duas, em 1994 e cento e quarenta e sete, em 2002. Em 2008, são contabilizadas cento e oitenta e quatro escolas de arquitetura. Os períodos de crescimento mais significativos ocorreram entre 1966 e 1974, e entre 1994 e 2002, de 16,66% e 13,02% ao ano, respectivamente.

Mas, se a tendência dos anos 1970 e 1980 foi a de multiplicar as escolas nas regiões mais desenvolvidas do país, Sudeste e Sul, na década de 1990 foi a de dispersão geográfica, na busca de regiões afastadas desses tradicionais centros culturais e econômicos. Ou seja, o primeiro período de expansão do ensino corresponderia ao incremento da economia brasileira e a uma efetiva demanda por profissões técnicas; o segundo, à ampliação do mercado da educação, proporcionado pela prescrição de regras facilitadoras para a criação de novos cursos por instituições privadas de ensino. O fenômeno do aumento dessas escolas foi observado, igualmente, no mundo ocidental como uma tendência geral do ensino universitário nas décadas de 1980 e 1990, de acordo com Monedero (2003).

Nas estatísticas apresentadas pela União Internacional de Arquitetos (UIA), em 2002, a qual estimava a presença de oitenta mil arquitetos no Brasil nesse ano, o país apresentava uma média de 0,463 arquitetos para cada mil habitantes, ocupando posição equivalente à de países como Holanda ou França (com índices de 0,472 e 0,455, respectivamente) (MONEDERO, 2003). O estudo da UIA – que não incluiu países com índices menores que 0,200 – apresenta as posições mais destacadas para Japão e Itália (2,292 e 1,449 arq./1.000 hab., respectivamente). A proporção de profissionais existentes em cada um dos quarenta e cinco países pesquisados está diretamente relacionada às condições locais de formação e ao exercício, e principalmente à regulamentação profissional e ao controle da oferta de novas vagas nas escolas. Também influi nesse fato a existência ou não de profissões que venham a competir com o arquiteto no mercado de trabalho, como é o caso da engenharia civil, no Brasil, modalidade profissional desconhecida em outros países.

As estatísticas referentes ao número de escolas e, ainda, de arquitetos registrados nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA) de cada Estado devem ser relacionadas ainda com outros indicadores, tais como % sobre toda a população, % médio de

crescimento anual, densidades, escolas, bem como áreas não urbanizadas e urbanizadas.

Deve-se considerar, porém, como provisórios os dados do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA) no que se refere ao número de arquitetos registrados por Estado, em abril de 2008, uma vez que foram detectadas inconsistências entre esses e os dados informados diretamente por alguns Conselhos Regionais. Esse fato foi levado ao conhecimento do CONFEA, que iniciou em agosto desse mesmo ano uma verificação geral dos dados do cadastramento profissional realizado em 2007.

Ressalvada a observação referente à necessidade de se aguardar a conferência dos dados do recenseamento profissional promovido pelo sistema CREA-CONFEA, em 2007, constata-se a proporcionalidade média atual de 0,404 arq./1.000 hab. no caso do Brasil. Confirma-se, também, a existência de uma escola de arquitetura para cada milhão de habitantes. Mas, ao mesmo tempo, podem-se observar as grandes diferenças existentes entre as regiões brasileiras também no que concerne à distribuição de escolas e à presença proporcional de arquitetos, que poderão ser relacionados, por sua vez, a outros indicadores, como os de escolaridade e renda.

A região Norte acumula alguns recordes negativos nos quesitos densidade populacional, número de escolas de arquitetura e de arquitetos e, ainda, na proporção entre esses e o total da população que apresenta os indicadores mais baixos. A população total só não é menor que a do Centro-Oeste, acontecendo o mesmo fato com os indicadores de população urbana e de escolas, rendimento médio e escolaridade, os quais são somente mais altos que os da região Nordeste. Apesar disso, e embora a taxa média geométrica de crescimento anual venha declinando no Brasil de modo geral, desde a década de 1970, o maior crescimento ocorre nas regiões Norte e Centro-Oeste. Essa seria a contribuição das frentes de expansão retardatária da fronteira e do entorno de Brasília, segundo o IBGE (2006), situação que aponta para uma dinâmica populacional que deverá alterar substancialmente a fisionomia da região dentro de poucos anos.

A região Nordeste, tradicionalmente, apresenta pouco crescimento; fica sempre abaixo das médias nacionais. No último censo, mostrou o mais significativo declínio na taxa de crescimento demográfico registrado recentemente no Brasil, fruto da redução da fecundidade e das já históricas perdas migratórias. Ao revelar muitas áreas de estagnação econômica, essa região também aparece com os mais baixos indicadores de renda e escolaridade e com a menor taxa de população urbana.

O Sudeste concentrou, sistematicamente, e em todos os recenseamentos havidos, o maior contingente populacional, absorvendo 41,98% do crescimento total do país entre 1991 e 2000, mais que a década anterior. Concentra também a maior parte dos arquitetos brasileiros (57,74%) e cerca da metade das escolas de arquitetura (50,54%). Pode-se relacionar sua atratividade à qualidade de vida gerada pelo grau de urbanização, o mais alto do Brasil (90,52% da população em área urbana),

e ao maior nível de escolaridade e de rendimentos. Fica, porém, em segundo lugar relativamente à proporcionalidade de escolas e arquitetos, cujo melhor índice está na região Sul.

A região Sul, a menor do Brasil em superfície territorial, também apresenta uma baixa taxa de crescimento demográfico ligeiramente maior que a do Nordeste, mas vem mantendo uma posição estabilizada na composição populacional relativa desde a década de 1950. O grau de escolaridade é o segundo melhor do país, ficando abaixo somente do Sudeste. A renda da região quase se equipara à do Centro-Oeste, ao qual cedeu a segunda posição na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2006. A região Sul apresenta o maior índice proporcional de arquitetos e de escolas do país, com 0,596 arq./1.000 hab e 1,720 esc./1 milhão hab., para os quais o Rio Grande do Sul (RS), por sua vez, contribui com os maiores valores absolutos e relativos.

A região Centro-Oeste aparece como uma nova frente de expansão no território brasileiro em termos demográficos e econômicos. Apesar de ter a menor população, apresenta a segunda posição geral nos seguintes quesitos: rendimentos médios *per capita*, taxa de crescimento anual, grau de urbanização e, ainda, proporcionalidade de escolas de arquitetura. O grau de escolaridade praticamente equipara-se ao do Sul, que mantém a segunda posição geral. Mas é necessário dizer que as tendências somam a contribuição do Distrito Federal como o mais alto, considerando-se que se trata de área de grande atratividade e de indicadores individuais significativos. Da análise, podemos levantar alguns pontos para reflexão:

- o momento global tem feito com que arquitetos repensem a maneira de administrar seus escritórios e suas carreiras;
- assim como nos demais países, existe uma tarefa a ser realizada no que diz respeito à evolução do mercado de projeto e que mostra a relação entre o arquiteto, a tecnologia e a inovação no mercado das construções, no aparelhamento dos escritórios, no treinamento sistemático, na qualidade técnica dos projetos, no “brand” da marca;
- melhoria e maior eficiência no atendimento aos clientes, na criação de soluções alternativas de custos, além do investimento em qualificação profissional; e
- entre as soluções apontadas por profissionais da arquitetura para a crise estão garantir investimentos na atividade profissional para que se possa fazer enfrentamento à concorrência nacional e internacional.

4 A ECONOMIA COOPERADA COMO POSSIBILIDADE DE SUSTENTAÇÃO PROFISSIONAL

4.1 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

O cooperativismo não é novo. Existe há pelo menos 150 anos. Antes já funcionavam na Alemanha as Caixas Rurais “Raiffeisen” (1818/1888) e os Bancos Populares “Schulze-Delitzsch” (1808/1883). A Inglaterra tornou-se o berço do cooperativismo de consumo, a França, o do cooperativismo de produção, mas foi na Alemanha que o cooperativismo de crédito ganhou dimensão, e ali uma em cada quatro pessoas é cooperada (RICCIARDI, 2001).

Singer e Heckert (2003) salientam que o objetivo do crédito cooperativo é prover capital para fazer frente às necessidades de desenvolvimento da atividade laboral durante todo o período de seu ciclo produtivo, com recursos mais ágeis e com as menores taxas disponíveis, livrando o associado da usura financeira. O ideal cooperativista é encontrado em todos os continentes e nos mais diversos setores da economia, além de ser reconhecido e aceito em todos os países do mundo como a fórmula mais adequada para atender às necessidades e aos interesses específicos das pessoas.

A adoção dos princípios da “Economia Solidária” em complementação ao sistema de produção capitalista ou até como uma forma de superá-lo deve ser apurada. De fato, vários autores que investigam o fenômeno da globalização chegaram a essa conclusão, tais como Arruda e Boff (2000), que afirmam que é nesse contexto que ganha enorme importância a práxis de um cooperativismo autônomo, autogestionário e solidário, que inova no espaço da empresa-comunidade humana e também na relação de troca entre os diversos agentes. Esses autores afirmam ainda que o associativismo e o cooperativismo autogestionários, transformados em projeto estratégico, podem ser os meios mais adequados para a reestruturação da socioeconomia na nova era que se anuncia.

Além disso, ao contrário das ideias socialistas autoritárias ou do anarquismo, os princípios da economia solidária jamais foram combatidos ou reprimidos, seja pelos Estados nacionais ou pelas próprias empresas capitalistas. A mais bem-sucedida experiência nesse sentido, a Cooperativa de Mondragón, foi fundada em 1956 por um clérigo basco (padre Arizmendi) em plena Espanha franquista.

Hoje essa cooperativa é um complexo que combina cooperativas de produção industrial e de serviços comerciais com um banco cooperativo, uma cooperativa de seguro social, uma universidade e diversas cooperativas dedicadas à realização de pesquisas tecnológicas. Sabe-se, entretanto, que muitos países capitalistas, o Brasil inclusive, vêm incentivando o cooperativismo. Arruda e Boff (2000, p. 84) assinalam: “Tenhamos presente que o cooperativismo também floresceu nos países socialistas-estatistas, e que essas experiências merecem nossa atenção”.

Conforme Singer (2002), há muito mais sonhos à procura de crédito do que ativos financeiros para viabilizá-los. Do jeito que o mundo financeiro está organizado, o acesso ao capital via crédito é monopolizado por grandes intermediários capitalistas. Isso demonstra que os trabalhadores têm capacidade de organizar o seu próprio sistema de poupança e empréstimo desde que a autoridade monetária não se oponha. Ainda de acordo com Singer (2002), por meio do emprego, os trabalhadores alcançaram uma espécie de 'cidadania social' que compensaria a posição subordinada e alienada que ocupam na produção. Essa mudança foi sem dúvida uma das causas do crescente desinteresse pela economia solidária. Este autor diz que surgiu uma classe operária que se acostumou ao pleno emprego (essa classe vigorou nos países centrais entre as décadas de 1940 e 1970) e se acomodou ao assalariamento (SINGER, 2002).

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o cooperativismo de crédito tem sido considerado um dos ramos de destaque crescente no sistema cooperativista, ao mesmo tempo que passa a receber maior atenção do sistema financeiro, especialmente por assumir papel relevante no processo de redução da intermediação financeira e por possibilitar o acesso de grande parte da população ao crédito e a outros serviços financeiros. O crescimento e a importância relativa do cooperativismo de crédito no sistema financeiro têm reflexo, por exemplo, nos números do Banco Central do Brasil (BACEN) e de órgãos de representação do sistema cooperativista, tais como a OCB (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 2005).

Dados do BACEN de 2003 e de 2004 mostram que enquanto o número total de "instituições financeiras autorizadas a funcionar" no Brasil (excluindo-se as cooperativas de crédito), de 1996 a 2004, diminuiu em 24% (de 1.398 para 1.061), no mesmo período as cooperativas de crédito cresceram 41% (de 1.018 para 1.436). Conforme dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (2005), em dezembro de 2005 existiam registradas 1.101 cooperativas de crédito (RECH, 2002).

Uma sociedade cooperativa de crédito caracteriza-se como uma instituição financeira com personalidade jurídica própria, independente das demais organizações profissionais, de caráter civil, não sujeita à falência. Possui como objeto a prestação de serviços financeiros aos associados, tais como concessão de crédito, captação de depósitos, poupança, utilização de cheques, prestação de serviços de cobrança, convênios e cartões, tendo atuação autorizada e fiscalizada pelo BACEN (RODRIGUES, 2005).

Rodrigues e Oliveira (2005) salientam que a finalidade básica de uma cooperativa de crédito é disponibilizar, com base nos recursos existentes, crédito para os associados e empréstimos para os diferentes tomadores do mercado, visando estimular o empreendedorismo, a rotatividade e a multiplicação de recursos aplicados, o que gera a circulação de moeda na localidade, operação importante para a organização econômica da comunidade.

Por "capacidade empreendedora" entende-se a visão de Schumpeter (1988), que afirma o seguinte: "Chamamos 'empreendimento' à realização

de combinações novas [de fatores de produção]; chamamos 'empreendedores' aos indivíduos cuja função é realizá-las". Ainda segundo Schumpeter (1988), não são os "capitalistas" que criam inovações, e sim os "empreendedores", embora uma coisa não exclua a outra necessariamente. Mas existem implicações muito importantes em suas conclusões.

Para Schumpeter (1988), na realidade, sem os empreendedores a economia seguiria num "fluxo circular", apenas com crescimento vegetativo mas sem desenvolvimento. É fundamental o aparecimento do empreendedor de modo a desencadear o processo de desenvolvimento econômico. Mas a imensa maioria das pessoas tende a se apegar aos modos arraigados de pensar. É, portanto, necessária uma força de vontade nova e de outra espécie para arrancar, entre o trabalho e a lida com as ocupações diárias, oportunidade e tempo para conceber e elaborar a combinação nova e resolver olhá-la como uma possibilidade real, e não meramente como um sonho. Além disso, um empreendedor não é uma espécie de "ser assinalado", e o simples fato de passar a administrar o negócio que criou o faz retornar à condição de mero "homem de negócios", ou seja, uma pessoa voltada à rotina, e não mais ao empreendimento.

As características peculiares das cooperativas de crédito são os juros mais baixos que os praticados pelo mercado, a estrutura enxuta, os custos operacionais inferiores aos do mercado financeiro, a realização das operações ativas (empréstimos de dinheiro) apenas com os associados e as linhas de crédito destinadas às atividades de seus cooperados, sejam elas específicas da profissão ou outras atividades econômicas que aglutinem (ARELANO, 2005).

As cooperativas de crédito praticam também operações acessórias, tais como prestação de serviços (cobrança de títulos, recebimentos e pagamentos, etc.) e operações de custódia. Praticam, ainda, as chamadas operações especiais, consubstanciadas na aplicação financeira de recursos eventualmente ociosos, que visam preservar o poder de compra da moeda (BRAGA; SILVA; DORNELAS, 2002).

Arelano (2005) observa que as cooperativas de crédito ocupam-se em eliminar o intermediário na captação de recursos, nos investimentos e na concessão de empréstimos, fazendo do tomador e do investidor, não raro, um único indivíduo.

O patrimônio dos associados da cooperativa de crédito está protegido contra qualquer ato de dilapidação. A legislação declara que o patrimônio pessoal dos dirigentes responde pelos seus atos de improbidade administrativa, como ocorre com todas as instituições financeiras. Os processos por improbidade são rigorosos e sumários. Os estatutos trazem, por força da lei, salvaguardas eficazes, tal como a ação constante do Conselho Fiscal. E dessa forma, conjugadas com a ação fiscalizadora do BACEN, estão garantidas a segurança e a tranquilidade do associado (PINHO, 1996).

Atualmente, as cooperativas de crédito estão mais fortalecidas no sistema financeiro brasileiro. Com a criação e a regulamentação do Banco Cooperativo SICRED S.A. (BANDISCREDO), em 1996, e com a autorização

para o funcionamento do Banco Cooperativo do Brasil (BANCOOB), em 1997, foi criado um sistema de crédito exclusivo para o cooperativismo, o que fez com que esse segmento desse um grande salto para o desenvolvimento e as cooperativas de crédito conquistassem a sua autonomia operacional (BRESSAN; BRAGA; LIMA, 2003). Essa autonomia operacional diz respeito ao acesso direto dessas organizações ao sistema financeiro, o que anteriormente ocorria por mecanismos de intermediação junto a outros bancos (PINHEIRO, 2008).

Conforme apontam Bressan, Braga e Lima (2003), a evolução do sistema cooperativo brasileiro, de certa forma, reflete ainda a reestruturação do sistema financeiro nacional a partir da década passada. Ao passo que ocorreram mudanças profundas do ponto de vista da estrutura, da composição e do funcionamento das instituições financeiras em geral, também no setor cooperativista houve uma busca por ampliar a integração (centrais e outros organismos), a profissionalização (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP) e a representação política (Frente Parlamentar Cooperativista – FRESCOOP).

Um bom exemplo brasileiro no cooperativismo é o Estado de Santa Catarina. Dinamizando a economia estadual e colaborando com as políticas públicas, o cooperativismo tornou-se instrumento essencial de desenvolvimento, integração e inclusão no cenário socioeconômico catarinense. Nos municípios onde as cooperativas atuam, segundo a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC), o índice de desenvolvimento humano (IDH) é mais elevado.

As cooperativas catarinenses reúnem 1 milhão de famílias associadas, o que representa a metade da população estadual vinculada ao cooperativismo. Em 2009, as 256 sociedades cooperativas movimentaram R\$ 11,3 bilhões de reais. O tamanho do setor cooperativista de Santa Catarina é o ideal se considerarmos as características do Estado e um processo de crescimento ordenado, sólido e estruturado na observância dos princípios que o regem há mais de um século.

4.2 ADMINISTRAÇÃO POR TODOS OS COOPERADOS, DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E APOIO CULTURAL

Antoniali, Fischmann e Souki (2003) salientam que o grande desafio das sociedades cooperativas é encontrar o equilíbrio entre os três diferentes níveis de interesses dos associados: (1) econômicos; (2) sociais; e (3) políticos.

No nível econômico, os interesses residem no crescimento mútuo do patrimônio do associado e da cooperativa. No nível social, os interesses estão ligados ao leque de prestação de serviços em que os associados e suas famílias possam ser beneficiados. Finalmente, no nível político, os interesses estão ligados tanto às disputas internas pelo poder como também à representatividade da cooperativa e dos associados. Portanto, do ponto de vista do controle, para um bom funcionamento da cooperativa, ela deverá ser regulada por diversos meios. O primeiro deles é a normativa

bancária específica das cooperativas de crédito e a supervisão de seu cumprimento pelo Banco Central do Brasil, com a realização de auditorias sistemáticas. Além dessas auditorias, deverá ser feita uma auditoria anual por empresa externa contratada com esse propósito específico. Por fim, o controle e a gestão são feitos pelos próprios sócios, por intermédio do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal (ANTONIALLI; FISCHMANN; SOUKI, 2003).

De certo modo, visando cumprir os princípios balizadores do sistema cooperativista, faz-se necessário que as sociedades cooperativas enfatizem a gestão democrática dos associados, o modo como os resultados das atividades realizadas retornam a eles, a valorização do associado e suas condições de trabalho e vida, os valores de solidariedade, a preocupação com a comunidade, a autonomia e a independência. O principal órgão diretor de uma cooperativa é a Assembleia Geral de Acionistas, que se reúne uma vez por ano ordinariamente. Nessa reunião, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do volume de cotas-capital que possua. A Assembleia Geral elege o Conselho de Administração, e dele são escolhidos o presidente e os demais diretores executivos. Da mesma forma, é eleito o Conselho Fiscal (ARAÚJO; MOREIRA, 2001).

A distribuição dos saldos apurados ao final de cada exercício tem seu destino decidido pela Assembleia Geral. Normalmente, o valor é integralizado em cotas-capital dirigidas a cada cooperado e na proporção em que participaram. É importante ressaltar que a distribuição desse saldo aos cooperados é uma decisão financeira importante, já que as evidências empíricas no Brasil e no mundo mostram que tal distribuição pode ser uma fonte de criação de valor (ANTONIALLI; FISCHMANN; SOUKI, 2003).

4.3 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL

O sistema cooperativo de crédito no Brasil ainda é muito pequeno, especialmente se comparado com o setor bancário, que conta com 162 instituições financeiras espalhadas por todas as regiões do país. Entretanto, essa forma de provisão de capital vem crescendo e ocupando espaço, a exemplo do que ocorre em países da comunidade europeia, tradicionalmente cooperativistas. Os números são alentadores: são mais de 1.400 cooperativas, 32 centrais, 2,3 milhões de associados, com um patrimônio de 3,3 bilhões de reais e 8 bilhões em operações de crédito. Essas cooperativas apresentam mais de 550 milhões de reais de lucro, além de legislação e controle próprios. O sistema agora maduro e estruturado amplia suas operações em todo o território nacional, deixando de ser predominantemente um fenômeno da região Sul do país (onde se concentram 50% do volume total) (ZANGHERI, 2005).

O Banco Central do Brasil divide o sistema cooperativo em seis tipos de cooperativas de crédito, a saber:

- 1) Cooperativas de Crédito Mútuo – Empregado: formadas por empregados ou servidores e prestadores de serviços em caráter não eventual de determinada entidade pública ou privada,

determinado conglomerado econômico, conjunto definido de órgãos públicos ou de pessoas jurídicas que desenvolvam atividades idênticas ou estreitamente correlacionadas por afinidade ou complementaridade;

- 2) Cooperativas de Crédito Mútuo – Atividade Profissional: formadas por pessoas definidas no Estatuto e dedicadas às seguintes atividades: profissão regulamentada como economista, médico, advogado, arquiteto, engenheiro, ou ainda atividades definidas quanto à especialização, tais como pedreiro, padeiro, caminhoneiro, feirante de produtos hortifrutigranjeiros, etc., e o conjunto definido de profissões ou atividades cujos objetos sejam idênticos ou estreitamente correlacionados por afinidade ou complementaridade, como médicos e odontólogos, engenheiros e arquitetos, profissionais da área de saúde, trabalhadores em artes gráficas, etc.;
- 3) Cooperativas de Crédito Rural: formadas por pessoas que desenvolvam de forma efetiva e predominante, na área de atuação da cooperativa, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativistas, ou que se dediquem a operações de captura e transformação do pescado;
- 4) Cooperativas de Crédito Mútuo – Pequenos Empresários, Microempresários e Microempreendedores: formadas por pequenos empresários, microempresários ou microempreendedores, responsáveis por negócios de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços, incluídas as atividades descritas para as cooperativas do tipo III, cuja receita bruta anual, por ocasião da constituição, seja igual ou inferior ao limite estabelecido pelo art 2º, da Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999, para as empresas de pequeno porte;
- 5) Cooperativas de Crédito Mútuo – Livre Admissão de Associados: o quadro social é delimitado apenas em função de área geográfica; e
- 6) Cooperativas de Crédito Mútuo – Empresários: formadas por empresários participantes de empresas vinculadas diretamente a um mesmo sindicato patronal ou direta ou indiretamente a uma associação patronal de grau superior, em funcionamento, no mínimo, há três anos, quando da constituição da cooperativa.

O sistema cooperativista de crédito brasileiro estrutura o Banco Central do Brasil de acordo com perfis verticalizados e horizontalizados. Os primeiros buscam a centralização e os ganhos pela economia de escala e caracterizam-se por sua estrutura piramidal, com as cooperativas singulares ocupando a base, as centrais ocupando a zona intermediária e a confederação ocupando o topo. Já os segundos buscam a formação de rede de pequenas cooperativas solidárias organizadas sob a forma radial, com diversas singularidades vinculadas apenas à central, sem qualquer outra entidade acima desta (PANZUTTI, 2001).

Os sistemas formados por SICOOB, SICREDI E UNICRED têm o perfil verticalizado e abrangem 75% do total de cooperativas de crédito. Sua composição é:

- SICOOB: 753 singulares, 15 centrais e 1 confederação, e as centrais controlam um banco comercial (BANCOOB);
- SICREDI: 131 singulares, 10 centrais e 1 confederação, também com um banco em sua estrutura (BANSICREDI); e
- UNICRED: 128 singulares, 5 centrais e 1 confederação.

O Sistema Cresol, principal experiência de perfil horizontalizado, possui 71 singulares e 1 central. Já o Sistema Ecosol, com o mesmo perfil, tem 15 singulares e 1 central, ambos detendo 6% do total de cooperativas de crédito.

Exemplo de Cooperativa de Crédito Mútuo para uma categoria profissional, nesse caso os médicos, e mais recentemente aberto para a área da saúde, o Sistema UNICRED, criado em 1989, é consequência da persistente luta dos médicos da Unimed do Brasil para constituir uma cooperativa de crédito mútuo que atendesse às suas demandas específicas. Após sucessivas batalhas, o Conselho Monetário Nacional permitiu a constituição de cooperativas de crédito mútuo por categorias profissionais (PINHO, 2004).

A UNICRED, como as demais cooperativas de crédito brasileiras, tem por missão gerir os recursos financeiros do cooperado e do sistema cooperativista, fomentando o seu exercício profissional no campo econômico, social e educativo. O diferencial ocorre na ampliação das oportunidades de investimento para o cooperado médico por meio de benefícios superiores ao sistema financeiro tradicional, e sobretudo tornando-o referencial para o profissional da área da saúde. Movimenta R\$ 4.885.264 bilhões de ativos totais, R\$ 2.713.083 bilhões em operações de crédito, R\$ 3.382.485 bilhões em depósitos totais, possui R\$ 1.290.738 bilhões em patrimônio líquido, 2.647 funcionários e 407 agências (UNICRED, 2010).

O Sistema UNICRED desempenha a atividade complementar de poupança e crédito. Criada para movimentar os recursos financeiros gerados pela organização, a UNICRED conta hoje com 122 UNICREDs singulares em 24 Estados da Federação, 9 UNICREDs centrais e a Confederação Nacional, com sede em São Paulo. Embora seja um contingente expressivo, hoje com 189.780 cooperados, representa apenas 40% dos médicos, o que evidencia um grau de adesão ainda bastante modesto para os quase dez anos de existência da UNICRED (UNICRED, 2010). Esse sistema é constituído de:

- Cooperativas de primeiro grau – destinadas à prestação de serviços às singulares médicas, seus cooperados e demais funcionários; excepcionalmente, pessoas jurídicas que sejam micro e pequenas empresas com objetivos iguais aos de pessoas físicas; e a pessoas jurídicas sem fins lucrativos, cujos sócios integrem as singulares.

- Cooperativas de segundo grau, ou centrais, constituídas pela associação de três ou mais singulares para prestação de serviços a elas e aos seus cooperados.
- Cooperativa de terceiro grau, constituída pela Central Nacional, com área de ação em todo o território nacional.

5 O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO COMO SUSTENTAÇÃO DA PROFISSÃO DO ARQUITETO NA ESPANHA

O termo *economia solidária* designa atividades econômicas centradas sobre a necessidade de atender às demandas locais. É uma tentativa de autogerar riquezas para suprir os problemas sociais (FRANÇA FILHO, 2002). A forma mais representativa de economia solidária é o cooperativismo, cuja doutrina é regida por sete princípios básicos: (1) adesão livre e voluntária; (2) controle democrático; (3) participação econômica dos sócios; (4) autonomia e independência; (5) educação, treinamento e informação; (6) cooperação entre cooperativas; e (7) preocupação com a comunidade.

De todos esses princípios, a característica que fica mais marcante no cooperativismo é a ideia de autogestão, que, segundo Albuquerque (2003), pode ser definida como o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática da tomada de decisões que propiciam a autonomia de um coletivo. Isso significa dizer que uma empresa autogerida é uma organização produtiva na qual o poder de decisão, de modo formal, pertence igualmente a todo o coletivo de trabalhadores. Também o ganho líquido é dividido entre os trabalhadores segundo regras estatutárias ou acordadas em assembleias gerais.

Este estudo de caso apresenta pesquisa realizada junto à cooperativa Arquia, empreendimento escolhido devido à sua trajetória e participação na profissão do arquiteto e em seu trabalho, impulsionado por meio da economia solidária. Trata-se de uma cooperativa de crédito mútuo localizada na Espanha, com 23 agências espalhadas pelo território espanhol e de cunho singular por ser uma cooperativa somente de arquitetos, e não multiprofissional como as demais existentes, enquadrando-se, portanto, como um caso passivo de investigação.

Segundo o informe anual de 2008 da Arquia, a Caja de Arquitectos encontrava-se em terceiro lugar no *ranking* espanhol, sendo classificada pelo volume total de ativos de 915.129,00 euros, estando à frente da Caja de Los Abogados (4º lugar) e atrás somente da Caja Laboral Popular (1º lugar) e da Caja de Ingenieros (2º lugar).

5.1 COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NA ESPANHA

A Espanha é o 10º país do mundo com maior expressão no cooperativismo de crédito. A Unión Nacional de Cooperativas de Crédito (UNCC) é a entidade que congrega 100% das cooperativas de crédito nesse país, sendo estas divididas em Cajas Rurales e em Cajas Populares y Profesionales. A UNCC fornece dados consolidados sobre essas cooperativas (UNIÓN NACIONAL DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO, 2010). Na Espanha, as duas principais instituições financeiras cooperativas são o Banco Cooperativo Espanol e a Mondragón Corporação Cooperativa (MCC). A participação no mercado financeiro espanhol é de aproximadamente 4% segundo o anuário de 2008.

O Banco Cooperativo Espanhol é formado por 72 caixas rurais filiadas à Asociación Española de Cajas Rurales. O complexo de Mondragón é organizado em grandes grupos: financeiro, industrial e de distribuição. A Caja Laboral Popular Sociedad Cooperativa de Crédito (que é uma das Cajas Populares y Profesionales) integra o braço financeiro do MCC ao qual está ligada a Arquia.

O sistema financeiro espanhol permite a existência de três principais tipos de instituição, a saber:

1. **bancos:** exercem papéis e atividades semelhantes aos encontrados nos demais países;
2. **Cajas de Ahorro (CCAA):** são instituições financeiras com fins sociais, normalmente com forte apelo político, com uma boa parte delas controladas por partidos. Têm intensa atuação no mercado de crédito imobiliário à baixa renda; e
3. **cooperativas de crédito:** possuem estrutura semelhante à encontrada no Brasil, podendo também se organizar em sistemas. As pessoas jurídicas podem participar com até 20% do capital.

De acordo com a legislação espanhola, o Banco Cooperativo Espanhol atua como o banco central das cooperativas, fazendo a gestão dos recursos de liquidez, interligando as cooperativas ao mercado financeiro e atendendo complementarmente os clientes com demandas acima da capacidade operacional dessas cooperativas. Atua também como “securitizador” dos títulos das cooperativas, em especial no crédito imobiliário, contribuindo para a geração de consolidação financeira das dívidas de curto prazo num período de tempo adequado à maturação do investimento e à sua amortização, mais conhecido por *funding* para essa modalidade, que representa um pouco mais de 30% da carteira. O banco controla empresas que atuam em “private equity”, um tipo de atividade financeira realizada por instituições que investem essencialmente em empresas ainda não listadas na bolsa de valores, com o objetivo de alavancar o seu desenvolvimento.

5.2 EXEMPLO DE MÚTUO ESPANHOL VOLTADO PARA OS ARQUITETOS

O cooperativismo de crédito implantado pelos arquitetos espanhóis vem sendo desenvolvido há 27 anos, tendo sido fundado em 2 de março de 1983. Nesse tempo, tem demonstrado de forma direta avanços para os arquitetos da Espanha e para a arquitetura espanhola, tal como mostram os relatórios econômico-financeiros da Arquia, além de participar ativamente no desenvolvimento de atividades culturais, em colaboração com outras entidades vinculadas à arquitetura. Destaca-se o fato de a cooperativa de

arquitetos patrocinar a Fundación DoCoMoMo¹ Ibérico (Espanha e Portugal), cujo objetivo é promover o estudo, a proteção e a difusão da arquitetura e do urbanismo do século XXI e, em especial, do Movimento Moderno (ARQUIA, 2008).

Ainda entre as atividades culturais, encontra-se o projeto voltado ao incentivo de arquitetos professores por meio da realização do evento bienal TESIS, destinado à publicação de teses de doutorado classificadas em concurso promovido pela Fundación Caja de Arquitectos (Figura 3), como as dos anos de 1997, 1999, 2001, 2003, 2005, 2007 e 2009.



Figura 3 - Concurso bienal de teses de doutorado em arquitetura realizado pela Fundación Caja de Arquitectos (Arquia)

As Figuras 4 e 5 a seguir ilustram exposições itinerantes reproduzindo e divulgando o trabalho dos arquitetos espanhóis e de outros países com significância para o avanço da profissão na Espanha.

¹ DoCoMoMo é um acrônimo de Documentation and Conservation of Building, Sites and Neighbourhoods of the Modern Movement.



Figura 4 - Exposições itinerantes realizadas pela Caja de Arquitectos + Fundación Caja de Arquitectos (Grupo Arquia)

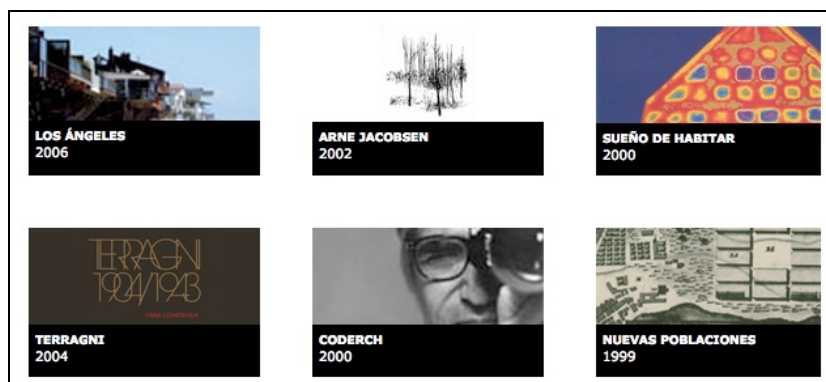


Figura 5 - Arquivo com algumas das exposições itinerantes realizadas pela Caja + Fundación = Arquia

A Caja de Arquitectos estabeleceu convênio a partir de 2004, ocasião em que passou a ser também membro do comitê organizador da Bienal de Arquitectura Española junto com o Ministério da Habitação (Vivienda), o Conselho Superior dos Colégios de Arquitectos da Espanha, a Universidade Internacional Menéndez Pelayo, a Universidade de Alcalá, o Colégio Oficial de Arquitectos de Cantabria e a Empresa Municipal da Habitação da Prefeitura de Madri. Por meio de convênio de colaboração realizado em 2003 com o Ministério da Habitação, participa ainda na organização da exposição itinerante (Figuras 4 e 5) anual *Arquitecturas Ausentes del Siglo XX*, que reúne 24 projetos de arquiteturas construídas,

demolidas ou alteradas ao longo do século XX. A instituição informa em seu relatório de 2005 que apoia projetos de pesquisa e seminários tais como *El proyecto de prefabricación en el siglo XX*, além de publicar trabalhos selecionados por um comitê gestor que tem função de curadoria (Figura 6) (ARQUIA, 2008).

Busca ainda incrementar as questões culturais voltadas à profissão, não se atendo somente à Espanha, mas buscando na arquitetura mundial possibilidades literárias relevantes que, após seleção pelo Conselho Editorial e curador, sejam transformadas em livros e estejam à disposição de todos os seus cooperados e arquitetos de um modo geral (Figura 6) (ARQUIA, 2008).

últimas
NOVEDADES



Los artículos de Any

Ignasi de Solà-Morales
arquía/la cimbra 7
(2009)

Comprar



Alejandro de la Sota

Iñaki Ábalos, Josep Llinàs, Moisés Puente
arquía/temas 28
(2009)

Comprar



Casas en el jardín del MoMA
La consolidación de un museo

Maria Fullaondo Buigas de Dalmau
arquía/tesis 30
(2010)

Comprar



Los pueblos de colonización de Fernández del Amo
Arte, arquitectura y urbanismo

Miguel Centellas Soler
arquía/tesis 31
(2010)

Comprar

Figura 6 - Algumas das publicações de arquitetura e urbanismo publicadas pela Arquia

O Arquia/Becas promove um programa de bolsas que se destinam a facultar aos candidatos, estudantes de arquitetura, a oportunidade de complementar o conhecimento por meio da prática profissional adquirida durante a sua formação e assim contribuir para o estreitamento dos laços entre os campos acadêmico e profissional, proporcionando um acesso qualificado aos beneficiários de estudos europeus em Arquitetura (Figura 7).

Este programa também promove a mobilidade dentro da Europa, entendida como um fator de enriquecimento do desenvolvimento pessoal. A prática será realizada, necessariamente, em um estudo de arquitetura localizado em uma comunidade autônoma separada, de residência ou de trabalho do estúdio.

Existem dois tipos de participação para ingressar no programa: (1) histórico escolar e (2) concorrência. É possível participar em um ou ambos, simultaneamente. Em cada categoria, são anunciadas dez bolsas. Para garantir uma distribuição geográfica isonômica e adequada das subvenções, adota-se a média ponderada levando-se em conta a proporção

e o número de entradas recebidas pelo programa bem como a forma acadêmica ou profissional. O programa está aberto a alunos que passaram em uma escola de arquitetura espanhola pelo menos com 60% dos créditos atingidos necessários à obtenção do título de arquiteto e que estejam registrados no biênio letivo 2009/2010.

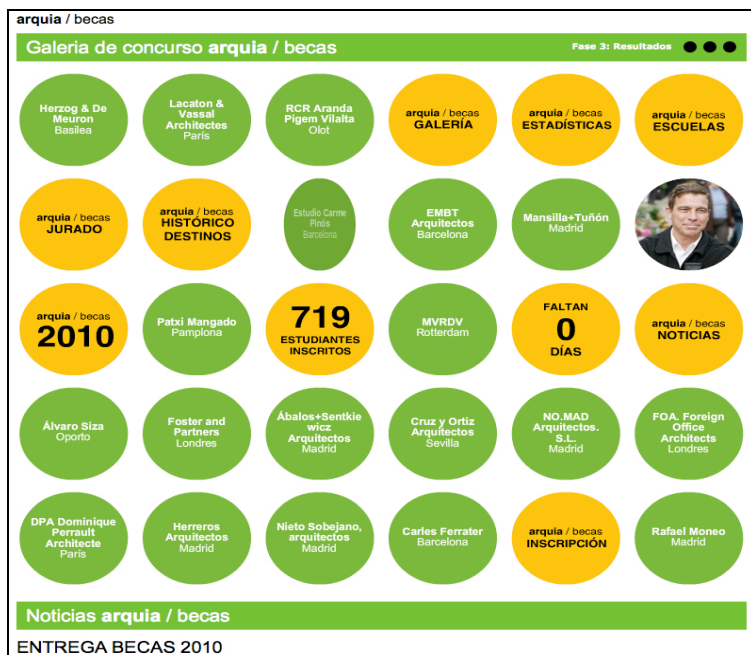


Figura 7 - Divulgação do resultado no ano de 2010 do Arquia/Becas

Braga, Silva e Dornelas (2002) concluem que as cooperativas de crédito concentram os recursos obtidos por meio de suas atividades diárias em prol do seu próprio quadro social (cooperados) devido à redistribuição de suas disponibilidades (sobras operacionais), promovendo assim o fortalecimento do processo produtivo da região onde estão inseridas.

O programa cultural da Fundación Caja de Arquitectos visa, com base na divulgação e na promoção dos arquitetos espanhóis nos primeiros dez anos de sua atividade profissional, a valorização das realizações desses profissionais, permitindo sua evolução e seu crescimento no mercado de trabalho. Como uma parceira na organização da Bienal Española de Arquitectura e Urbanismo, a Fundación Caja de Arquitectos apelou para a criação de um prêmio bienal que considerasse o melhor trabalho feito por arquitetos com idade inferior a quarenta anos. O prêmio, que recebeu o nome de Enric Miralles, teve um valor estipulado em 15.000 €.

Ao implantar esse prêmio, a Fundación Caja de Arquitectos detectou a falta de conhecimento sobre a produção de quem começa a exercer a profissão da arquitetura, possivelmente porque essas pessoas estejam longe dos canais habituais do mercado de trabalho. A criação do programa Arquia/Próximo deu-se devido à necessidade de se amenizar essa realidade, motivo pelo qual foi instituído um programa específico de documentação e divulgação da atividade desses profissionais iniciantes.

Assim nasceu o programa, que proporciona resultados para os arquitetos muito jovens, com menos de dez anos de atuação profissional. Dessa forma, o programa reconhece a realidade dos diferentes momentos na prática profissional dos arquitetos (Figura 8).



Figura 8 - Programa Arquia/Próximo – Arquivo geral de realizações

Na Arquia, segundo informe anual de 2009, a partir dessas “sobras operacionais” foram criadas soluções para outras demandas de seus acionistas, além da transferência autorizada em assembleia de parciais dos valores apurados do lucro do exercício. Essas soluções para outras demandas vieram por intermédio da criação, da constituição e da consolidação de outras organizações formadas pelos cooperados optantes, como é o caso da Arquigest (gestão de patrimônio e de matérias financeiras), da Arqipensiones (gestão de fundos de pensão), da Fundación Caja de Arquitectos (entidade cultural) e da Arquiseguros (promoção, mediação e assessoramento em operações de seguros) (ARQUIA, 2009).

Tavares (2000) atenta para o fato de que essas assembleias são um instrumento para auxiliar a tomada de decisões, podendo assim participarem no desenvolvimento de atividades em colaboração com outras entidades, em especial com as iniciativas vinculadas ao mundo profissional em que estão inseridas.

Oliveira (2003) salienta que ações adequadamente planejadas constituem-se na dimensão crítica para sustentação do sucesso permanente das organizações de diferentes portes e setores, as quais precisam inovar para crescer e obter resultados. Para tanto, ainda segundo

este autor, essas organizações devem criar um processo estruturado de gestão da inovação a fim de abordar o assunto de modo continuado e gerenciado.

Dessa forma, Tavares (2000) salienta que, por meio do diagnóstico, busca-se determinar que tipos de capacidades, tecnologias, níveis de inovação, informações e desempenhos serão exigidos pela dinâmica organizacional em relação às disponibilidades atuais. As organizações mais inovadoras têm adotado os conceitos abertos como forma de ampliar a sua capacidade de inovar, reduzindo os riscos dos investimentos em caso de insucesso. A inovação aberta considera que a empresa pode contar com contribuições de seus colaboradores, clientes, fornecedores, institutos de pesquisa e até concorrentes.

Segundo relata o informe anual da Arquia, a instituição vem utilizando seus cooperados para gerar inovações voltadas à profissão do arquiteto (ARQUIA, 2009). O processo teve início com a definição das temáticas que apresentam os pontos em que a cooperativa iria inovar, definidas a partir do planejamento estratégico, para em seguida serem construídos os mecanismos de participação e avaliação das ideias recebidas. Também foram elaboradas formas de incentivos à participação e à comunicação para os envolvidos, por intermédio de fóruns (Figura 9) e de outros mecanismos de comunicação, tais com redes sociais. Por fim, apresentam-se os resultados da iniciativa.



Figura 9 - Exemplos de alguns dos fóruns criados para maior interação com cooperados e arquitetos

De acordo com Reis (2001), desde o surgimento do conceito de cooperativas de crédito, na metade do século XIX na Alemanha até os dias atuais, muita coisa mudou no mundo dos negócios, aumentando a dificuldade de se fazer a gestão das empresas e das próprias cooperativas de crédito. A consolidação do setor financeiro em grandes grupos mundiais decorrentes da globalização e o enfraquecimento da proposta cooperativista em vários locais, devido ao aumento do individualismo, criaram desafios

para o crescimento de cooperativas de crédito, a exemplo da Arquia na Espanha.

Este estudo de caso mostra os desafios da Arquia, primeira cooperativa espanhola de crédito mútuo de arquitetos a competir com as grandes instituições financeiras, e a forma como ela utilizou o conceito de inovação aberta para encontrar alternativas e assim se manter competitiva no mercado. As diferenças entre as cooperativas de crédito e os bancos tradicionais estão na finalidade, no regime tributário, na divisão de lucros e na estrutura administrativa dessas instituições (REIS, 2001).

Citando o Sisorf (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2007), as cooperativas de crédito se distinguem das demais sociedades pelas seguintes características (Lei nº 5.764/71, art. 4º):

- por natureza, as cooperativas de crédito não são sociedades de capital como os bancos tradicionais, em que o número de cotas de participação no capital social define a estrutura de poder. Elas são sociedades de pessoas em que cada participante detém o mesmo peso na tomada de decisão;
- diferentemente dos bancos tradicionais, em que muitas vezes variam os interesses entre acionistas e clientes, nas cooperativas de crédito os associados são, ao mesmo tempo, clientes e donos;
- as operações das cooperativas de crédito são restritas ao quadro associativo, enquanto os bancos podem oferecer serviços para qualquer pessoa. Um tipo específico são as chamadas cooperativas de crédito mútuo, em que há a necessidade de os associados serem somente pessoas vinculadas a uma determinada empresa. Na cooperativa de crédito, não é possível captar associados fora do círculo de empregados da empresa ou parentes destes;
- os resultados nas cooperativas de crédito (tecnicamente chamados de sobras) devem ser distribuídos entre os sócios proporcionalmente ao volume de operações que estes realizaram durante o exercício. Já nos bancos tradicionais, os resultados (lucros) são distribuídos conforme participação acionária na empresa; e
- quanto ao regime tributário, para as cooperativas de crédito não há incidência de tributação sobre o resultado (imposto de renda e contribuição social) em razão de o pagamento dar-se na pessoa física dos associados.

Segundo Chaves Ávila (1997), os processos de terceirização e descentralização produtiva, as mudanças técnicas aceleradas e as modificações na estratégia, na estrutura e na gestão das empresas criaram novos espaços de atuação eficazes para empresas intensivas em tecnologia e *marketing*. Diante desses espaços, as empresas de trabalho associativo com qualificação profissional, capacidade de gestão e especialização do produto podem incrementar seu desenvolvimento com perspectivas de futuro neste novo milênio. O autor levanta ainda a questão

da responsabilidade social devido à natureza cooperativa da instituição, para a qual considera um ponto essencial. A cooperativa desenvolve, em conjunto com parceiros, ações para promover educação financeira a jovens e estudantes de cursos técnicos com o objetivo de aprimorar a cultura do planejamento financeiro.

Pinheiro (2002) classifica as cooperativas em dois grandes ramos: (1) cooperativas singulares ou de 1º grau, quando destinadas a prestar serviços diretamente aos associados; e (2) cooperativas centrais e federações de cooperativas, ou de 2º grau, que são aquelas constituídas por cooperativas singulares e que objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços. A Caja de Arquitectos enquadra-se nas de 1º grau, sendo uma cooperativa de crédito mútuo, cujo quadro social é formado por pessoas físicas que exerçam determinada profissão ou atividades comuns, ou que estejam vinculadas a determinada entidade ou empresa do ramo de atividade do cooperado.

Consoante Oliveira (2003), a globalização da economia exige cooperativas com competências no mercado interno para enfrentar a concorrência e, no externo, para diminuir os preços em níveis internacionais. Esse aprendizado é um dos mais interessantes para a evolução dos negócios das cooperativas, exigindo delas um direcionamento estratégico. Nesse sentido, a Arquia estrutura suas ações nos seguintes pressupostos:

- **negócio:** intermediação, serviços e educação financeira;
- **visão:** ser reconhecida como cooperativa de crédito referência em qualidade de gestão e governança no atendimento de demandas relacionadas às finanças pessoais de seus cooperados;
- **missão:** propiciar o desenvolvimento do hábito de poupança, oportunizando a mutualidade financeira e a realização dos projetos pessoais de seus cooperados; e
- **valores:** transparência, mutualidade, eficiência, solidariedade, autonomia e legalidade.

A Arquia oferta ao mercado uma gama de produtos de crédito e investimentos bem como um conjunto de serviços aos seus cooperados arquitetos, tal como demonstra o Quadro 1 apresentado a seguir. Segundo o anuário 2008 das Cooperativas de Crédito da Espanha, atualmente a Arquia atende 14.926 cooperados, ou seja, em torno de 67% de todo o mercado potencial, formado por arquitetos e urbanistas bem como por empresas de arquitetura, localizados em 23 cidades da Espanha.

Crédito	A Arquia oferta diferentes linhas de crédito para as necessidades de seus cooperados.
Investimento	A Arquia oferece diferentes tipos de investimentos para seus cooperados.
Serviços	<p>Espaço Arquia – Centro de atividades culturais, educativas e de negócios especialmente projetado para receber reuniões, cursos, treinamentos, debates e <i>workshops</i>, estando disponível para os cooperados e parceiros da instituição. Conta com toda a infraestrutura necessária para tais eventos.</p> <p>Convênios – Os convênios com empresas de segmentos, tais como cursos, publicações, capacitação, bens de consumo duráveis, eventos, entre outros, em desenvolvimento propiciam condições especiais de consumo para os cooperados da Arquia.</p> <p>Consultoria financeira – A cooperativa disponibiliza analistas financeiros, que são profissionais especializados para orientar seus cooperados sobre investimentos e crédito.</p>

Quadro 1 - Linhas de crédito, serviços e investimentos Arquia

Fonte: site Arquia. Disponível em: <www.arquia.com.es>. Acesso em: 12 abr. 2010.

Arruda (2005) assevera que a economia social é formada pelas cooperativas, pelas mutualidades e pelas Associações, e que a função dela é a de recolher, em uma dinâmica empresarial original, os seguintes princípios: finalidade do serviço aos membros e à comunidade; autonomia e gestão; processos de decisão democrática; primazia das pessoas e do trabalho sobre o capital no reparte de benefícios; e ampliação da base assistida. Concebe-se como a economia a serviço do homem e da sociedade pela qual se integram em um único objetivo a eficiência econômica e o bem-estar social.

A cooperativa de crédito é uma instituição do sistema econômico que se distingue das integrantes do setor público e do setor capitalista sob o ponto de vista dos objetivos perseguidos. Porém, ao mesmo tempo, é tão estrutural como os bancos privados e públicos, no âmbito organizativo, na estrutura organizacional necessária para melhorar a captação de recursos e na distribuição de renda, consolidando a estabilidade econômica necessária para um crescimento equilibrado e sustentado (ARRUDA, 2005).

Os desafios no setor financeiro em que a Arquia atua estão impondo uma série de transformações. Entre elas, destacam-se:

- consolidação do setor financeiro (fusões e aquisições);
- redução dos *spreads* (diferença entre a compra e a venda) por aumento do custo do *funding* (captação);
- alta competição nas taxas de empréstimos devido à atuação dos grandes bancos e das financeiras independentes; e
- processos de privatização e estatização de instituições financeiras.

Para lidar com esse contexto e crescer em um cenário de incerteza econômica competindo com grandes empresas, algumas delas multinacionais, as alternativas de melhoria e reengenharia existentes precisavam ser complementadas com novas ideias que permitiam abrir caminhos de crescimento atual e futuro para as cooperativas de crédito devido aos desafios existentes e à consequente necessidade de inovar para que pudessem se manter competitivas (ARAÚJO, 2005).

A Arquia, segundo relatório de 2009, atenta a esses indicadores, lançou o programa Ideias de Futuro. O objetivo do projeto foi desenvolver ideias de alto potencial para o crescimento da cooperativa. Para orientar a geração de ideias, foram criadas cinco diferentes temáticas, as quais

estavam alinhadas com o planejamento estratégico e serviram como indutoras das ideias para as questões mais relevantes da cooperativa:

- 1) cooperados: alternativas para aumentar o número de associados da cooperativa;
- 2) familiares: ações para incrementar a participação dos familiares dos cooperados;
- 3) serviços: outros serviços que poderiam ser ofertados pela Arquia;
- 4) interior: ações para ampliar a expansão da cooperativa no interior do país; e
- 5) atendimento: alternativas que facilitem e melhorem o atendimento aos cooperados.

O cadastramento da ideia era feito no site da Arquia, no qual o cooperado preenchia os seus dados pessoais, descrevia a ideia, seus diferenciais, benefícios e a forma como implementá-la. Posteriormente, as ideias eram numeradas para encaminhamento às etapas de avaliação, não contendo a identificação de seu criador. Uma comissão formada pela diretoria e gerência da Arquia fazia uma avaliação inicial, sendo descartadas as ideias que tinham sido enviadas por pessoas não cooperadas, as que já existiam ou que tinham sido implementadas anteriormente, bem como as que não estavam alinhadas com os valores e o objeto social da cooperativa, sem viabilidade jurídica ou viabilidade econômico-financeira (ARQUIA, 2009).

As ideias que passavam pela avaliação inicial eram analisadas pela Comissão Avaliadora, composta de dirigentes e cooperados que faziam parte da cooperativa, com base em um conjunto de critérios, os quais são descritos no Quadro 2 abaixo.

Atributo:	Descrição	Peso
Originalidade	A sua ideia é realmente nova?	1
Abrangência	Quantas pessoas seriam afetadas por essa ideia?	3
Impacto	Qual será o impacto sobre os resultados da Arquia?	3
Simplicidade	A ideia é simples e tem boa relação custo-benefício?	2
Continuidade	Quanto tempo irá durar o impacto da ideia?	1

Quadro 2 - Atributos e pesos das ideias

Fonte: Arquia relatório 2009

A fase de cadastramento ficou aberta por vinte dias e, após esse período, haviam sido recebidas 160 ideias. Dessas, 103 passaram pelo filtro inicial e foram encaminhadas para a avaliação final. As duas ideias com a maior pontuação foram premiadas.

O principal desafio na implementação do programa foi motivar as pessoas a participarem da ação. Disponibilizou-se também uma apresentação com as principais decisões estratégicas para auxiliar no alinhamento das ideias aos objetivos da cooperativa, já que outro desafio era esclarecer aos participantes em que a Arquia queria inovar (ARQUIA, 2009).

Houve uma preocupação para que a propriedade intelectual da ideia fosse cedida integralmente para a Arquia. Dessa maneira, ao submeter a ideia, o autor concordava com a transferência dos direitos autorais e com possíveis ganhos futuros que seriam provenientes da inovação, além de concordar que a adoção da ideia não implicava em qualquer oferta ou contrato de emprego (ARQUIA, 2009).

Os resultados do programa ficaram acima do esperado pela cooperativa, tanto na quantidade de ideias enviadas (três vezes acima do projetado) quanto na qualidade que apresentavam. As duas ideias com maior potencial de inovação foram premiadas e selecionadas para que fossem implementadas como projetos estratégicos em 2009 (ARQUIA, 2009).

Para os executivos da Arquia, além dos próprios resultados das inovações provenientes das ideias do programa, outros benefícios foram obtidos com a iniciativa.

Segundo Araújo (2005), um dos grandes desafios de gestão de uma sociedade cooperativa é tornar efetiva a participação dos seus cooperados, que são os donos e também clientes do negócio. A implementação de programas voltados para o futuro estimula a participação dos cooperados assim como também desenvolve um senso de pertencimento e capacidade de influenciar os rumos de uma cooperativa de crédito.

5.3 COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO

Além dos atrativos e incentivos por meio de financiamentos temáticos com objetivos específicos, a cooperação vem despertando competitividade e inovação nos profissionais liberais e em empresas de arquitetura. Trata-se de uma resposta coerente e integrada aos objetivos da estratégia da Arquia para o crescimento da profissão e do projeto dos arquitetos. Com um orçamento próprio e com taxas de juros ainda menores do que as praticadas em outros programas da cooperativa, é possível constatar um crescimento importante no setor. A Arquia vem premiando, com incentivos ainda maiores, solicitações que incluam comprovadamente questões de aproveitamento energético e ambiental, tais como o Programa de Empreendedorismo e Inovação (PEI) e os Financiamentos Temáticos (FT). Um desses incentivos concedidos aos cooperados é a aplicação de taxas muito inferiores às do mercado financeiro público ou privado em iniciativas como as relacionadas a seguir.

- o reaparelhamento de escritórios, informática, software, TI, cabeamentos, instalações e correlatos;
- sistema de iluminação, estações de trabalho e correlatos;
- treinamento de pessoal, capacitação, gestão e correlatos;
- equipamentos de mídia e comunicação;
- participação em feiras e eventos como expositor e/ou visitante;
- inscrições em concursos, tradução do material e afins; e

- investigação de novas tecnologias ligadas ao projeto e ao exercício profissional, pesquisa, entre outras atividades correlatas.

Os programas PEI e FT visam incentivar a plena exploração do potencial das tecnologias disponíveis, da gestão e capacitação e da proteção ambiental enquanto contribuem para a competitividade e o crescimento econômico de arquitetos autônomos e escritórios constituídos.

Nos projetos de suas agências, a Arquia vem buscando preservar sua identidade, a qual poderia ser definida como todas as qualidades, crenças e ideias que fazem seus cooperados sentirem-se ao mesmo tempo indivíduos e membros de um grupo particular. No nível individual, o cooperado percebe-se como distinto dos outros, e no nível grupal, ele se vê integrado aos padrões do grupo.

Essa identidade perseguida pela Arquia envolve ainda dois domínios: (1) o pessoal (privado), que é voltado para a preservação do ser, e (2) o externo (público), que visa comunicar padrões. A dualidade desse processo de preservar e comunicar identidade envolve elementos ambientais (como os edifícios) e não ambientais (como a linguagem). Quando os elementos ambientais são envolvidos, a arquitetura desempenha papel importante reduzindo ou ampliando o senso de identidade. O edifício em seu conjunto ou pequenos elementos de sua composição podem funcionar como símbolos que preservem ou comuniquem essa identidade.

A Arquia também busca firmemente a manutenção desses locais, o que expressa a necessidade de preservar a sua identidade. Limpar, arrumar, pintar, reformar ou ampliar constituem atividades que revelam ainda a preocupação com sua identidade. Portanto, a constante obsessão relacionada com essa identidade faz com que todas as características que definem a concepção externa ou interna de suas agências não deixem de contemplar um aprofundado estudo dos acabamentos, textura, configuração formal, mobiliário, dimensionamento, etc., como demonstra a agência de Pamplona, ilustrada na Figura 10 apresentada a seguir.



Figura 10 - Arquia: agência de Pamplona

Fonte: GLSL site www.gsl.eu. Acesso em: 12 set. 2010.

6 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise de documentos administrativos, informes anuais, estatuto e regimento, regulamentos, programas internos de capacitação, atas de reuniões, relatórios gerenciais e contábeis levantados na cooperativa de crédito Caja de Arquitectos (Arquia), situada na Espanha, e com base nos aspectos administrativos, econômico-financeiros e sociais definidos como critérios para análise, foram obtidos os resultados apresentados e discutidos a seguir.

6.1 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A organização estudada tem por finalidade proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados em suas atividades específicas, buscando estimular a produção, o agronegócio e a produtividade. Também tenciona a formação educacional dos associados para fomentar o cooperativismo, por meio da ajuda mútua, da economia sistêmica e do uso adequado do crédito, bem como a difusão de informações técnicas que visem ao aprimoramento da produção e da qualidade de vida.

A cooperativa procura atender às necessidades dos associados por meio da prática de operações como capitalização, concessão de créditos, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicações das captações no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo, com ou sem emissão de certificado, objetivando preservar o poder de compra da moeda e rentabilizar os recursos.

Com 29 agências distribuídas na Espanha, a cooperativa atende com mais eficiência os associados que residem em cada uma das 27 cidades onde estão localizadas essas agências: La Coruña, Alicante, Barcelona Arcs, Barcelona Mandri, Bilbao, Cádiz, Cartagena, Córdoba, Gijón, Girona, Granada, Las Palmas, G.C. Madrid, Barquillo Madrid, P. Carmona, Málaga, Murcia, Oviedo, Palma de Mallorca, Pamplona, San Sebastián, S.C. Tenerife, Sevilla, Tarragona, Valencia, Valladolid e Zaragoza. Possui *internet banking*, uma agência virtual disponível no endereço <www.arquia.com.es> e que conta com todos os serviços de um banco convencional.

6.2 A ECONOMIA DA ARQUITETURA NACIONAL E MUNDIAL

Os investimentos públicos e privados praticados no Brasil na última década foram e permanecem inadequados às necessidades dos brasileiros, apresentando-se desvinculados das flagrantes e imperiosas carências de nosso território.

O país orgulha-se do estágio alcançado pelo crescimento do agronegócio nacional, fruto da expansão da fronteira agrícola na direção Centro-Oeste do território brasileiro. Trata-se de uma conquista iniciada há cerca de 35 anos, baseada no empreendedorismo privado, em serviços de

engenharia nacionais e no emprego de tecnologias autóctones geradas com minguados recursos governamentais, muitas vezes considerados como “despesas em pesquisa”. O Brasil assumiu a vanguarda no desenvolvimento de diferentes produtos e mantém avanços importantes, visto que o setor gera substanciais ganhos de divisas, impactando positivamente o seu PIB.

A retomada do crescimento do Brasil, mantida a atual conjuntura global, somente poderá ser alcançada se o país puder criar e assegurar sólidas estruturas internas de escala de produção as quais se possam valer de ambientes de excelência dedicados à geração de conhecimentos, de tecnologia proprietária, de pesquisas, de produtos e de serviços autóctones inovadores, mesclados com conhecimentos, serviços e produtos externos quando se fizerem complementares.

Esse arcabouço é e permanecerá indispensável para a aplicação plena das capacidades científica, tecnológica e de arquitetura, visando à criação de soluções brasileiras para os problemas de nosso país. É fundamental apontar o Brasil como foco principal desse esforço para “arquitetar a tecnologia”, gerar inovações e demais instrumentos que alavanquem o desenvolvimento nacional.

Como arquitetos, é necessário firmar um pacto com a Nação, assumido e defendido de forma inquestionável e suprapartidária, perfeitamente compreendido e aceito pela sociedade em seu conjunto, com a garantia da manutenção das fontes de recursos para todas as formas de financiamentos, fomento, apoio, cooperação, sinergia e empreendedorismo aplicáveis com determinação e ousadia.

O IBGE estima o acréscimo de cerca de 40 milhões de novos habitantes em nosso país no horizonte de três décadas. Pensemos no Brasil do futuro próximo e nas suas enormes demandas socioeconômicas, pensemos no país como um grande exportador e fornecedor de produtos, de bens e de serviços de base tecnológica e de arquitetura para um mundo plural que receberá a cada nova década mais de um bilhão de novos habitantes. Nessa trajetória, situa-se a magnitude do desafio que o presente nos apresenta e de um futuro muito próximo. Um percurso no qual a arquitetura, por meio dos seus serviços, será exigida de maneira capital, operando um conjunto de ferramentas insubstituíveis que vão desde a exploração inicial de objetivos, a consolidação de estudos de cenários e de viabilidade, até o encaminhamento de sugestões de propostas concretas que podem determinar o alcance de objetivos nacionais.

6.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com relação aos objetivos específicos, as cooperativas de crédito avançam na conquista de novos espaços, que não são propiciados pelas condições de funcionamento do sistema financeiro convencional.

Por meio da economia solidária, os mecanismos de fomento de investimentos a taxas inferiores à dos bancos vêm permitindo o consequente aparelhamento das empresas espanholas de arquitetura,

tornando-as competitivas nos níveis local, nacional e internacional. Além disso, possibilitam a formação profissional continuada e o uso adequado do crédito, bem como a difusão de informações técnicas que visem ao aprimoramento da produção do arquiteto e de sua qualidade de vida.

Para enfrentar a concorrência do setor, essas organizações buscam a eficiência econômica e administrativa. A partir de um estudo de caso, procurou-se analisar a situação econômica e administrativa da cooperativa de crédito espanhola Arquia. A leitura dos informes anuais de 2000 a 2009 permitiu observar que, com o oferecimento de treinamentos destinados à capacitação e com a preocupação da Arquia em manter um relacionamento mais próximo com seus associados, o nível de participação de seus cooperados tem ampliado, colaborando com a conquista dos interesses do grupo.

Em face da similitude do sistema bancário espanhol e brasileiro, torna-se perfeitamente viável a implantação de cooperativa nos mesmos moldes em nosso país. Procurou-se compreender as mudanças ocorridas nas condições de vida e de trabalho possibilitadas a arquitetos autônomos bem como àqueles que possuem escritórios para sua prática profissional.

Identificou-se, além da busca pela viabilidade econômica diante das limitações do mercado, o significado que essa forma de suporte adquire. Foram analisados os processos de subjetivação representados pelos indivíduos sobre a sua realidade ocupacional, sobre o projeto, a organização do trabalho, as práticas e os processos projetuais, a distribuição dos rendimentos financeiros, além de aspectos relacionados à participação social e à ampliação do mercado de trabalho. Além da eficiência econômica e organizacional esperada, observam-se traduzidas vantagens em projetos econômico-financeiros, dirigidos às atividades profissionais dos arquitetos e à melhoria na qualidade do projeto arquitetônico.

Os resultados mostram que a experiência, além de constituir um meio viável de sobrevivência e de melhoria da qualidade de vida, possibilita o avanço e o aperfeiçoamento profissional, estimula o empreendedorismo e promove o desenvolvimento da profissão, o exercício da autonomia, da cooperação, da solidariedade e um envolvimento crescente com as questões sociais, políticas e comunitárias do arquiteto.

Portanto, é necessário analisar e discutir os rumos da arquitetura contemporânea brasileira, por meio do estudo do vetor econômico e do cooperativismo de crédito mútuo, como alternativas para a retomada do crescimento profissional e para melhoria do projeto arquitetônico. Ao ser reduzida, o que se agravou devido à globalização, a produção arquitetônica no Brasil já não apresenta o vigor do século passado, fruto da pluralidade de tendências, influenciadas pelo panorama mundial. A “mesmificação” cultural como atributo básico da estratégia de abertura de mercados constitui uma ameaça às expressões de identidade das diferentes civilizações em nome da eficiência, da produtividade e da competitividade.

É crescente o risco decorrente desse inevitável processo de globalização, em que acordos de comércio e serviços em âmbito

internacional passam a tratar a arquitetura com uma visão puramente mercadológica, como uma simples prestação de serviços, desprezando seus importantes componentes culturais sem tampouco avaliar essas contribuições positivas ou negativas. A arquitetura é uma das mais importantes expressões da cultura de um povo, portanto não pode simplesmente abdicar de seus princípios como se fosse uma simples mercadoria. Contradições que sempre marcaram o dia a dia do arquiteto hoje se intensificam.

Propor mudanças profundas nos mecanismos de relacionamento com as estruturas formadoras da profissão não significa um pensamento contrário ao posicionamento social e político, construído em anos de lutas, e sim a inclusão de novos elementos. Uma renovação de métodos que ampliem e consolidem essas estruturas permitirá o crescimento individual de cada arquiteto e de seus projetos. No mesmo sentido, possibilitará que a participação nos processos sociais ultrapasse o nível da retórica, na maior parte das vezes propriedade de um pequeno grupo dirigente.

Procurar identificar os mecanismos e os fatos que implicaram na defasagem da formação, da prática e da política profissional e, ao mesmo tempo, identificar os benefícios decorrentes da criação de um projeto de economia cooperada, configura-se como uma possibilidade teórica a ser alcançada ao longo dessa análise da organização e da presença da profissão do arquiteto no Brasil.

É pelo exercício de uma profissão que as pessoas adquirem identidade social. Entretanto, esse mercado se encolhe como resultado tanto do surgimento de novos padrões de organização produtiva (terceirização, flexibilização, com a consequente precarização das relações de trabalho), quanto do advento de novas tecnologias e consequente redução na quantidade do trabalho socialmente necessário.

Aliada a todos esses fatores, instaura-se uma crise das políticas sociais na qual o Estado, em sua dificuldade para atuar na intermediação dos mercados, também não consegue dar conta das consequências dos processos de empobrecimento e desemprego estrutural, limitando-se a ações pontuais, assistencialistas e paliativas que não são suficientes para atender a grande parte dos indivíduos que dessas políticas necessitam.

Nesse contexto de globalização e internacionalização, espera-se, a partir deste estudo, traçar um diagnóstico da profissão do arquiteto, buscando-se identificar as tendências predominantes que de forma direta o atingem no seu fazer profissional. Além disso, pretende-se com o trabalho propor alternativas viáveis e elementos que contribuam, decisivamente, para uma maior sustentabilidade da profissão, com seu crescimento individual e coletivo, na qualificação do bem maior do arquiteto, sua atividade-fim, o projeto e seus desafios e suas perspectivas neste início de século no país.

Em geral, com relação aos arquitetos, esse contexto tem levado ao desenvolvimento de formas alternativas de geração de emprego e renda: algumas individuais, outras coletivas, muitas sendo “empurradas” para a informalidade ou para a ilegalidade, outras assumindo formas de

organização que divergem da lógica exploratória e autoritária ainda predominante no mundo do trabalho.

A proposta de cooperativismo apresenta-se como modelo alternativo à relação de produção fundamental do capitalismo entre capital e trabalho. Na literatura especializada, as cooperativas aparecem como estruturas capazes de oferecer ao associado o melhor serviço ao menor custo. Nelas, o cooperado é quem recebe o benefício, ou seja, a cooperativa busca obter, através de operações de mercado, maiores benefícios para seus associados, seja comprando, vendendo ou realizando qualquer outro ato jurídico.

De todos esses princípios, a característica que fica mais marcante no cooperativismo é a ideia de autogestão, que pode ser definida como o conjunto de práticas sociais que se distingue pela natureza democrática da tomada de decisões que propiciam a autonomia de um coletivo. Isso significa dizer que uma empresa autogerida é uma organização produtiva na qual o poder de decisão, formalmente, pertence igualmente a todo o coletivo de trabalhadores. Também o ganho líquido é dividido entre os trabalhadores segundo regras estatutárias ou acordadas em assembleias gerais.

Inseridos na leitura da documentação referente à cooperativa Caja de Arquitectos (Arquia), buscou-se nesta pesquisa investigar o que havia de novidade: o que uma experiência de economia solidária podia trazer de diferente para a organização do trabalho e como esse diferencial poderia possibilitar e promover a melhoria da profissão do arquiteto, do ponto de vista profissional e de sua prática como resultado final, de sua cultura e capacitação continuada. Ao se falar em transformações da organização do trabalho, deseja-se referenciar um redimensionamento das formas de se estar no trabalho e também da possibilidade de se agregarem outras habilidades e maneiras de ser, pensar, dialogar e comportar-se no ambiente profissional e nas outras esferas da vida social. Acredita-se que essas transformações podem transcender a esfera individual e instituir novas relações com o coletivo, as quais se expressam por meio de uma mudança de atitudes na família e nos diversos processos decisórios e criativos do trabalho, da comunidade e da vida política em geral.

Na mesma direção, a pesquisa objetivou buscar referenciais da economia solidária, entendendo que poderiam apontar para uma desejada emancipação social e para um aprimoramento da prática profissional dos sujeitos cooperados. Por emancipação social, designou-se o processo ideológico e histórico de liberação de grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômico-financeiras, sociais e culturais. Emancipar-se significa livrar-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo, a plena capacidade civil e de cidadania.

No percurso de desenvolvimento da pesquisa, foram empregados os conceitos de emancipação econômico-financeira já especificados anteriormente. Quando se fala em produção de subjetividades, está-se querendo apontar para o seu caráter não natural, isto é, para os processos históricos de montagem das formas subjetivas. Nessa perspectiva, a subjetividade não se confunde com algo transcendente, algo já dado.

Refere-se à maneira pela qual, a cada momento da história, prevalecem certas relações de poder-saber que produzem objetos, sujeitos, necessidades e desejos (BARROS, 1999).

Na presente pesquisa, constantemente remeteu-se às diferentes possibilidades de organização do trabalho que podem ser efetivadas por intermédio da economia solidária. Assim, entende-se que o mundo atual institui uma forma de ser sujeito que captura modos de existir, tornando os sujeitos praticamente homogêneos. Contudo, nossos corpos, quase que invisivelmente, estão sempre instituindo modalidades de singularização à revelia dessa homogeneidade. Nesse sentido, a singularização constitui-se como um movimento que, através do desejo, não nos deixa em paz; são movimentos de protesto do inconsciente contra esse processo de homogeneização. Trata-se da afirmação de novas possibilidades de existência.

Competição, isolamento, solidão, exploração e passividade dos indivíduos são características disseminadas pelo capitalismo ocidental e que os influenciam, mas não determinam uma “natureza” ou “essência” que configure e/ou reconfigure esse capitalismo. Tais características são produzidas historicamente dessa forma, isto é, houve uma série de situações que convergiram para a construção desse modo de ser indivíduo, desse modo de subjetivação. Porém, se esse indivíduo é produzido historicamente, e não *a priori*, é possível que ele se diferencie, e de fato impomos resistências a esse modo dominante. E são essas resistências que caracterizam os movimentos de singularização.

Neste trabalho, parte-se do pressuposto inicial de que a economia solidária abre caminho para um possível processo de singularização dos indivíduos através da conformação de novos processos de subjetivação. Por meio dela, afirmam-se outros valores e, conseqüentemente, outros sujeitos. Acredita-se que há algo nesse meio de convivência que permite o despertar de novas ideias e de novos discursos. Essa dinâmica é o que chamamos de processos de subjetivação.

Para a presente pesquisa, os interesses foram guiados no intuito de se entender como funciona o processo de trabalho em empreendimentos de economia solidária, o que é diferente, o que é novidade e, principalmente, o que pode ser encarado como uma ruptura capaz de instituir resistências à conformação de indivíduos generalizados e de promover a emancipação econômico-financeira e social desses profissionais.

Levando-se em conta todas essas variáveis, julgou-se ser a cooperativa Caja de Arquitectos (Arquia) um campo fértil para a produção de estudos sobre economia solidária, já que a relação entre arquitetura e economia solidária é carregada de desafios. Se o setor de construção civil caracteriza-se por todas as precariedades anteriormente citadas, o referencial da economia solidária prega exatamente o seu oposto: pressupõe-se que os trabalhadores tenham controle sobre o seu próprio processo de trabalho, influenciando nas decisões a ele relativas; esses profissionais são donos do seu próprio negócio.

De acordo com os indicadores financeiros analisados, observa-se que a cooperativa apresenta-se rentável, preocupando-se em aumentar o seu valor no mercado por meio do desenvolvimento de uma eficiente administração dos recursos financeiros disponíveis pelos gestores, o que, conseqüentemente, será transformado em mais rentabilidade para os associados.

Sendo uma organização rentável, a cooperativa conquista condições de ofertar aos associados serviços e produtos com qualidade superior, direcionados ao setor a que está vinculada, além de cumprir adequadamente com suas obrigações econômico-financeiras e, assim, alavancar a profissão, propiciando a melhoria constante do trabalho dos arquitetos, e por fim, mantendo protegidas as suas operações com relação aos associados.

A partir da visão desses diferentes ângulos na organização, faz-se necessário, então, que todo o seu corpo administrativo e assembleia continuem a adotar ações estratégicas e integradas para transformar a eficiência organizacional da cooperativa em vantagens sociais e culturais para os associados, como nesse caso já vem fazendo, haja vista que é essa a função principal de uma sociedade cooperativa. Caso venham a se preocupar somente com os aspectos econômicos e financeiros, negligenciando os fatores sociais e culturais, estarão deixando em segundo plano os interesses principais dos associados.

Ao se concluir esta pesquisa, fica a provável premissa de que a união por meio do sistema cooperativo mútuo estimula o empreendedorismo, promove o desenvolvimento e enraíza a democracia e o sentimento de cidadania, surgindo para os arquitetos como nova possibilidade de implementação de projetos inovadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, A. D. (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. p. 20-26.

ALVES, R. **Filosofia da ciência**: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Loyola, 2006.

AMERICAN COUNCIL ON EDUCATION. **A brief guide to u.s.higher education**. Washington, DC, 2001.

ANTONIALLI, L. M.; FISCHMANN, A. A.; SOUKI, G. Continuidade ou descontinuidade das estratégias: um estudo sobre a influência da eleição dos dirigentes em cooperativas agropecuárias. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 27., 2003, Atibaia. **Anais...** Atibaia: ANPAD, 2003.

ARAÚJO, M. A. D.; MOREIRA, C. A. L. Gerenciamento das pessoas em uma associação de trabalho: novas formas de participação?. **Organização & Sociedade**, Salvador, v. 8, n. 22, p. 75-90, set./dez. 2001.

ARAUJO, R. et al. **Guia “Normas Internacionais de Informação Financeira”**: [NIIF's]: sua aplicação nas cooperativas de crédito. Rio de Janeiro: DGRV, mar. 2007. Versão do guia em português em colaboração com a OCB.

ARCHIEURO. **Consiglio Nazionale degli Architetti, Pianificatori, Paesaggisti e Conservatori**. Disponível em: <<http://www.archieuro.archiworld.it/>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

ARELANO, L. R. G. A pedagogia da terra: novos ventos da universidade. In: KRUPPA, S. M. P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília, DF: INEP/MEC, 2005.

ARENDT, H. **O que é política?**. Trad. de Renaldo Guarany. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

ARQUIA. Caja de Arquitectos. Sociedad Cooperativa de Crédito. **Estatutos**. Espanha, 2003.

_____. **Informe anual**. Espanha, 2008.

_____. **Informe anual**. Espanha, 2009.

ARRUDA, M. Redes, educação e economia solidária: novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. In: KRUPPA, S. M. P. **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília, DF: INEP/MEC, 2005.

_____.; BOFF, L. **Globalização**: desafios socioeconômicos, éticos e educativos. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE ARQUITETURA. **Sobre a história do ensino de arquitetura no Brasil**. São Paulo: ABEA, 1978.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de evolução do sistema financeiro nacional**. Brasília, DF, 2003. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/r200312/quadro21>>. Acesso em: 17 mar. 2009.

_____. **Relatório de evolução do sistema financeiro nacional**. Brasília, DF, 2004. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/Deorf/r200412/quadro1>>. Acesso em: 22 jan. 2010.

_____. **Sisorf**: manual de organização do sistema financeiro. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/NXT/gateway.dll?f=templates&fn=default.htm&vid=nmsManualSisorf:idvManualSisorf>>. Acesso em: 4 maio 2007.

BARRÉ, F.; HAQUIN, R. (Orgs.). **Être architecte**: présent et avenir d'une profession. Paris: Patrimoine, 2000.

BARROS, M. E. B. B. (Org.). **Psicologia**: questões contemporâneas. Vitória: EDUFES, 1999.

BASTOS, M. A. J. **Pós-Brasília**: rumos da arquitetura brasileira. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BERNARDES, C. **Teoria geral das organizações**: os fundamentos da administração integrada. São Paulo: Atlas, 1998.

BOURDIEU, P. **Contrafogos 2**: por um movimento social europeu. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAGA, M. J.; SILVA, A. J. H.; DORNELAS, H. L. O emprego do endomarketing em cooperativas de crédito: estudo de caso da UFV-Credi e da UNICRED-Viçosa. **Semina**: Ciências Humanas e Sociais, Londrina, v. 23, p. 49-62, set. 2002.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J.; LIMA, J. E. Avaliação de insolvência

das cooperativas de crédito rural do Estado de Minas Gerais: uma aplicação do modelo de risco proporcional de COX. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 41., 2003, Juiz de Fora. **Anais...** Juiz de Fora: SOBER, 2003.

BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BULGARELLI, W. **Sociedades comerciais**: sociedades civis e sociedades cooperativas, empresas e estabelecimentos comerciais. São Paulo: Atlas, 2001.

CAMARGO, M. J. de. Uma trajetória pela arquitetura paulista. **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo v. 203, p. 1-176, 2004.

CHADOIN, O. **Être architecte**: les vertus de l'indetermination: de la sociologie d'une profession a la sociologie du travail professionnel. Paris: Pulim, 2005.

CHAMPY, F. **Sociologie de l'architecture**. Paris: La Découverte, 2001.

CHAVES ÁVILA, R. Como contribuyen las empresas de trabajo asociado a corregir los desequilibrios del mercado de trabajo en la comunidad valenciana. In: ANUARIO de Estudios Cooperativos. Bilbao: Universidad de Deusto, 1997. p. 114-129.

CHESBROUGH, H. The era of open innovation. **MIT Sloan Management Review**, Massachusetts, v. 44, n. 3, p. 35-41, Spring 2003.

COL-LEGI D'ARQUITECTES DE CATALUNYA. Seção Nacional do Consejo Superior de los Colegios de Arquitectos de España. International Union of Architects sob os auspícios da Professional Practice Commission. **Architectural practice around the world**. Barcelona, 2002.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (Brasil). **Recadastramento Nacional**: registro nacional de profissionais, 2008.

CONSIGLIO NAZIONALE DEGLI ARCHITETTI, PIANIFICATORI, PAESAGGISTI E CONSERVATORI. **Worldwide architecture 2008**. Torino, 2008.

CONTIER, L. A. **Ensino de arquitetura**: aspectos e reflexos sobre sua organização. São Paulo, v. 1, 118 f.; v. 2, 222 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, São Paulo, 2001.

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DO BANRISUL. **Perfil institucional**. Porto Alegre, 2008.

DAVILA, T.; EPSTEIN, M.; SHELTON, R. **As regras da inovação**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

DIAS, M. A. R. **Perspectivas para a educação superior como bem público após dez anos de debates e divergências**. Apresentado na 5. Reunião de Cúpula Ibero-Americana de Reitores de Universidades Públicas, Guadalajara, Jalisco, México, set. 2002.

DURAND, J. C. G. **O arquiteto**: estudo introdutório de uma ocupação. 1974. 223 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – CREA, Guanabara, 1974.

FARRANDO, J. (Coord.). **Architectural practice around the world**. Barcelona: UIA; COAC, 2002.

FIORE, R. H. **Arquitetura moderna e ensino de arquitetura**: os cursos em Porto Alegre de 1945 a 1951. 1992. 420 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRANÇA FILHO, G. C. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jul. 2002.

GAMBARATO, R. A atuação profissional fora dos grandes centros. **Fórum de Debates**, 2007.

GASPERINE, G. C. Entrevista na íntegra. **Cadernos de Arquitetura FAUUSP**, São Paulo, v. 3, dez. 2001.

GÉNÉREUX, J. **O horror político**: o horror não é econômico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOUVÊA, L. A. de C.; BARRETO, F. F. P.; GOROVITZ, M. (Orgs.). **Contribuição ao ensino de arquitetura e urbanismo**. Brasília, DF: INEP, 1999.

GUEDES SOBRINHO, J. M. Entrevista na íntegra. **Cadernos de Arquitetura FAUUSP**, São Paulo, v. 3, jan. 2001.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais 2006**. Rio de Janeiro, 2006.
(Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 19).

INSTITUTE FOR RESEARCH AND STUDY OF ACCREDITATION AND QUALITY ASSURANCE. **The condition of accreditation U.S. accreditation in 2007**. Washington, DC, 2008.

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL. **IAB 80 anos**: Instituto de Arquitetos do Brasil. Departamento do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, jul. 2001.

INTERNATIONAL UNION OF ARCHITECTS. **UIA Accord**. Vision & Strategy Committee Report & Standards, 2005.

_____. **Accord Policy on Continuing Professional Development**. Washington: AIA, 2003.

_____. **UIA Accord on Recommended International Standards of Professionalism in Architectural Practice**, 1999. Revisão Torino, 2008.

JANTZEN, S. A. D. Sobre o conceito de formação nas ciências humanas e sua relevância para uma pedagogia da arquitetura. **Projectare Revista de Arquitetura e Urbanismo**, Pelotas, v. 1, p. 37-47, 2000.

KOTLER, P. **Marketing para o século XXI**: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Futura, 1999.

MARQUES, C. de A. **A lógica de funcionamento do ensino superior nos EUA**. Brasília, DF: Educas, 2004.

MASSAPINA, V. **O risco do arquitecto**: interesse público e autonomia da profissão. Lisboa: ArqCOOP, 2007.

MONEDERO, J. **Enseñanza y práctica profesional de la arquitectura en Europa y Estados Unidos**: estudio comparativo sobre la situación en el año 2000: Unión Europea. Barcelona: DEGA-ETSAB, 2003.

MONTLIBERT, C. de. **L'impossible autonomie de l'architecte**: sociologie de la production architecturale. Strasbourg: Presses Universitaires de Strasbourg, 1995.

MORAES, E. J. de; BIGNOTTO, N. **Hannah Arendt**: diálogos, reflexões, memórias. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.

MOREIRA, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

NATIONAL ARCHITECTURAL ACCREDITING BOARD. **Procedures for accreditation for professional degree programs in architecture**. Washington, DC, 2008.

NATIONAL ASSOCIATION OF COLLEGES AND EMPLOYERS. Disponível em: <<http://www.nacweb.org/>>. Acesso em: 17 de maio 2009.

NATIONAL COUNCIL OF ARCHITECTURAL REGISTRATION BOARDS; AMERICAN INSTITUTE OF ARCHITECTS; AMERICAN COUNCIL EDUCATION. **Agreement for mutual recognition of professional qualifications**. Istambul, 2005.

NEUMAN, L. W. **Social research methods**: qualitative and quantitative approaches. 7. ed. Boston: Allyn & Bacon, 2004.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Manual de gestão das cooperativas**: uma abordagem prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Números do cooperativismo por ramo de atividade**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <<http://www.ocb.org.br>>. Acesso em: 1. mar. 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Disponível em: <www.wto.org>. Acesso em: 12 mar. 2010.

PANZUTTI, R. **Empreendimento cooperativo**: um novo agente econômico. São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, 2001.

PEREIRA, L. M. L. **Sistema Confea/Creas**: 75 anos construindo uma nação. Brasília, DF: CONFEA, 2008.

PEREIRA, M. A. **Arquitetura**: cultura, formação, prática e política profissional. São Paulo: Pini, 2005.

_____. (Coord.). **Sobre arquitetura brasileira e ensino na virada do século**: depoimentos de professores arquitetos da FAUUSP. São Paulo: Ed. da FAUUSP, 2008. 2 v.

_____. **Working for UIA**. São Paulo: Pini, 1999. v. 1.

PINHEIRO, C. (Coord.). **Catálogo da Exposição IAB 80 Anos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Studio Alfa, 2001.

PINHEIRO, J. L. **Mercado de capitais**: fundamentos técnicos. São Paulo:

Atlas, 2002.

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de crédito**: história da evolução normativa no Brasil. 6. ed. Brasília, DF: BCB, 2008.

PINHO, D. B. **Bases operacionais do cooperativismo**. São Paulo: CNPq, 1996.

_____. **O cooperativismo de crédito no Brasil do século XX ao século XXI**. São Paulo: CONFEBRÁS, 2004.

RECH, D. **Cooperativas**: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

REIS, B. S. **Finanças em sociedades mercantis e cooperativas**. Viçosa: DER, 2001.

REIS FILHO, N. G. Resenha entrevista. **Cadernos de Arquitetura FAUUSP**, São Paulo, v. 2, jan. 2001.

RESCHILIAN, P. R. **Elementos de construção do ensino de história da arquitetura brasileira e exemplos de sua divulgação em São Paulo**: 1994-1999. São Paulo: FAU/USP, 1999.

RICCIARDI, L. **Cooperativa, a empresa do século XXI**. São Paulo: LTR, 2001.

RINGTON, G. **Histoire du métier d'architecte en France**. Paris: PUF, 1997.

RODRIGUES, J. A. Desmistificando o cooperativismo de crédito. In: SEMINÁRIO DE GESTÃO DE NEGÓCIOS, 2., 2005, Curitiba. **Anais...** Curitiba: UNIFAE, 2005.

_____.; OLIVEIRA, G. B. Cooperativismo de crédito e desenvolvimento na região metropolitana de Curitiba: um estudo de caso sobre o SICRED. **Caderno de Iniciação Científica**, Curitiba, v. 6, n. 1, p. 31-44, 2005.

RODRIGUES, M. de L. **Sociologia das profissões**. Oeiras: Celta, 2002.

RONCONI, R. L. N. 2002. 316 f. **Inserção do canteiro experimental nas faculdades de arquitetura e urbanismo**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

RUIZ, A. R. **Metodologia científica**. São Paulo: Livraria Leitor, 2008.

SANTIAGO JUNIOR, J. R. S. **Capital intelectual**: o grande desafio das

organizações. São Paulo: Novatec, 2007.

SANTOS JUNIOR, W. R. **O currículo mínimo no ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil: 1969-1994**. 2001. 203 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

SAWAYA, S. B. Para ler as entrevistas. **Cadernos de Arquitetura FAUUSP**, São Paulo, v. 1, jan. 2001.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo, Abril Cultural, 1988.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil**. São Paulo: Ed. da USP, 2002.

SEGRE, R. **Arquitetura brasileira contemporânea e jovens arquitetos**. Petrópolis: Viana & Mosley, 2003.

SERAPIÃO, F. 2010. O que aconteceu com os premiados do Opera Prima?. **Boletim ARCOWEB**. Texto resumido a partir de reportagem publicada originalmente em PROJETODESIGN, ed. 342, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/especiais/o-que-aconteceu-com-os-premiados-do-opera-prima-fernando-serapiao-09-09-2008.html>>. Acesso em: 13 mar. 2010.

SEGNINI JUNIOR, F. **A prática profissional do arquiteto em discussão**. 2002. 238 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____.; HECKERT, S. M. R. **Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2003.

SIQUEIRA, Â. C. de. A regulamentação do enfoque comercial no setor educacional via OMC/GATS. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 26, maio/ago. 2004.

SKIDMORE, T. E. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Saga, 2008.

SYMANSKI, R. Prancheta subavaliada. **Revista AU: Arquitetura e Urbanismo**, São Paulo, nov. 2003.

TAVARES, M. C. **Gestão estratégica**. São Paulo: Atlas, 2000.
TIBIRIÇA, J. E. **A situação atual da remuneração pelos serviços prestados de arquitetura**. Fórum de Debates, 2007.

THOMPSON, J. C. **40 Architects under 40**. Colônia: Tachen, 2000.

TOSCANO, J. W. A arquitetura e a profissão. In: FÓRUM DE DEBATES: a arquitetura e a profissão, 2007, São Paulo. **Anais...** São Paulo: IAB/SP, 2007.

UNESCO; INTERNATIONAL UNION OF ARCHITECTS. **UIA charter for architectural education**: 2004/2005 by the UNESCO/UIA Validation Committee for Architectural Education, in collaboration with the UIA Education Commission. Revised version. 2005.

UNICRED; **Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Profissionais da Área da Saúde**. Disponível em: <http://www.unicred.com.br/unicred/quem_som/quem_som.htm>. Acesso em: 20 out. 2010.

UNIÓN NACIONAL DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO. **Consolidação de dados das cooperativas espanholas**. Disponível em: <<http://www.unacc.com/>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

VARGAS, Milton (Org.). **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994a.

_____. **Para uma filosofia da tecnologia**. São Paulo: Alfa-Omega, 1994b.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

WEIMER, G. História da arquitetura brasileira: centralidade versus regionalismo. **Revista Pós**, São Paulo, n. especial 2, p. 49-53, set. 1996.

XAVIER, A. **Depoimento de uma geração**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e método. Porto Alegre: Bookman, 2001.

YUNUS, M. **Um mundo sem pobreza**: a empresa social e o futuro do capitalismo. São Paulo: Ática, 2008.

ZANGHERI, E. et al. **Cooperativa**: uma empresa participativa. São Paulo: OCESP/SESCOOP-SP, 2005.